



PARTE II.

Execução



1. Estruturas
 2. Responsabilidades
 3. Organização
 4. Áreas de Intervenção
-

Ficha Técnica do Documento

Título:	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) do Município de Vagos – Parte II
Descrição:	A Parte II destina-se a delinear a forma como se executam os diversos procedimentos a adotar face a um dado acidente grave ou catástrofe que ocorra numa determinada área territorial.
Data de produção:	07 de dezembro de 2021
Data da última atualização:	4 de abril de 2023
Versão:	Versão 03
Desenvolvimento e produção:	GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda.
Coordenador de Projeto:	Ricardo Almendra Geógrafo (Desenvolvimento e Ambiente)
Equipa técnica:	Andreia Mota Licenciatura em Geografia e Planeamento; Mestrado em Geografia, ramo de especialização em Planeamento e Gestão do Território; Pós-Graduação executiva em Sistemas de Informação Geográfica Teresa Costa Licenciatura em Geografia e Planeamento; Mestrado em Geografia, ramo de especialização em Planeamento e Gestão do Território
Consultores:	Rodrigo Silva Engenheiro de Proteção Civil
Equipa do Município	Miguel Sá Coordenador Municipal da Proteção Civil Gabinete de Proteção Civil
Código de documento:	044
Estado do documento:	Para submissão a consulta pública nos termos do n.º 8 do artigo 7.º da Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio
Código do Projeto:	051011801
Nome do ficheiro digital:	02_PME_VAGOS_Parte_II_V04

ÍNDICE

Índice	3
Índice de Figuras	5
Índice de Quadros	5
Índice de Mapas	7
1 Estruturas	9
1.1 Estruturas de Direção Política.....	9
1.2 Estruturas de Coordenação Política.....	10
1.3 Estruturas de Coordenação Institucional.....	14
1.4 Estruturas de Comando Operacional.....	15
2 Responsabilidades	22
2.1 Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil.....	22
2.2 Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil.....	24
2.3 Responsabilidades das Entidades com Dever de Cooperação.....	28
3 Organização	37
3.1 Infraestruturas de Relevância Operacional.....	37
3.2 Zonas de Intervenção.....	63
3.3 Mobilização e Coordenação de Meios.....	66
3.4 Notificação Operacional.....	68
4 Áreas de Intervenção	71
4.1 Gestão Administrativa e Financeira.....	73
4.2 Reconhecimento e Avaliação.....	76
4.3 Logística.....	81
4.4 Comunicações.....	89
4.5 Informação Pública.....	92

4.6	Confinamento e/ou Evacuação.....	95
4.7	Manutenção da Ordem Pública	101
4.8	Serviços Médicos e Transporte de Vítimas	103
4.9	Socorro e Salvamento	110
4.10	Serviços Mortuários	113

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Articulação de Postos de Comando Operacionais (PCO)	19
Figura 2. Áreas de intervenção básicas	71
Figura 3. Gestão administrativa e financeira (procedimentos e instruções de coordenação)	75
Figura 4. ERAS (procedimentos e instruções de coordenação)	78
Figura 5. EAT (procedimentos e instruções de coordenação)	80
Figura 6. Apoio logístico às forças de intervenção (procedimentos e instruções de coordenação)	83
Figura 7. Apoio logístico às populações (procedimentos e instruções de coordenação)	88
Figura 8. Comunicações (procedimentos e instruções de coordenação)	91
Figura 9. Informação pública (procedimentos e instruções de coordenação)	94
Figura 10. Confinamento e/ou evacuação (procedimentos e instruções de coordenação)	100
Figura 11. Manutenção da ordem pública (procedimentos e instruções de coordenação)	102
Figura 12. Emergência médica (procedimentos e instruções de coordenação)	106
Figura 13. Apoio psicológico (procedimentos e instruções de coordenação)	109
Figura 14. Socorro e salvamento (procedimentos e instruções de coordenação)	112
Figura 15. Serviços mortuários (procedimentos e instruções de coordenação)	118

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Local principal e locais alternativos de reunião da CMPC de Vagos	11
Quadro 2: Composição da CMPC de Vagos	12
Quadro 3. Responsabilidades dos serviços de proteção civil	22
Quadro 4. Responsabilidades dos agentes de proteção civil	24
Quadro 5. Responsabilidades das entidades com dever de cooperação	29
Quadro 6. ZCR do concelho de Vagos.....	64

Quadro 7. Mecanismos de notificação operacional às entidades intervenientes	68
Quadro 8. Gestão administrativa e financeira (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)	73
Quadro 9. ERAS (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)	76
Quadro 10. EAT (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)	78
Quadro 11. Apoio logístico às forças de intervenção (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)	81
Quadro 12. Apoio logístico às populações (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)	83
Quadro 13. ZCAP do concelho de Vagos	86
Quadro 14. Comunicações (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas).....	89
Quadro 15. Informação pública (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)	92
Quadro 16. Confinamento e/ou evacuação (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)	95
Quadro 17. Pontos de encontro do concelho de Vagos	98
Quadro 18. Manutenção da ordem pública (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)	101
Quadro 19. Emergência médica (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)	103
Quadro 20. Postos de triagem do concelho de Vagos.....	104
Quadro 21. Apoio psicológico (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas).....	107
Quadro 22. Socorro e salvamento (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)	110
Quadro 23. Serviços mortuários (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)	113
Quadro 24. ZRnM e NecPro do concelho de Vagos.....	116
Quadro 25. ERAV-m (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas).....	119

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1. Local principal e local alternativo de reunião da CMPC de Vagos.....	12
Mapa 2. Infraestruturas rodoviárias do concelho de Vagos.....	38
Mapa 3. Infraestruturas de transporte marítimo e/ou fluvial do concelho de Vagos	39
Mapa 4. Infraestruturas de abastecimento de água do concelho de Vagos	40
Mapa 5. Infraestruturas de saneamento do concelho de Vagos	41
Mapa 6. Infraestruturas de gestão de resíduos no concelho de Vagos	42
Mapa 7. Infraestruturas de telecomunicações no concelho de Vagos	43
Mapa 8. Infraestruturas de energia elétrica no concelho de Vagos.....	44
Mapa 9. Infraestruturas de distribuição de gás no concelho de Vagos	45
Mapa 10. Rede de distribuição de combustíveis no concelho de Vagos.....	46
Mapa 11. Áreas industriais e de armazenamento no concelho de Vagos.....	47
Mapa 12. Estabelecimentos Abrangidos pelo Decreto-lei n.º 150/2015, de 5 de agosto no concelho de Vagos	48
Mapa 13. Obras de arte (pontes, túneis e viadutos) do concelho de Vagos	49
Mapa 14. Postos de Vigia (RNPV) com visibilidade para o concelho de Vagos	50
Mapa 15. Rede de pontos de água (RPA) do concelho de Vagos.....	51
Mapa 16. Infraestruturas turísticas no concelho de Vagos	52
Mapa 17. Armazéns de alimentos, grandes lojas e empresas de restauração no concelho de Vagos	53
Mapa 18. Equipamentos administrativos no concelho de Vagos.....	54
Mapa 19. Equipamentos de educação no concelho de Vagos	55
Mapa 20. Equipamentos de saúde no concelho de Vagos	56
Mapa 21. Equipamentos culturais e/ou de lazer no concelho de Vagos	57
Mapa 22. Equipamentos desportivos no concelho de Vagos.....	58
Mapa 23. Equipamentos religiosos no concelho de Vagos	59

Mapa 24. Equipamentos de apoio social no concelho de Vagos	60
Mapa 25. Património arquitetónico no concelho de Vagos	61
Mapa 26. Instalações dos agentes de proteção civil e das entidades com dever de cooperação no concelho de Vagos.....	62
Mapa 27. ZCR no concelho de Vagos	65
Mapa 28. ZCAP do concelho de Vagos	87
Mapa 29. Pontos de encontro do concelho de Vagos	98
Mapa 30. Itinerários de evacuação do concelho de Vagos	99
Mapa 31. Postos de triagem do concelho de Vagos.....	105
Mapa 32. ZRnM e NecPro do concelho de Vagos.....	117

1 ESTRUTURAS

A Parte II destina-se a definir a forma como se executam os diversos procedimentos a adotar face a um determinado acidente grave ou catástrofe que ocorra no concelho de Vagos.

Assim, nos capítulos seguintes apresentam-se as **estruturas de direção e coordenação política e institucional**, tipificam-se as **responsabilidades e modo de atuação dos diversos intervenientes no PMEPCV**, procede-se à organização da resposta através da **setorização operacional**, das **estruturas de suporte operacional** e de um conjunto de **áreas de intervenção específicas**.

1.1 ESTRUTURAS DE DIREÇÃO POLÍTICA

A direção política do PMEPCV é assegurada pelo **Presidente da Câmara Municipal de Vagos**, a quem compete, exercer ou delegar as competências de desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas a cada caso.

Entre outras, são competências do Presidente da Câmara Municipal:

- ❖ Ativar e desativar o PMEPCV e os planos municipais especiais de emergência de proteção civil, ouvida, sempre que possível, a CMPC (n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril);
- ❖ Convocar e presidir a Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC);
- ❖ Desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de proteção civil, de prevenção, socorro, assistência e recuperação adequadas em cada caso (n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 27/2006, de 03 de julho, na redação dada pela Lei n.º 80/2015);
- ❖ Declarar, quando a natureza dos acontecimentos a prevenir ou enfrentar e a gravidade e extensão dos seus efeitos atuais ou potenciais o justifiquem, a situação de alerta;
- ❖ Pronunciar-se sobre as declarações de situação de alerta ou de contingência que abrangem o âmbito territorial e administrativo do município de Vagos;

- ❖ Solicitar ao Presidente da ANEPC a participação das FFAA em missões de proteção civil na área operacional do seu município (n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 27/2006, de 03 de julho, na redação dada pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto).

O Presidente da Câmara Municipal de Vagos é auxiliado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) e pelos restantes agentes de proteção civil de âmbito municipal.

1.2 ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO POLÍTICA

A **coordenação política** do PMEPCV é assegurada pela **Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) de Vagos**.

De acordo com o n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro (na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril), são competências da CMPC:

- a) Diligenciar pela elaboração de planos municipais de emergência de proteção civil;
- b) Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;
- c) Dar parecer sobre o acionamento dos planos municipais de emergência de proteção civil, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º;
- d) Promover e apoiar a realização de exercícios a nível municipal, simulacros ou treinos operacionais, que contribuam para a eficácia de todos os serviços intervenientes em ações de proteção civil;
- e) Promover e difundir a emissão de comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.

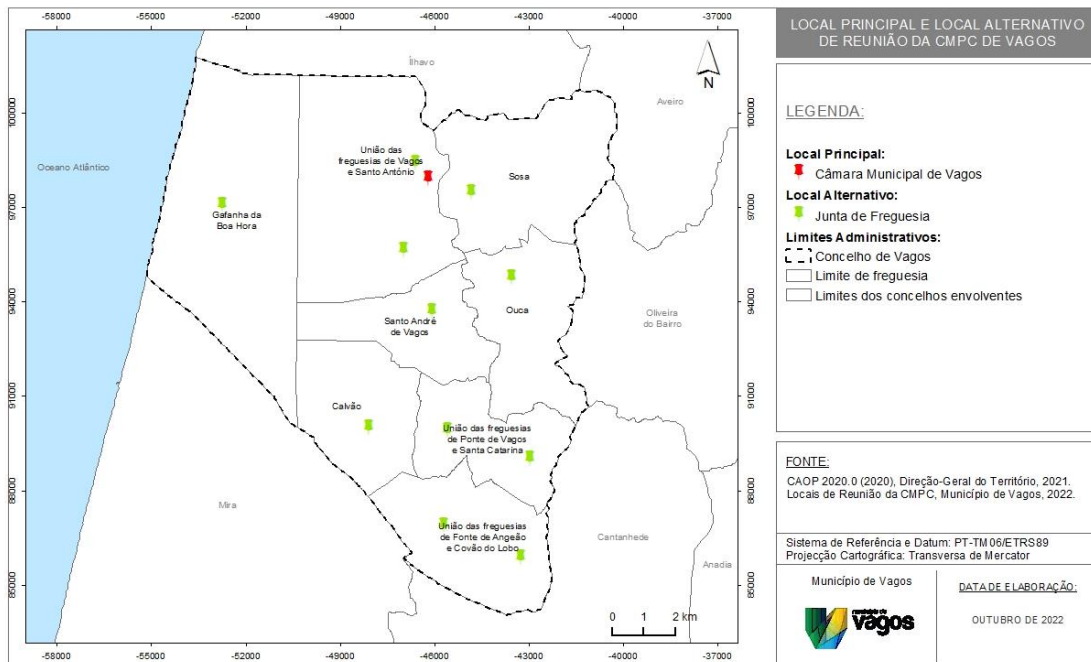
Para efeitos do PMEPCV, a CMPC funciona no edifício da Câmara Municipal de Vagos, sito na Rua da Saude, 3840-420 Vagos. Em caso de impedimento, a CMPC reunirá nas instalações das juntas de freguesia (Quadro 1 e Mapa 1).

Quadro 1: Local principal e locais alternativos de reunião da CMPC de Vagos

Designação	Local	Coordenadas (PT-TM06/ETRS89)	
		Latitude	Longitude
Local Principal	Câmara Municipal de Vagos	40° 32' 55,059" N	8° 40' 42,309" W
1.º Local Alternativo	Junta de Freguesia da Gafanha da Boa Hora	40° 32' 26,445" N	8° 45' 20,291" W
2.º Local Alternativo	Junta de Freguesia de Ouca	40° 31' 14,177" N	8° 38' 49,240" W
3.º Local Alternativo	Junta de Freguesia da União das freguesias de Fonte de Angeão e Covão do Lobo (Covão do Lobo)	40° 26' 25,662" N	8° 38' 34,489" W
4.º Local Alternativo	Junta de Freguesia da União das freguesias de Fonte de Angeão e Covão do Lobo (Fonte de Angeão)	40° 26' 58,155" N	8° 40' 17,964" W
5.º Local Alternativo	Junta de Freguesia da União das freguesias de Ponte de Vagos e Santa Catarina (Ponte de Vagos)	40° 28' 36,186" N	8° 40' 13,903" W
6.º Local Alternativo	Junta de Freguesia da União das freguesias de Ponte de Vagos e Santa Catarina (Santa Catarina)	40° 28' 7,134" N	8° 38' 23,462" W
7.º Local Alternativo	Junta de Freguesia de Calvão	40° 28' 38,897" N	8° 42' 0,825" W
8.º Local Alternativo	Junta de Freguesia de Santo André de Vagos	40° 30' 38,819" N	8° 40' 36,355" W
9.º Local Alternativo	Junta de Freguesia de Sosa	40° 32' 41,185" N	8° 39' 43,671" W
10.º Local Alternativo	Junta Freguesia da União das freguesias de Vagos e Santo António (Santo António)	40° 31' 41,534" N	8° 41' 15,483" W
11.º Local Alternativo	Junta Freguesia da União das freguesias de Vagos e Santo António (Vagos)	40° 33' 11,002" N	8° 40' 59,807" W

Os locais supracitados apresentam uma vulnerabilidade reduzida face aos principais riscos que afetam o território concelhio, encontrando-se também bem fornecidos de redes de comunicações e dotados com as condições logísticas necessárias para o seu funcionamento.

Mapa 1. Local principal e local alternativo de reunião da CMPC de Vagos



Sempre que se justifique, e desde que estejam reunidas as condições técnicas e de segurança, a CMPC poderá reunir num local a definir próximo de uma zona de sinistro quando este ocorra.

Em conformidade com o artigo 41.º da Lei n.º 27/2006 de 3 de julho, na redação dada pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto, integram a CMPC de Vagos:

Quadro 2: Composição da CMPC de Vagos

Designação	Local
a) O Presidente da Câmara Municipal, como autoridade municipal de proteção civil, que preside;	Presidente da Câmara Municipal de Vagos (ou o seu substituto legal).
b) O Coordenador Municipal de Proteção Civil;	Coordenador Municipal de Proteção Civil.
c) Um elemento do comando de cada corpo de bombeiros existente no município;	Um elemento do comando do Corpo de Bombeiros Voluntários de Vagos.
d) Um elemento de cada uma das forças de segurança presentes no município;	Um elemento do Posto Territorial de Vagos da Guarda Nacional Republicana (GNR).
e) Os capitães dos portos que dirigem as capitánias existentes no distrito;	O capitão da Capitania do Porto de Aveiro.
f) A autoridade de saúde do município;	Autoridade de Saúde de âmbito local – Delegado de Saúde de Vagos.

Designação	Local
g) O dirigente máximo da unidade local de saúde ou o diretor executivo do agrupamento de centros de saúde da área de influência do município e o diretor do hospital da área de influência do município, designado pelo diretor-geral da saúde;	O diretor executivo do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Baixo Vouga; O diretor do Centro Hospitalar do Baixo Vouga - Hospital Infante D. Pedro – Aveiro.
h) Um representante dos serviços de segurança social;	Um representante do Serviço Local de Segurança Social de Vagos.
i) Um representante das juntas de freguesia a designar pela assembleia municipal;	Um representante das juntas de freguesia a designar pela assembleia municipal.
j) Representantes de outras entidades e serviços, implantados no município, cujas atividades e áreas funcionais possam, de acordo com os riscos existentes e as características da região, contribuir para as ações de proteção civil.	O Presidente, quando o considerar conveniente, pode convidar a participar nas reuniões da CMPC outras entidades e serviços territorialmente competentes, cujas atividades e áreas funcionais possam, de acordo com os critérios existentes e as características do concelho, contribuir para as ações de proteção civil.

A lista nominal dos membros da CMPC com os seus contactos, bem como dos seus substitutos legais, será permanentemente atualizada pelos respetivos representantes, que enviam ao Diretor do Plano qualquer alteração à mesma, e encontra-se no ponto “**2. Lista de Contactos**” da “**Parte III – Inventários, Modelos e Listagens**”.

Perante a ocorrência ou iminência de ocorrência de um acidente grave ou catástrofe, compete ao Presidente da Câmara Municipal de Vagos, ou ao seu substituto legal, desencadear a convocação da CMPC.

As reuniões da CMPC são convocadas com uma antecedência mínima de cinco dias úteis, preferencialmente através dos endereços de correio eletrónico dos elementos que a constituem, validados na lista de presenças da última reunião, com obrigatoriedade de emissão de recibo comprovativo da receção.

Em caso de ocorrência ou iminência de ocorrência de acidente grave ou catástrofe, este prazo é dispensado e o ato de convocação deverá ser realizado pelo meio mais expedito (telefone móvel ou fixo, comunicação rádio ou correio eletrónico) e, posteriormente, formalizada por escrito, através de correio eletrónico.

Por último, importa realçar que a CMPC se articula operacionalmente com o Comandante das Operações de Socorro (COS), responsável pelas ações no(s) teatro(s) de operações e, com o Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil (CSREPC)¹ (gestão de meios locais e supramunicipais).

1.3 ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL

A **coordenação institucional** é realizada pelo **Centro de Coordenação Operacional Municipal (CCOM)**, o qual assegura que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistências previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto.

Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro, o CCOM integra um representante das seguintes entidades:

- ❖ Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) de Vagos;
- ❖ Gabinete Técnico Florestal (GTF) de Vagos;
- ❖ GNR - Posto Territorial de Vagos;
- ❖ Corpo de Bombeiros Voluntários de Vagos;
- ❖ Presidentes das Juntas de Freguesia de Calvão; Gafanha da Boa Hora; Ouça; Santo André de Vagos; Sosa; União das freguesias de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; União das freguesias de Ponte de Vagos e Santa Catarina; União das freguesias de Vagos e Santo António;
- ❖ Autoridade local de saúde;
- ❖ O capitão do porto da Capitania do Porto de Aveiro;
- ❖ Outras entidades cuja participação, em função da ocorrência, seja requerida pelo coordenador

¹ Até à entrada em funcionamento das novas estruturas operacionais, mantêm-se as previstas nos artigos 18.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro.

O CCOM é coordenado pelo coordenador municipal de proteção civil (n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro) e, são atribuições dos CCOM, em conformidade com o n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro:

- a) Monitorizar, integrar e avaliar a informação relativa à atividade operacional a nível municipal;
- b) Assegurar, a nível municipal, a ligação operacional e a articulação com os agentes de proteção civil e outras estruturas operacionais no âmbito do planeamento, assistência, intervenção e apoio técnico ou científico nas áreas do socorro e emergência;
- c) Garantir que as entidades integrantes do CCOM acionam, no âmbito da sua estrutura hierárquica e no respetivo nível territorial, os meios necessários ao desenvolvimento das operações de proteção e socorro;
- d) Avaliar a situação e propor ao comandante sub-regional de emergência e proteção civil a adoção de medidas e a mobilização de meios humanos e materiais de reforço.

O município garante os meios humanos, materiais e informacionais necessários ao funcionamento do CCOM.

1.4 ESTRUTURAS DE COMANDO OPERACIONAL

1.4.1 COMANDANTE DAS OPERAÇÕES DE SOCORRO (COS)

A responsabilidade pela operação de proteção e socorro incumbe ao comandante da operação de socorro (COS) (n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro).

De acordo com o n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro, a função de COS é desempenhada, no TO, de acordo com a seguinte evolução:

- a) Chefe da primeira equipa de um agente de proteção civil a chegar ao local da ocorrência;
- b) Elemento mais graduado de uma equipa de bombeiros que chegue ao local da ocorrência;
- c) Comandante do corpo de bombeiros em cuja área de atuação se situe o local da ocorrência;

- d) Comandante de um corpo de bombeiros designado pelo comandante sub-regional de emergência e proteção civil, quando a situação o justificar.

Os comandantes e 2.^{os} comandantes da ANEPC, dos níveis nacional, regional ou sub-regional, podem assumir a função de COS em qualquer fase da operação e sempre que a ocorrência o justificar, quer pela sua natureza, gravidade e extensão, quer pelos meios humanos e materiais envolvidos ou a envolver ou pelo impacto previsível (n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro).

Nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro, quando a operação de proteção e socorro ocorra na área de jurisdição, o capitão do porto, como autoridade marítima local, assume as funções de COS, em articulação com o respetivo comando sub-regional de emergência e proteção civil, sem prejuízo do Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo.

De acordo com o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro, compete ao COS:

- a) Garantir a instalação e o funcionamento do posto de comando operacional;
- b) Efetuar o reconhecimento, avaliar a situação e comunicar o resultado ao comando de emergência e proteção civil territorialmente competente;
- c) Determinar a elaboração e aprovar o plano estratégico de ação;
- d) Delimitar as zonas de intervenção;
- e) Comandar os meios humanos e materiais das entidades presentes no teatro de operações, através das respetivas estruturas hierárquicas;
- f) Propor ao comando de emergência e proteção civil territorialmente competente a disponibilização de meios humanos e materiais adicionais;
- g) Informar o comando de emergência e proteção civil territorialmente competente sobre o decorrer das operações;
- h) Solicitar às forças de segurança a criação de perímetros ou áreas de segurança;
- i) Ordenar a evacuação e o confinamento de pessoas por razões de segurança;
- j) Requisitar, temporariamente, quaisquer bens móveis ou imóveis e serviços indispensáveis às operações de proteção e socorro;

- k) Determinar a utilização de águas públicas ou, em estado de necessidade, de águas particulares;
- l) Fornecer a informação operacional para divulgação aos órgãos de comunicação social;
- m) Garantir a articulação com entidades presentes no teatro de operações e com as organizações locais necessárias ao suporte e sustentação das operações;
- n) Realizar pontos de situação operacionais regulares;
- o) Nomear o coordenador e os oficiais do posto de comando operacional e os adjuntos do COS;
- p) Nomear, sob proposta do oficial de operações, os comandantes de área de intervenção municipal, de frente e de setor.

O COS procede ao desenvolvimento da organização operacional para um nível superior sempre que o número de meios humanos e materiais mobilizados ou a mobilizar o aconselhar (n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro).

1.4.2 POSTO DE COMANDO OPERACIONAL (PCO)

O posto de comando operacional (PCO) é o órgão diretor das operações no local da ocorrência destinado a apoiar o COS, na tomada das decisões e na articulação dos meios no TO. Nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro, compete ao PCO:

- a) A recolha e o tratamento operacional das informações;
- b) A preparação das ações a desenvolver;
- c) A formulação e a transmissão de ordens, instruções, diretrizes e pedidos;
- d) O controlo da execução das ordens, instruções, diretrizes e pedidos;
- e) A manutenção das capacidades operacionais dos meios humanos e materiais empregues;
- f) A gestão dos meios humanos e materiais de reserva.

Em conformidade com o n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro, o PCO é composto pelos seguintes elementos:

- a) COS;
- b) Coordenador do posto de comando operacional, quando nomeado;
- c) Oficiais do posto de comando operacional;
- d) Adjuntos do COS;
- e) Representantes das entidades com meios humanos e materiais empenhados na operação ou que o COS considere pertinentes para o desenrolar da operação.

Os oficiais do posto de comando operacional são responsáveis pelas células de operações, de planeamento, de logística e de finanças, nos termos a definir no sistema de gestão de operações (n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro).

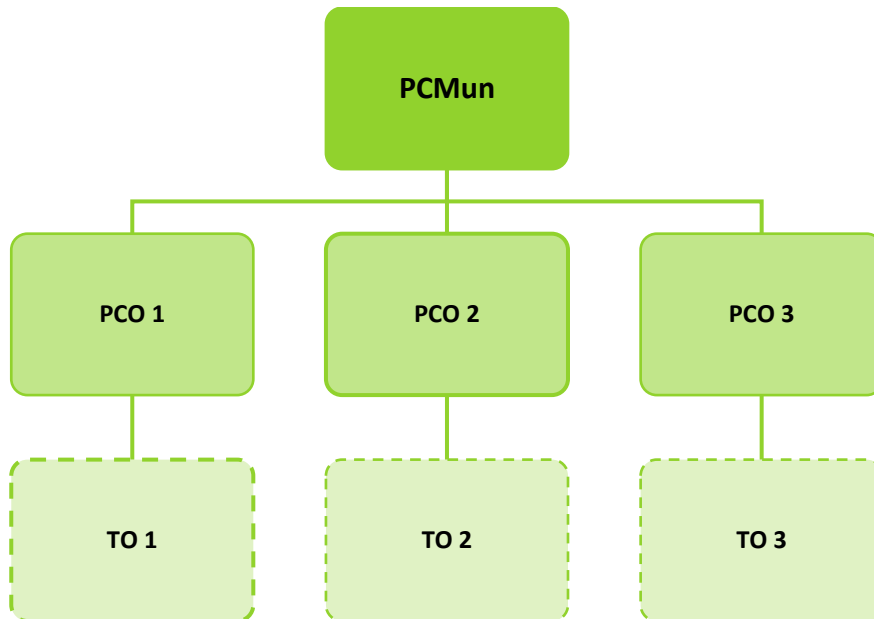
Os adjuntos do COS são responsáveis pela assessoria nas áreas da segurança, das relações públicas e da ligação com outras entidades (n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro).

O COS pode nomear um coordenador do posto de comando operacional, que o coadjuva na gestão do seu funcionamento (n.º 4 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro).

As células podem possuir núcleos funcionais, sendo dirigidas pelos respetivos oficiais do posto de comando operacional e coordenadas pelo COS ou pelo coordenador do posto de comando operacional (n.º 5 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro).

1.4.2.1 POSTO DE COMANDO OPERACIONAL MUNICIPAL (PCMUN)

Num cenário de ativação do PMEPCV poderão existir múltiplos teatros de operações (TO), cada um com o seu PCO, existindo a necessidade de construir uma estrutura de comando municipal para toda a operação de proteção e socorro.

Figura 1. Articulação de Postos de Comando Operacionais (PCO)

Deste modo, é constituído um Posto de Comando Operacional Municipal (PCMun), de modo a garantir a gestão exclusiva da resposta municipal ao evento que originou a ativação do PMEPCV, sendo também responsável pela gestão de todos os meios disponíveis na área do município e pelos meios de reforço que lhe forem enviados pelo escalão distrital. O PCMun é montado com o apoio do SMPC, sendo que o responsável pelo PCMun é o Coordenador Municipal de Proteção Civil ou na ausência da nomeação deste com o Comandante do Corpo de Bombeiros da área de atuação em causa. As principais missões do PCMun são apresentadas de seguida:

- ❖ Atuar como órgão diretor das operações, garantindo o funcionamento e a articulação no terreno dos diversos agentes e entidades intervenientes;
- ❖ Assegurar o comando, o controlo, as comunicações e as informações em toda a ZI, em coordenação com as demais entidades envolvidas;
- ❖ Assegurar a minimização de perdas de vidas, através da coordenação das ações decorrentes do acidente grave ou catástrofe;
- ❖ Garantir, em permanência, a segurança nas operações de todas as forças envolvidas, bem como dos cidadãos;

- ❖ Assegurar a recolha e o tratamento operacional das informações, bem como as ligações aos PCO ativados, à CMPC e ao patamar distrital, de forma a garantir a homogeneidade na passagem de informação;
- ❖ Assegurar a manutenção das capacidades operacionais dos meios empregues e a gestão dos meios de reserva;
- ❖ Garantir, através do empenhamento das forças e serviços competentes, a manutenção da lei e ordem nas zonas afetadas, o controlo de acessos à ZS, a criação de perímetros de segurança e a manutenção de corredores de circulação de emergência;
- ❖ Garantir a execução eficaz de operações de movimentação de populações, designadamente as decorrentes de evacuações, bem como a segurança nas ZCAP;
- ❖ Assegurar a prestação de cuidados médicos adequados, a montagem de postos de triagem e postos médicos avançados e a evacuação primária e secundária;
- ❖ Assegurar a coordenação das ações de saúde pública, apoio psicossocial e mortuária;
- ❖ Assegurar a coordenação das atividades relacionadas com a assistência à emergência e gestão de recursos;
- ❖ Assegurar a coordenação da inspeção e verificação da praticabilidade das principais infraestruturas de transportes, redes básicas de suporte e edifícios;
- ❖ Assegurar a desobstrução expedita das vias de comunicação e itinerários principais de socorro e assegurar a realização de operações de demolição ou escoramento;
- ❖ Assegurar a receção, condução e integração, se necessário, de voluntários nas operações de emergência e reabilitação, para colaborar nas atividades relacionadas com a assistência social, alimentação e transporte;
- ❖ Coordenar a ação de ERAS e das EAT e tratar a informação recebida dessas equipas, encaminhando-a para as restantes estruturas nos diferentes escalões;
- ❖ Dirigir e coordenar o emprego dos meios (humanos e materiais) sob a sua responsabilidade.

O PCMun recebe, processa e avalia toda a informação emanada dos diversos TO de modo a assegurar que todas as entidades intervenientes mantêm níveis de prontidão e envolvimento. Esta estrutura articula-se permanentemente com a CMPC e, a nível do TO, com os COS presentes em cada PCO.

1.4.2.1.1 COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

O coordenador municipal de proteção civil depende hierárquica e funcionalmente do Presidente da Câmara Municipal, a quem compete a sua nomeação, sendo que este atua exclusivamente no âmbito territorial do respetivo município (n.º 1 e 2 do artigo 13.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril).

O coordenador municipal de proteção civil, de acordo com o artigo 15.º-A do referido diploma legal, apresenta as seguintes competências:

- a) Dirigir o SMPC;
- b) Acompanhar permanentemente e apoiar as operações de proteção e socorro que ocorram na área do concelho;
- c) Promover a elaboração dos planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis;
- d) Promover reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de proteção e socorro;
- e) Dar parecer sobre os materiais e equipamentos mais adequados à intervenção operacional no respetivo município;
- f) Comparecer no local das ocorrências sempre que as circunstâncias o aconselhem;
- g) Convocar e coordenar o CCOM, nos termos previstos no SIOPS.

Sem prejuízo da dependência hierárquica e funcional do presidente da câmara, o coordenador municipal de proteção civil mantém uma permanente articulação com o comandante operacional previsto no SIOPS (n.º 2 do artigo 15.º-A da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril).

2 RESPONSABILIDADES

No âmbito do PMEPCV os diversos serviços, agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio estão sujeitos a um conjunto de responsabilidades que visam criar as condições favoráveis ao rápido, eficiente e coordenado reforço, apoio e assistência, tanto na resposta imediata a um acidente grave ou catástrofe, como na recuperação a curto prazo.

2.1 RESPONSABILIDADES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL

Em seguida apresentam-se as tarefas a desempenhar pelos serviços de proteção civil, no que respeita a medidas imediatas de resposta e de recuperação a curto prazo.

Quadro 3. Responsabilidades dos serviços de proteção civil

Serviços de Proteção Civil	Responsabilidades
Câmara Municipal de Vagos / SMPC de Vagos	<p>Nos domínios da prevenção e avaliação de riscos e vulnerabilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Realizar estudos técnicos com vista à identificação e avaliação dos riscos que possam afetar o município, em função da magnitude estimada e do local previsível da sua ocorrência, promovendo a sua cartografia, de modo a prevenir, a avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis; ❖ Propor medidas de segurança face aos riscos inventariados; ❖ Operacionalizar e acionar sistemas de alerta e aviso de âmbito municipal; ❖ Assegurar a pesquisa, análise, seleção e difusão da documentação com importância para a proteção civil. <p>Nos domínios do planeamento e apoio às operações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Elaborar planos prévios de intervenção de âmbito municipal; ❖ Preparar e executar exercícios e simulacros que contribuam para uma atuação eficaz de todas as entidades intervenientes nas ações de proteção civil; ❖ Manter informação atualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município, bem como sobre elementos relativos às condições de ocorrência e à respetiva resposta; ❖ Realizar ações de sensibilização para questões de segurança, preparando e organizando as populações face aos riscos e cenários previsíveis; ❖ Fomentar o voluntariado em proteção civil;

Serviços de Proteção Civil	Responsabilidades
<p>Câmara Municipal de Vagos / SMPC de Vagos</p>	<p>Nos domínios da logística e comunicações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Inventariar e atualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no concelho, com interesse para as operações de proteção e socorro; ❖ Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro e apoiar logisticamente a sustentação das operações de proteção e socorro; ❖ Levantar, organizar e gerir os centros de alojamento a acionar em caso de acidente grave ou catástrofe; ❖ Planear e gerir os equipamentos de telecomunicações e outros recursos tecnológicos do SMPC; ❖ Manter operativa, em permanência, a ligação rádio à rede estratégica de proteção civil (REPC); ❖ Assegurar o funcionamento da sala municipal de operações e gestão de emergências nos termos do artigo 16.º-A do Decreto-Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril. <p>Nos domínios da sensibilização e informação pública:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Realizar ações de sensibilização e divulgação sobre a atividade de proteção civil; ❖ Promover campanhas de informação junto dos munícipes sobre medidas preventivas e condutas de autoproteção face aos riscos existentes e cenários previsíveis; ❖ Difundir, na iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes, as orientações e procedimentos a ter pela população para fazer face à situação.
<p>Junta de Freguesia / ULPC²</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Efetivar o seu apoio às ocorrências através do envolvimento de elementos para reconhecimento e orientação, no terreno, de forças em reforço do seu município; ❖ Recensear e registar a população afetada; ❖ Criar pontos de concentração de feridos e de população ilesa; ❖ Colaborar na divulgação de avisos às populações de acordo com orientações dos responsáveis municipais; ❖ Colaborar com o Município na sinalização das estradas e caminhos municipais danificados, bem como na sinalização das vias alternativas, no respetivo espaço geográfico; ❖ Colaborar com o Município na limpeza de valetas, aquedutos e linhas de água, na desobstrução de vias, nas demolições e na remoção de destroços, no respetivo espaço geográfico; ❖ Gerir os sistemas de voluntariado para atuação imediata de emergência ao nível da avaliação de danos, com ênfase nos danos humanos.

² Dar nota que à data de elaboração do PMEPCV não existem Unidades Locais de Proteção Civil (ULPC) implementadas no Município. Contudo, optou-se por incluir as suas responsabilidades, caso no futuro estas venham a ser constituídas.

2.2 RESPONSABILIDADES DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL

Em seguida encontram-se identificadas as tarefas a desempenhar por cada agente de proteção civil, no que respeita a medidas imediatas de resposta e de recuperação a curto prazo.

Quadro 4. Responsabilidades dos agentes de proteção civil

Agentes de Proteção Civil	Responsabilidades
<p>Corpo de Bombeiros Voluntários de Vagos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Desenvolver ações de combate a incêndios, busca, salvamento e transporte de pessoas, animais e bens; ❖ Apoiar o socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a emergência pré-hospitalar, no âmbito do Sistema Integrado de Emergência Médica; ❖ Participar na evacuação primária nas suas zonas de intervenção ou em reforço; ❖ Colaborar nas ações de mortuária, nas suas zonas de intervenção ou em reforço; ❖ Colaborar na construção e/ou montagem de postos de triagem e/ou Postos Médicos Avançados³; ❖ Apoiar os TO, envolvendo elementos guia para reconhecimento e orientação no terreno das forças operacionais em reforço da sua zona de atuação própria; ❖ Colaborar na montagem de Postos de Comando; ❖ Colaborar na desobstrução expedita de vias de comunicação e itinerários de socorro; ❖ Apoiar no transporte de bens essenciais de sobrevivência às populações isoladas; ❖ Executar as ações de distribuição de água potável às populações; ❖ Disponibilizar apoio logístico à população e a outras forças operacionais; ❖ Participar na reabilitação das infraestruturas; ❖ Colaborar na reposição da normalidade da vida das populações atingidas.
<p>GNR - Posto Territorial de Vagos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Assegurar a manutenção da ordem, nas suas zonas de intervenção, salvaguardando a atuação de outras entidades e organismos operacionais; ❖ Garantir a segurança de estabelecimentos públicos e a proteção de infraestruturas sensíveis, fixas e temporárias, e de instalações de interesse público ou estratégico nacional; ❖ Garantir a segurança física das equipas de restabelecimento das comunicações da rede SIRESP e assegurar a acessibilidade destas aos locais afetados da rede; ❖ Garantir a segurança dos locais e equipamentos que suportam a Rede SIRESP; ❖ Exercer missões de isolamento de áreas e estabelecimento de perímetros de segurança; restrição, condicionamento da circulação e abertura de corredores de emergência ou evacuação para as forças de socorro; escolta e segurança de meios das forças operacionais em deslocamento para as operações; apoio à evacuação de populações em perigo;

³ Entende-se por Posto Médico Avançado o local destinado à prestação de cuidados de saúde às vítimas resultantes do acidente grave ou catástrofe localizado no TO. Serão montados em estruturas móveis ou estruturas físicas adaptadas.

Agentes de Proteção Civil	Responsabilidades
<p align="center">GNR - Posto Territorial de Vagos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Disponibilizar apoio logístico às forças de intervenção; ❖ Assegurar a coordenação da atividade de prevenção em situação de emergência, vigilância e deteção de incêndios rurais/florestais e de outras agressões ao meio ambiente; ❖ Executar, através da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro (UEPS), ações de prevenção e de intervenção, em situação de acidente grave e catástrofe, abrangendo a generalidade das operações de emergência de proteção e socorro; realizar ações de gestão de combustível rural, incluindo queimas e queimadas, de gestão de fogos rurais e de proteção contra incêndios rurais; realizar ações de supressão de fogo, em ataque inicial e ampliado; prosseguir as demais atribuições que lhe forem cometidas pela lei; ❖ Empenhar o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA) e a UEPS no acompanhamento das zonas contaminadas, através da monitorização, nomeadamente dos solos, águas e atmosfera, na área da competência territorial da GNR; ❖ Acionar os meios de identificação de vítimas de desastres do DVI Team (Disaster Victim Identification Team) e o Núcleo Central de Apoio Técnico, em estreita articulação com as autoridades de saúde, em especial com o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forense; ❖ Colaborar, de acordo com as suas disponibilidades, na recolha de informação Ante-mortem e Post-mortem; ❖ Disponibilizar a Equipa de Gestão de Incidentes Críticos – Apoio Psicossocial (EGIC Psicossocial); ❖ Proteger a propriedade privada contra atos de saque; ❖ Coordenar as ações de pesquisa de desaparecidos, promovendo a organização de um “Centro de Pesquisa e Localização”, onde se concentra a informação sobre os indivíduos afetados e onde se poderá recorrer para obter a identificação das vítimas; ❖ Receber e guardar os espólios das vítimas, e informar o “Centro de Pesquisa de Desaparecidos”; ❖ Assegurar um serviço de estafetas para utilização como meio alternativo de comunicação; ❖ Colaborar nas ações de alerta e mobilização do pessoal envolvido nas operações de socorro, bem como no aviso às populações; ❖ Velar pela observância das disposições legais no âmbito sanitário, incluindo o apoio às ações de mortuária, nomeadamente na remoção dos cadáveres ou parte de cadáveres devidamente etiquetados e acondicionados; ❖ Empenhar meios cinotécnicos na busca e resgate de vítimas; ❖ Definir e implementar, os processos de identificação e credenciação do pessoal ligado às operações de proteção civil; ❖ Disponibilizar elementos para integrar ERAV-m.
<p align="center">Forças Armadas (FFAA)⁴</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Patrulhamento, vigilância, prevenção, deteção, rescaldo e vigilância pós-incêndio florestal; ❖ Ações de busca e salvamento terrestre;

⁴ A colaboração das FFAA será solicitada de acordo com os planos de envolvimento aprovados ou quando a gravidade da situação assim o exija, de acordo com a disponibilidade e prioridade de emprego dos meios militares, mas sempre enquadrada pelos respetivos comandos militares e legislação específica. Compete ao Presidente da Câmara solicitar ao presidente da ANEPC a participação das FFAA. Importa, ainda, salientar que as FFAA atuam de acordo com o disposto nos artigos 52.º a 58.º da Lei de Bases de Proteção Civil, na redação dada pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto.

Agentes de Proteção Civil	Responsabilidades
<p align="center">Forças Armadas (FFAA)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Disponibilização de equipamentos e de apoio logístico, quer para as operações, quer para a população afetada. Pode incluir fornecimento de alimentação (eventualmente confeção) e distribuição de abastecimentos, nomeadamente medicamentos, água e combustíveis; Apoio em material e serviços diversos (material de aquartelamento, geradores, depósitos de água, desempanagem/reboque de viaturas); ❖ Transporte e evacuação terrestre de sinistrados e de populações afetadas; ❖ Fornecimento temporário de alojamento, na sua capacidade sobranante, ou com possibilidade de recurso a tendas; ❖ Trabalho indiferenciado com pessoal não especializado, incluindo montagem de acampamentos de emergência; ❖ Reabilitação de infraestruturas e/ou ações de apoio técnico; ❖ Apoio específico de máquinas de engenharia militar em ações de auxílio ao combate e rescaldo de incêndios florestais; ❖ Reabilitação de infraestruturas com recurso ao emprego de engenharia militar; ❖ Reforço do pessoal civil nos campos da salubridade e da saúde, nomeadamente na triagem, cuidados médicos de emergência e na hospitalização e evacuação de feridos e doentes; ❖ Apoio médico-sanitário, podendo incluir a Unidade Sanitária de Apoio a Catástrofes e Eventos/Agrupamento Sanitário; ❖ Prestação de apoio em comunicações; ❖ Contribuir na preparação e implementação dos planos de emergência, elaborados aos diferentes níveis (nacional, regional, distrital e municipal), nos termos da legislação em vigor; ❖ Participar na realização de exercícios de simulação e treino, para operações de proteção civil; ❖ Detecção, identificação, monitorização, proteção, descontaminação e gestão de perigos e riscos de agentes NRBQ.
<p align="center">AMN - Capitania do Porto de Aveiro PM - Comando Local de Aveiro</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Desempenhar funções nos domínios do alerta e do aviso, nos espaços sob sua jurisdição; ❖ Executar reconhecimentos marítimos e fluviais; ❖ Planear e desencadear ações de busca e salvamento, apoio e socorro; ❖ Intervir na área de segurança marítima, no que se refere ao tráfego de navios e embarcações e à salvaguarda da vida humana no mar; ❖ Condicionar o acesso, circulação e permanência de pessoas e bens, na sua área de jurisdição; ❖ Proteger a propriedade privada contra atos de saque; ❖ Garantir a segurança de estabelecimentos públicos e proteção de infraestruturas sensíveis, fixas e temporárias, e de instalações de interesse público ou estratégico nacional; ❖ Preservar a regularidade do Tráfego Marítimo em articulação com a Autoridade Nacional de Controlo do Tráfego Marítimo (ANCTM), em particular, atuando como agente de proteção civil, em situações de sinistro marítimo, socorro e emergência; ❖ Coordenar eventuais operações de combate à poluição marítima por hidrocarbonetos ou outras substâncias perigosas na área portuária, conforme previsto no Plano Mar Limpo;

Agentes de Proteção Civil	Responsabilidades
<p>AMN - Capitania do Porto de Aveiro PM - Comando Local de Aveiro</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Prestar em tempo real, informação relacionada com a movimentação de navios e cargas transportadas, mercadorias perigosas e poluentes; ❖ Organizar equipas de reconhecimento e avaliação de danos e prejuízos nas instalações portuárias; ❖ Disponibilizar elementos para integrar Equipas Responsáveis por Avaliação de Vítimas mortais (ERAV-m); ❖ Coordenar as Administrações Portuárias na resposta à emergência de acordo com as necessidades; ❖ Cooperar na recuperação das capacidades portuárias; ❖ Coordenar a receção de ajuda externa através de meios navais; ❖ Efetuar a ligação com as empresas de transporte marítimo conforme as necessidades; ❖ Promulgar avisos à navegação; ❖ Coordenar a segurança das instalações portuárias críticas; ❖ Disponibilizar apoio logístico, no aplicável; ❖ Efetuar levantamentos hidrográficos de emergência; ❖ Efetuar reconhecimento subaquático; ❖ Efetuar a ligação entre o Sistema de Proteção Civil e as Administrações Portuárias tendo em vista as capacidades logísticas disponíveis dos portos; ❖ Estabelecer o assinalamento marítimo de recurso nos locais onde seja necessário; ❖ Assegurar a manutenção da ordem, nas suas zonas de intervenção, salvaguardando a atuação de outras entidades e organismos operacionais; ❖ Assegurar a segurança portuária e das orlas fluvial e marítima, na sua área de competência territorial; ❖ Exercer missões de: isolamento de áreas e estabelecimento de perímetros de segurança; restrição, condicionamento da circulação e abertura de corredores de emergência ou evacuação para as forças de socorro; escolta e segurança de meios das forças operacionais em deslocamento para as operações; apoio à evacuação de populações em perigo; ❖ Coordenar as ações de busca de desaparecidos; ❖ Receber e guardar os espólios das vítimas; ❖ Velar pela observância das disposições legais no âmbito sanitário, incluindo o apoio às ações de mortuária, nomeadamente na remoção dos cadáveres ou parte de cadáveres devidamente etiquetados e acondicionados.
<p>ANAC⁵ / GPIAAF⁶</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Promover a segurança aeronáutica; ❖ Promover a coordenação civil e militar em relação à utilização do espaço aéreo e à realização dos voos de busca e salvamento; ❖ Participar nos sistemas de proteção civil e de segurança interna; ❖ Colaborar na resposta de proteção civil e socorro, de acordo com as missões operacionais legalmente definidas; ❖ Cooperar com entidade responsável pela prevenção e investigação de acidentes e incidentes com aeronaves civis.

⁵ Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC).

⁶ Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários (GPIAAF).

Agentes de Proteção Civil	Responsabilidades
<p>INEM, IP</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Coordenar todas as atividades de saúde em ambiente pré-hospitalar, a triagem e evacuações primárias e secundárias, a referenciação e transporte para as unidades de saúde adequadas, bem como a montagem de PMA; ❖ Coordenar a triagem e o apoio psicológico a prestar às vítimas no local da ocorrência, com vista à sua estabilização emocional e posterior referenciação para as entidades adequadas; ❖ Garantir a articulação com todos os outros serviços e organismos do Ministério da Saúde, bem como com os serviços prestadores de cuidados de saúde, ainda que não integrados no Serviço Nacional de Saúde; ❖ Assegurar um sistema de registo de vítimas desde o TO até às unidades de saúde de destino.
<p>Centro Hospitalar do Baixo Vouga - Hospital Infante D. Pedro - Aveiro ACES do Baixo Vouga</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Colaborar nas evacuações/transferências inter-hospitalares, quando necessárias e solicitado pelo INEM; ❖ Colaborar nas ações de saúde pública, nomeadamente no controlo de doenças transmissíveis; ❖ Minimizar perdas de vidas humanas, limitando as sequelas físicas e diminuindo o sofrimento humano; ❖ Colaborar no apoio psicológico à população afetada; ❖ Colaborar na resolução dos problemas de mortuária; ❖ Prestar assistência médica e medicamentosa à população; ❖ Assegurar a prestação de cuidados de saúde às vítimas evacuadas para essas unidades de saúde; ❖ Colaborar na prestação de cuidados de emergência médica pré-hospitalares, nomeadamente reforçando as suas equipas, material e equipamento, sempre que necessário e solicitado pelo INEM; ❖ Organizar, aos diferentes níveis, a manutenção dos habituais serviços de urgência; ❖ Dirigir as ações de controlo ambiental, de doenças e da qualidade dos bens essenciais; ❖ Adotar medidas de proteção da saúde pública nas áreas atingidas; ❖ Garantir o atendimento e o acompanhamento médico à população afetada.

2.3 RESPONSABILIDADES DAS ENTIDADES COM DEVER DE COOPERAÇÃO

Em seguida apresentam-se as responsabilidades das entidades com dever de cooperação no que respeita a medidas imediatas de resposta e de recuperação a curto prazo.

Quadro 5. Responsabilidades das entidades com dever de cooperação

Entidades com Dever de Cooperação	Responsabilidades
<p>A.H.B.V. de Vagos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Disponibilizar meios, recursos e pessoal; ❖ Apoiar logisticamente a sustentação das operações, na área de atuação própria do Corpo de Bombeiros, com o apoio do SMPC; ❖ Disponibilizar edifícios e outras infraestruturas para alojamento e apoio às populações; ❖ Manter a capacidade de fornecimento de apoio logístico aos meios do Corpo de Bombeiros.
<p>PJ - Departamento de Investigação Criminal de Aveiro</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Apoiar nas ações de combate à criminalidade; ❖ Proceder à identificação das vítimas através da Polícia Técnica e do Laboratório de Polícia Científica; ❖ Proceder à recolha de informação <i>Ante-mortem</i> no(s) Centro(s) de Recolha de Informação, aquando da sua ativação, com a colaboração do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF); ❖ Gerir a informação <i>Ante-mortem</i> e <i>Post-mortem</i> no Centro de Conciliação de Dados; ❖ Disponibilizar elementos para integrar ERAV-m; ❖ Acionar a Unidade de Cooperação Internacional (UCI) para obtenção de dados para a identificação de vítimas de nacionalidade estrangeira.
<p>SEF⁷</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Coordenar a cooperação entre as forças e serviços de segurança nacionais e de outros países em matéria de circulação de pessoas e de controlo de estrangeiros; ❖ Assegurar a realização de controlos móveis e de operações conjuntas com serviços ou forças de segurança congéneres; ❖ Autorizar e verificar a entrada de pessoas a bordo de embarcações e aeronaves; ❖ Proceder à identificação de cadáveres de cidadãos estrangeiros; ❖ Proceder à avaliação dos decorrentes cenários de risco, no âmbito das suas competências; ❖ Orientar os cidadãos estrangeiros presentes na área sinistrada sobre procedimentos a adotar; ❖ Estabelecer os contactos eventualmente necessários com os diferentes Consulados e Embaixadas; ❖ Impedir o desembarque de passageiros e tripulantes de embarcações e aeronaves que provenham de pontos ou aeroportos de risco, no aspeto sanitário, sem prévio assentimento

⁷ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Entidades com Dever de Cooperação	Responsabilidades
INMLCF - Gabinete Médico-Legal e Forense do Baixo Vouga (Aveiro)	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Coadjuvar técnica e operacionalmente o Ministério Público na coordenação dos serviços mortuários; ❖ Proceder à recolha de informação <i>Ante-mortem</i> no(s) Centro(s) de Recolha de Informação, aquando da sua ativação, com a colaboração da PJ; ❖ Assumir a direção e coordenação das tarefas de mortuária decorrente do evento, designadamente, a investigação forense para identificação dos corpos, com vista à sua entrega aos familiares; ❖ Assumir outras tarefas de investigação forense, de acordo com o ordenado pelo Ministério Público; ❖ Gerir as Zonas de Reunião de Mortos (ZRnM) e os necrotérios provisórios (NecPro); ❖ Mobilizar a equipa Médico-Legal de Intervenção em Desastres (EML-DVI), acionando os seus sistemas de alerta próprios; ❖ Coordenar, através da EML-DVI portuguesa, as Equipas de Mortuária provenientes da ajuda internacional; ❖ Disponibilizar elementos para integrar ERAV-m.
ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Vagos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Assegurar e coordenar as ações de apoio social às populações, no âmbito da ação social, em articulação com os vários sectores intervenientes; ❖ Colaborar na definição de critérios de apoio à população; ❖ Assegurar a constituição de equipas técnicas, para receção, atendimento e encaminhamento em articulação com os vários sectores intervenientes; ❖ Participar na reunião de pesquisa e reunião de desaparecidos, instalação de campos de desalojados e de bem-estar às populações, designadamente o fornecimento de bens e serviços essenciais; ❖ Colaborar nas ações de movimento de populações. ❖ Colaborar no apoio psicológico, de acordo com as suas possibilidades, no(s) Centro(s) de Recolha de Informação, aos familiares que fornecem informação; ❖ Apoiar as ações de regresso das populações; ❖ Assegurar o apoio psicológico de continuidade às vítimas; ❖ Manter um registo atualizado do número de vítimas assistidas e com necessidade de continuidade de acompanhamento; ❖ Participar nas ações de identificação dos aglomerados familiares carenciados e propor a atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual; ❖ Disponibilizar apoio logístico.
IPSS e IFSS do concelho de Vagos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Apoiar as ações de evacuação das populações, pesquisa de desaparecidos e gestão de campos de deslocados; ❖ Apoiar no voluntariado através da distribuição de alimentos, roupa, agasalhos e outros bens essenciais; ❖ Apoiar o sistema de recolha e armazenamento de dádivas; ❖ Disponibilizar locais de alojamento para deslocados; ❖ Procurar obter meios de subsistência a nível logístico e alimentar; ❖ Atuar nos domínios do apoio logístico e social; ❖ Assegurar a prestação de serviços a crianças, idosos, pessoas sem-abrigo e doentes; ❖ Acolher, acompanhar e encaminhar situações de carência socioeconómica; ❖ Acompanhar psicologicamente na fase pós risco.

Entidades com Dever de Cooperação	Responsabilidades
<p style="text-align: center;">ICNF, IP</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Mobilizar, em caso de incêndio rural/florestal nas áreas protegidas e nas áreas florestais sob a sua gestão, técnicos de apoio à gestão técnica da ocorrência; ❖ Apoiar com meios próprios as ações de 1.ª intervenção; ❖ Produzir cartografia para apoio a operações de combate a incêndios florestais; ❖ Colaborar nas ações de socorro e resgate, nas áreas protegidas e nas áreas florestais sob sua gestão; ❖ Colaborar nas ações de informação pública; ❖ Apoiar com meios próprios as ações de vigilância e rescaldo a incêndios; ❖ Elaborar os planos de estabilização de emergência e reabilitação dos espaços florestais; ❖ Desencadear ações necessárias à reposição da normalidade nas áreas protegidas e nas áreas florestais sob sua gestão; ❖ Agrega a informação das suas estruturas operacionais e disponibiliza ao respetivo CSREPC⁸ a carta de meios.
<p style="text-align: center;">REN, SGPS, SA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Garantir o rápido restabelecimento das redes de transformação, transporte e distribuição de energia elétrica e da rede de gás natural; ❖ Manter informação atualizada sobre a situação da rede; ❖ Manter a disponibilidade de grupos geradores para apoio em situações de falha nas redes; ❖ Efetuar o levantamento dos prejuízos causados; ❖ Coordenar com a E-REDES a estabilização dos sistemas de alta e baixa tensão; <p>Restabelecer a rede de distribuição de energia elétrica.</p>
<p style="text-align: center;">E-REDES – Distribuição de Eletricidade, SA</p>	<p><u>Produção:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Assegurar, em coordenação com a REN, a manutenção, em segurança, das condições de exploração dos seus centros produtores de energia elétrica instalados na ZS. ❖ Efetuar o levantamento dos prejuízos causados; ❖ Recuperar os danos sofridos nos seus centros produtores de energia elétrica, no sentido da retoma, tão rapidamente quanto possível, das condições normais de exploração. <p><u>Distribuição:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Assegurar a manutenção e o restabelecimento da distribuição de energia elétrica, tendo em conta, na medida do possível, prioridades definidas. ❖ Efetuar o levantamento dos prejuízos causados; ❖ Recuperar os danos sofridos pelas redes e pelas subestações e postos de transformação de distribuição.
<p style="text-align: center;">LUSITANIAGÁS – Companhia de Gás do Centro, SA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Assegurar a manutenção e o restabelecimento da distribuição de gás, tendo em conta, na medida do possível, prioridades definidas; ❖ Garantir prioridades de distribuição às forças operacionais.

⁸ Até à entrada em funcionamento das novas estruturas operacionais, mantêm-se as previstas nos artigos 18.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro.

Entidades com Dever de Cooperação	Responsabilidades
Infraestruturas de Portugal, IP	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Promover a reposição das condições de circulação e segurança nas infraestruturas rodoviárias sob a sua responsabilidade; ❖ Garantir a habilitação das forças de segurança com a informação técnica necessária para cortes e aberturas ao tráfego; ❖ Disponibilizar informação sobre os itinerários alternativos nos casos de corte de vias; ❖ Programar as intervenções necessárias à reposição das condições de circulação e segurança; ❖ Disponibilizar informação sobre os planos de reabilitação, beneficiação e de segurança rodoviário.
Ascendi, S.A.	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Disponibilizar informações sobre a manutenção e recuperação de vias e da operacionalidade dos meios de que dispõem, sempre que solicitados e disponíveis; ❖ Contribuir para a articulação entre a rede rodoviária e outros modos de transporte; ❖ Promover a reposição das condições de circulação e assegurar a proteção das infraestruturas rodoviárias e a sua funcionalidade, na sua área de intervenção; ❖ Prestar os serviços de assistência, socorro e proteção, incluindo diagnóstico e a desempanagem de viaturas imobilizadas; ❖ Assegurar as comunicações internas via telefone SOS, operar os equipamentos de telemática e realizar patrulhamentos, de modo a prestar a melhor informação possível; ❖ Disponibilizar meios humanos e materiais para a intervenção nas áreas concessionadas; ❖ Manter o controlo do tráfego rodoviário e restrições de circulação nas áreas concessionadas.
Empresas de Transporte de Mercadorias⁹	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Realizar todas as ações necessárias à promoção do transporte público, rodoviário de mercadorias; ❖ Assegurar a disponibilização de transportes de mercadorias para apoio às forças operacionais.
Empresas de Transporte de Passageiros¹⁰	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Assegurar a disponibilização de transportes rodoviários para apoio à movimentação das populações ou para transporte de forças operacionais.

⁹ A lista nominal e respetivos contactos encontram-se no ponto “2. Lista de Contactos” da “Parte III – Inventários, Modelos e Listagens”.

¹⁰ A lista nominal e respetivos contactos encontram-se no ponto “2. Lista de Contactos” da “Parte III – Inventários, Modelos e Listagens”.

Entidades com Dever de Cooperação	Responsabilidades
<p>ANACOM</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Apoiar tecnicamente, no âmbito das suas atribuições, os organismos e serviços responsáveis pelo estabelecimento e gestão da rede integrada de comunicações de emergência; ❖ Assegurar contactos com as empresas que oferecem redes de comunicações públicas ou serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público e articular a respetiva resposta coletiva, procurando minimizar o impacto das violações de segurança ou das perdas de integridade nas redes interligadas e nos utilizadores e procurando minimizar o tempo de reabilitação necessário ao restabelecimento dos serviços; ❖ Avaliar, gerir e manter atualizada a informação da situação agregada de segurança e integridade das redes e serviços de comunicações eletrónicas; ❖ Garantir a disponibilidade e utilização eficiente do espectro radioelétrico; ❖ Promover, quando adequado, a informação ao público e a entidades nacionais e internacionais competentes da situação agregada de segurança e integridade das redes e serviços de comunicações eletrónicas; ❖ Receber e tratar as notificações de violações de segurança ou de perdas de integridade para o setor das comunicações eletrónicas, que tenham impacto significativo no funcionamento das redes e serviços; ❖ Regular, supervisionar e representar o sector das comunicações.
<p>Empresas que oferecem redes de comunicações públicas ou serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público¹¹</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Garantir prioridades de acesso aos endereços correspondentes a serviços e entidades essenciais; ❖ Assegurar a avaliação e as intervenções técnicas imediatas para a manutenção e o restabelecimento das comunicações, nas suas redes ou serviços; ❖ Assegurar a recuperação dos seus serviços em caso de destruição de ativos; ❖ Possibilitar a deslocação de equipas técnicas; ❖ Garantir emissões para o público; ❖ Assegurar o restabelecimento das comunicações nas respetivas redes e serviços; ❖ Diligenciar prioridade na reposição de serviços afetados a entidades essenciais que sejam seus clientes, tendo em conta critérios de viabilidade técnica e de proporcionalidade das medidas a cumprir pelas empresas; ❖ Prestar o serviço de mensagens escritas a entidades que sejam seus clientes para o envio de mensagens de notificação; ❖ Colaborar, quando tecnicamente possível, na redução ou eliminação do tráfego de comunicações existente nas zonas de sinistro.
<p>Operadores generalistas de televisão e de radiodifusão de cobertura nacional, regional e local¹²</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Colaborar no âmbito da emissão dos avisos de proteção civil, em conformidade com o n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 2/2019, de 11 de janeiro de 2019.

¹¹ A lista nominal e respetivos contactos encontram-se no ponto “2. Lista de Contactos” da “Parte III – Inventários, Modelos e Listagens”.

¹² A lista nominal e respetivos contactos encontram-se no ponto “2. Lista de Contactos” da “Parte III – Inventários, Modelos e Listagens”.

Entidades com Dever de Cooperação	Responsabilidades
<p style="text-align: center;">APA, IP</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Assegurar a análise e avaliação periódicas das componentes ambientais das águas, de forma a identificar e aplicar novas capacidades operativas face à eventual evolução da situação; ❖ Colaborar nas ações de deteção, aviso e alerta no âmbito de incidentes que envolvam agentes biológicos, nucleares e radiológicos; ❖ Colaborar nas ações de planeamento no âmbito dos acidentes químicos; ❖ Colaborar em acidentes graves que envolvam substâncias perigosas: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Enviar pessoal para a zona onde se verificou a situação de emergência, se considerado apropriado, e coordenar, no terreno, as ações relativas às substâncias perigosas; ➤ Dar resposta às solicitações das autoridades locais sobre informação técnica e assistência técnica; ➤ Disponibilizar técnicos de ligação com as autoridades locais para avaliação de aspetos técnicos e das consequências potenciais ou reais; ➤ Prestar assistência às autoridades locais na implementação das medidas de intervenção; ➤ Disponibilizar técnicos de ligação com as autoridades locais para avaliação de aspetos técnicos e das consequências potenciais ou reais; ➤ Prestar assistência às autoridades locais na implementação das medidas de intervenção; ➤ Aprovar o envio às autoridades locais dos dados de monitorização e das avaliações feitas; ➤ Rever e cooperar na divulgação da informação oficial relacionada com a situação; ➤ Aprovar a divulgação de avaliações oficiais das condições na zona em que ocorreu a situação de emergência; ❖ Disponibilizar em tempo real, dados hidrometeorológicos das estações com telemetria, da rede de monitorização do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH); ❖ Fiscalizar as condições de segurança das barragens, designadamente nos aspetos estruturais, hidráulico-operacionais e ambientais; ❖ Inventariar as fontes potenciais de poluição do meio hídrico e propor medidas de atuação em caso de contaminação dos recursos hídricos; ❖ Monitorizar o estado das massas de água e a evolução dos níveis de água das albufeiras, das descargas das barragens e das observações meteorológicas; ❖ Prestar assessoria técnica especializada nas áreas da sua competência e colaborar na implementação de medidas destinadas a salvaguardar a qualidade dos recursos hídricos e dos ecossistemas bem como a segurança de pessoas e bens; ❖ Propor medidas que contribuam para assegurar a disponibilidade de água para o abastecimento público e, em seguida, para as atividades vitais dos sectores agropecuários e industrial em situação de seca.

Entidades com Dever de Cooperação	Responsabilidades
<p>Águas da Região de Aveiro, SA Águas do Vouga, SA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Garantir a avaliação de danos e intervenções prioritárias para o rápido restabelecimento do abastecimento de água potável a serviços e unidades produtivas estratégicos, bem como dos pontos essenciais ao consumo das populações afetadas; ❖ Garantir a operacionalidade de piquetes regulares e em emergência, para eventuais necessidades extraordinárias de intervenção na rede e nas estações de tratamento; ❖ Garantir reservas estratégicas e capacidades para a manutenção da prestação de serviço; ❖ Repor, com carácter prioritário, a prestação do serviço junto dos consumidores finais; ❖ Assegurar o controlo da qualidade da água na rede.
<p>IPMA, IP</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Assegurar o funcionamento permanente das redes de observação, medição e vigilância meteorológica e sísmica, assegurando eventuais reparações de emergência; ❖ Assegurar a vigilância meteorológica e geofísica; ❖ Elaborar boletins de previsão do estado do tempo, direcionados para a atuação das forças operacionais; ❖ Elaborar cartas diárias de risco de incêndio; ❖ Emitir avisos meteorológicos, direcionados para a atuação das forças operacionais.
<p>Corpo Nacional de Escutas (CNE)¹³</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Prestar apoio, com meios humanos e materiais, para o cumprimento das ações que lhe forem atribuídas, quando solicitado, designadamente na distribuição de agasalhos, roupas e bens alimentares, bem como no alojamento e na organização de acampamentos de emergência; ❖ Colaborar no aviso às populações; ❖ Apoiar as ações de pesquisa de desaparecidos e de gestão de campos de deslocados.
<p>Organizações de Radioamadores¹⁴</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Apoiar as radiocomunicações de emergência de acordo com as suas próprias disponibilidades; ❖ Prestar apoios com meios humanos e materiais para o cumprimento das ações que lhes forem atribuídas, quando solicitado conforme previsto nas comunicações.
<p>Ministério Público (MP)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Coordenar os serviços mortuários, coadjuvado técnico e operacionalmente pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses; ❖ Determinar a ativação de um ou mais Centros de Recolha de Informação, para recolha de informação Ante-mortem sob a responsabilidade da PJ e do INMLCF; ❖ Autorizar a remoção de cadáveres ou partes de cadáveres do local onde foram etiquetados para as ZRnM e destas para os NecPro; ❖ Receber a informação das entidades gestoras das ZRnM e dos NecPro, acerca do número de mortes verificadas e de mortos identificados ou por identificar, bem como a informação sobre as estruturas organizativas instaladas para a intervenção nesses domínios:

¹³ A lista nominal e respetivos contactos encontram-se no ponto “2. Lista de Contactos” da “Parte III – Inventários, Modelos e Listagens”.

¹⁴ A lista nominal e respetivos contactos encontram-se no ponto “2. Lista de Contactos” da “Parte III – Inventários, Modelos e Listagens”.

Entidades com Dever de Cooperação	Responsabilidades
IRN, IP - Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial de Vagos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Proceder ao assento de óbitos e garantir toda a tramitação processual e documental associada.
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC)	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Coordenar a execução de ações conjuntas enquadradas nos planos oficiais de controlo no âmbito da segurança alimentar, da proteção animal e da sanidade animal e vegetal, de acordo com as orientações funcionais emitidas pelos organismos e serviços centrais competentes em razão da matéria; ❖ Colaborar na execução de ações enquadradas nas políticas de ordenamento florestal, do regime florestal, das fileiras florestais, políticas cinegéticas, aquícolas das águas interiores e as relativas a outros produtos ou recursos da floresta, bem como acompanhar os programas ou planos de gestão e proteção da floresta, de acordo com as orientações dos serviços centrais competentes.
Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Assegurar o apoio técnico em inspeções e vistorias de engenharia civil a locais de maior exigência técnica ou de maior exigência de segurança; ❖ Propor medidas imediatas de atuação, mesmo que de carácter provisório, que permitam ultrapassar ou corrigir situações de insuficiência ou de risco.
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) / Direção de Serviços da Região (DSR) do Centro	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Disponibilizar as instalações escolares sempre que solicitadas em situação de emergência; ❖ Promover e/ou apoiar ações de sensibilização pública; ❖ Promover a segurança e a evacuação ordenada da população escolar em situação de emergência; ❖ Participar na avaliação de danos e executam ou participam em programas de reabilitação e/ou reconstrução dos equipamentos;

3 ORGANIZAÇÃO

3.1 INFRAESTRUTURAS DE RELEVÂNCIA OPERACIONAL

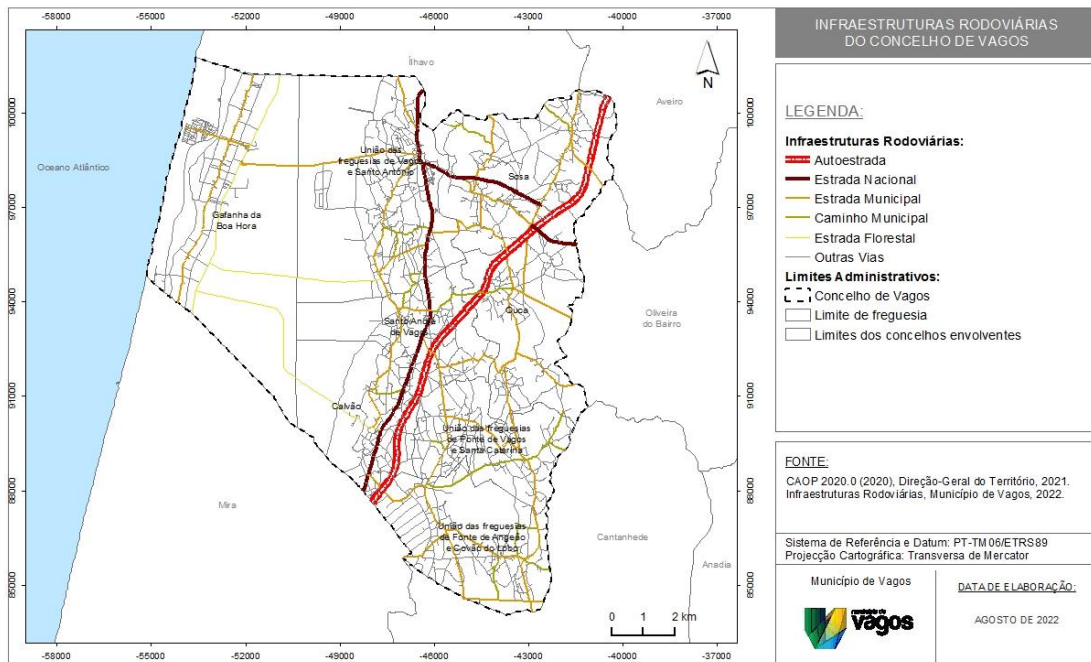
Consideram-se infraestruturas de relevância operacional, as estruturas que pela sua importância numa operação de proteção civil, poderão ser consideradas vitais para a prevenção, planeamento, socorro e emergência. O objetivo desta caracterização é identificar geograficamente os locais onde os riscos podem ocorrer, permitindo alocar os meios materiais e humanos em situação de emergência no intervalo de tempo mais curto possível. Em termos de prevenção, permite também dotar os locais mais sensíveis com meios de resposta necessários para minimizar a probabilidade de ocorrência e as respetivas consequências.

3.1.1 INFRAESTRUTURAS TERRITORIAIS

3.1.1.1 INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS

O concelho de Vagos é atravessado por uma extensa rede de estradas como a A17 (Aveiro, nó da A25 - Limite sul do concelho em 15,5 km), pela EN109 (Porto - Leiria em 13,3 km), EN333 (Vagos - Oliveira do Bairro), EN333-1 (Ouça - Oliveira do Bairro), EN334 (Covão do Lobo - Mira) e EN 335 (Salgueiro - Aveiro em 3,5 km) e ainda por uma vasta rede de estradas municipais, abrangendo todas as freguesias do concelho (Mapa 2).

Mapa 2. Infraestruturas rodoviárias do concelho de Vagos



3.1.1.2 INFRAESTRUTURAS FERROVIÁRIAS

A rede ferroviária nacional não serve diretamente o concelho de Vagos.

3.1.1.3 INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE AÉREO

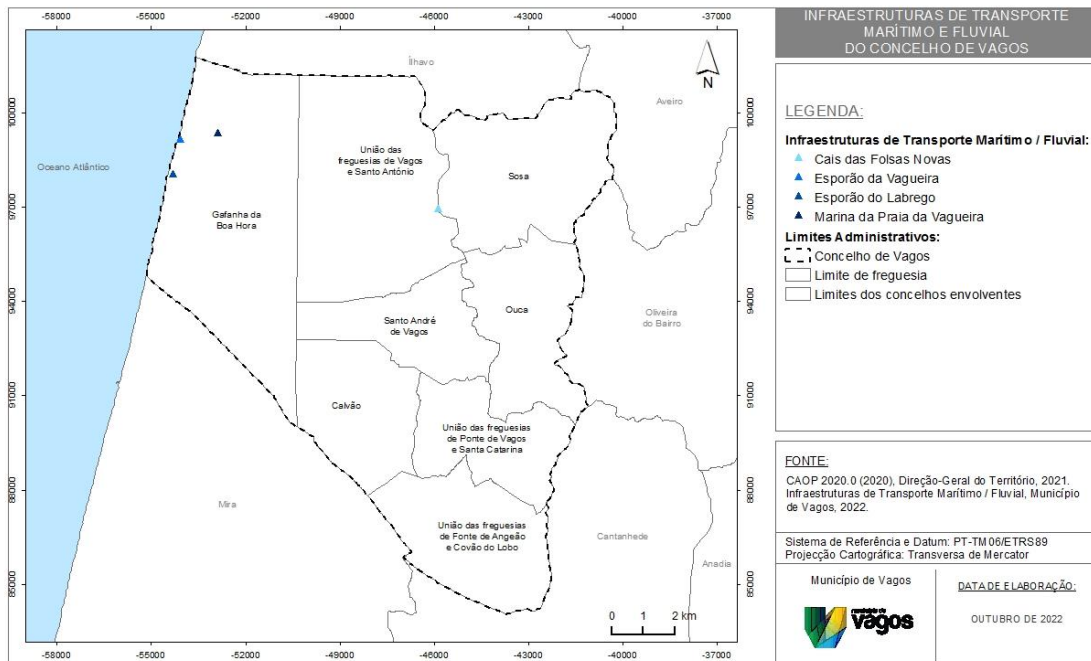
O concelho de Vagos não possui nenhum aeródromo/heliporto certificado (aeródromo ou heliporto no qual se verifica que há cumprimento satisfatório dos normativos aplicáveis) nem nenhum aeródromo/heliporto aprovado (aeródromo ou heliporto com restrições operacionais, mas com requisitos de segurança mínimos para a sua utilização para os fins específicos para que foi aprovado) pela Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC).

3.1.1.4 INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE MARÍTIMO E/OU FLUVIAL

Ao nível desta tipologia de infraestruturas, de referir a Marina da Praia da Vagueira (Mapa 3), a qual apresenta as seguintes características:

- ❖ Postos de amarração - 14 lugares para embarcações até 20m e calado inferior a 2,5m (destinado a embarcações passeantes);
- ❖ Acesso rampeado preparado para suportar cargas de atrelados com embarcações até ao espelho de água.
- ❖ Zona de praia rampeada com areia, permitindo boas condições de acesso, favoráveis à prática de desportos náuticos (canoagem, SUP, vela, remo, etc.)

Mapa 3. Infraestruturas de transporte marítimo e/ou fluvial do concelho de Vagos

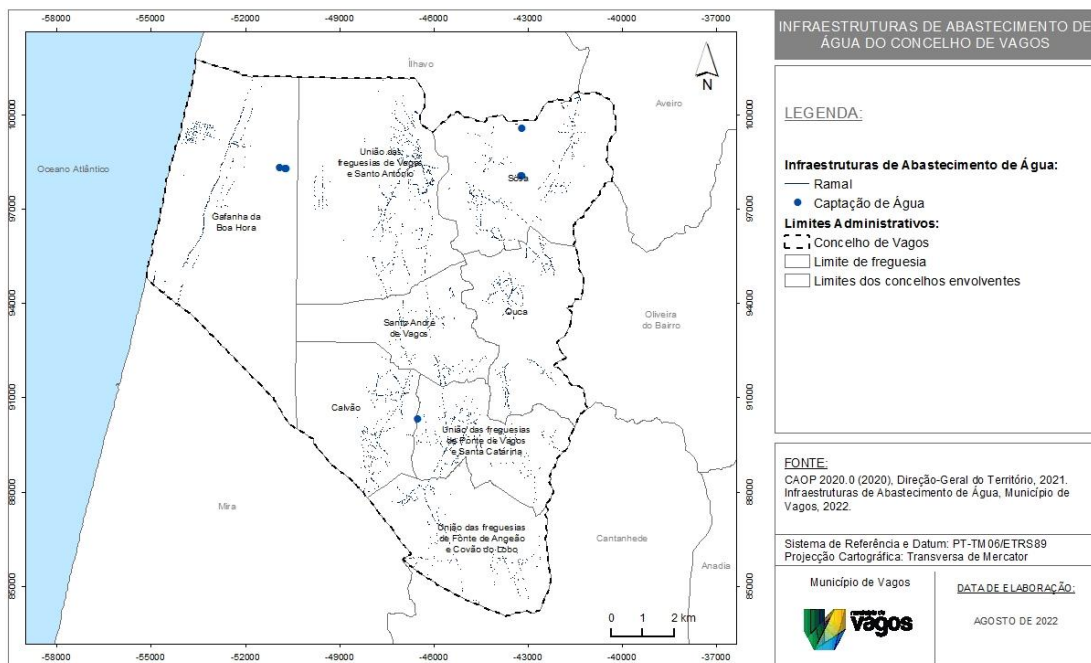


3.1.1.5 INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A exploração dos serviços municipais de abastecimento de água aos utilizadores no concelho de Vagos encontra-se concessionada à Águas da Região de Aveiro, SA (AdRA, SA). A gestão do sistema de abastecimento de água “em alta” é da responsabilidade da Águas do Vouga, SA.

A rede de abastecimento de água é composta por um conjunto de infraestruturas e equipamentos (ramais de ligação, captações, estações elevatórias, reservatórios, condutas adutoras e estações de tratamento, etc.), os quais se encontram representados no Mapa 4.

Mapa 4. Infraestruturas de abastecimento de água do concelho de Vagos



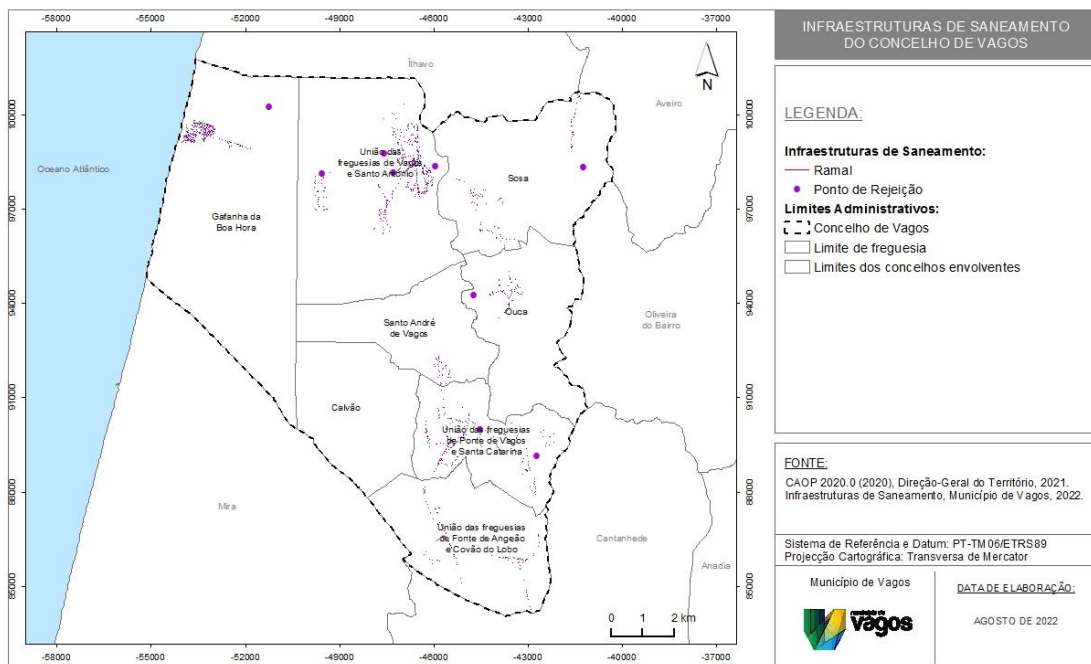
3.1.1.6 INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO

A gestão do sistema de drenagem das águas residuais “em alta” encontra-se concessionada à Águas do Centro Litoral, SA (AdCL, SA), enquanto a gestão do sistema de drenagem das águas residuais “em baixa” é da responsabilidade da Águas da Região de Aveiro, SA (AdRA, SA).

Parte das águas residuais do município de Vagos são encaminhados, através de três (3) estações elevatórias, e tratadas na estação de tratamento de águas residuais (ETAR) de Ílhavo. A AdCL tem ainda mais uma estação elevatória e quatro (4) ETAR em Ouça, Ponte de Vagos, Salgueiro e Santa Catarina que permite trata os efluentes destas localidades.

As infraestruturas de drenagem de águas residuais do concelho de Vagos encontram-se representadas no Mapa 5.

Mapa 5. Infraestruturas de saneamento do concelho de Vagos

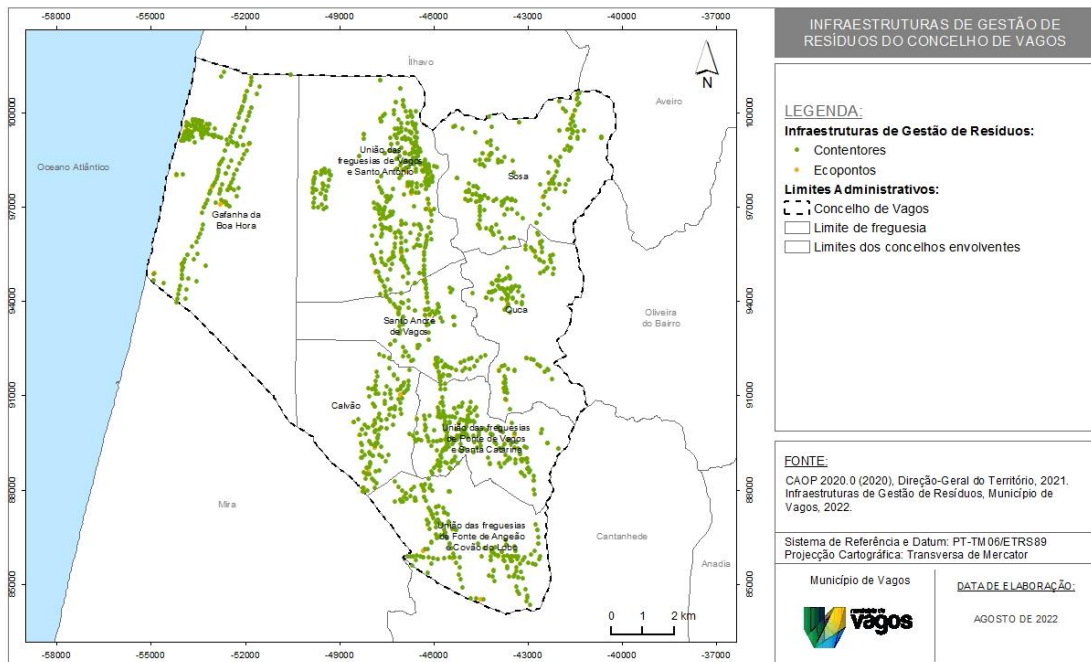


3.1.1.7 INFRAESTRUTURAS DE GESTÃO DE RESÍDUOS

A respeito da gestão de resíduos sólidos urbanos do concelho de Vagos, a recolha de resíduos sólidos urbanos, no sistema “em baixa”, é feita pela Câmara Municipal de Vagos, enquanto o sistema “em alta” é feito pela ERSUC- Resíduos Sólidos do Centro, SA.

As infraestruturas de gestão de resíduos existentes no território concelhio encontram-se representadas no Mapa 6.

Mapa 6. Infraestruturas de gestão de resíduos no concelho de Vagos

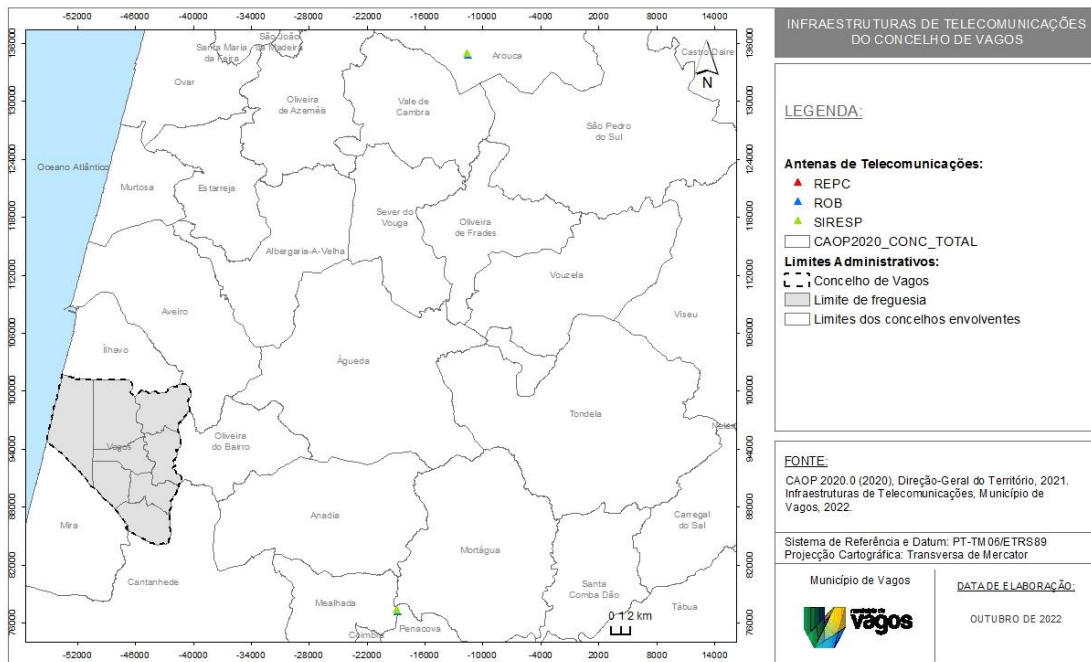


3.1.1.8 INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES

Atualmente as telecomunicações assumem um papel de extrema importância no desenvolvimento económico e social dos territórios e, perante uma situação de acidente grave ou catástrofe constituem um meio fundamental para assegurar o comando, controlo e coordenação das operações de socorro e proteção civil.

As infraestruturas de telecomunicações da rede ROB, REPC e SIRESP do distrito de Aveiro encontram-se representadas no Mapa 7.

Mapa 7. Infraestruturas de telecomunicações no concelho de Vagos



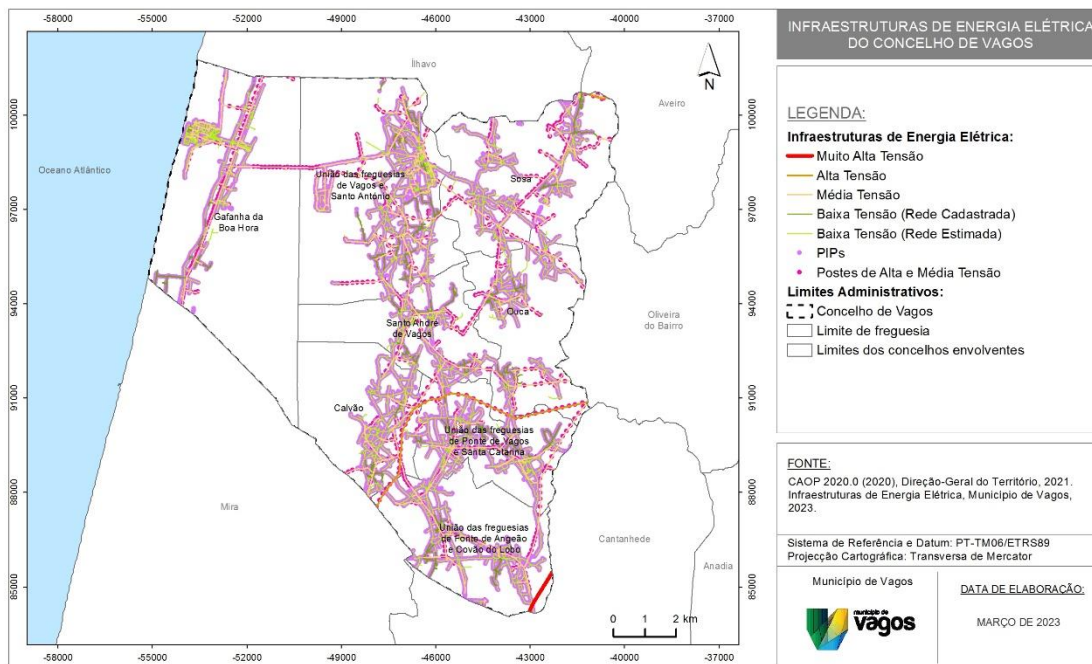
3.1.1.9 INFRAESTRUTURAS DE PRODUÇÃO, ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA E COMBUSTÍVEIS

3.1.1.9.1 INFRAESTRUTURAS DE ENERGIA ELÉTRICA

A Rede Nacional de Transporte (RNT) de energia elétrica, encontra-se concessionada à REN, SGPS, SA, correspondendo a um conjunto de infraestruturas que asseguram o escoamento da energia elétrica produzida nas centrais electroprodutoras até às redes de distribuição, as quais conduzem essa energia até às instalações dos consumidores finais, existindo alguns casos em que estes consumidores (grandes consumidores) estão ligados diretamente à rede de transporte, por questões técnicas e económicas.

A Rede Nacional de Distribuição (RND) de energia elétrica no concelho de Vagos é operada pela E-REDES, SA, sendo composta pelo conjunto de infraestruturas responsáveis por realizar o transporte da eletricidade entre a rede nacional de transporte e os consumidores.

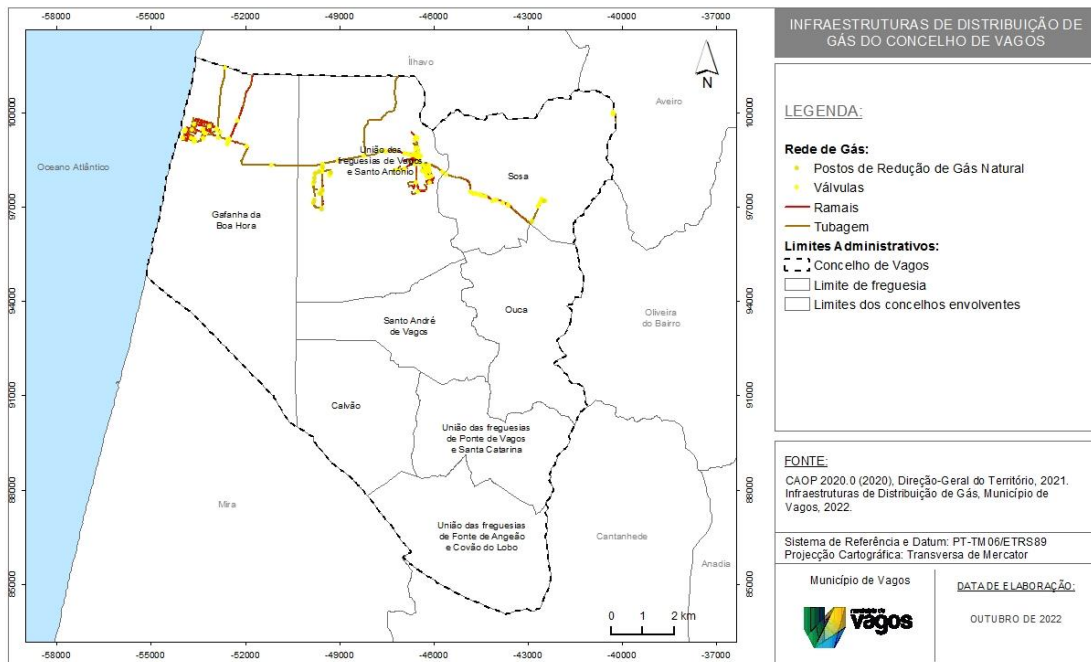
Mapa 8. Infraestruturas de energia elétrica no concelho de Vagos



3.1.1.9.2 INFRAESTRUTURAS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS

A rede de abastecimento de gás (Mapa 9), vulgarmente designada por rede gás, é principalmente assegurada pela LUSITANIAGÁS – Companhia de Gás do Centro, SA, empresa concessionária para distribuição de gás natural em 38 concelhos da região do Litoral Centro.

Mapa 9. Infraestruturas de distribuição de gás no concelho de Vagos



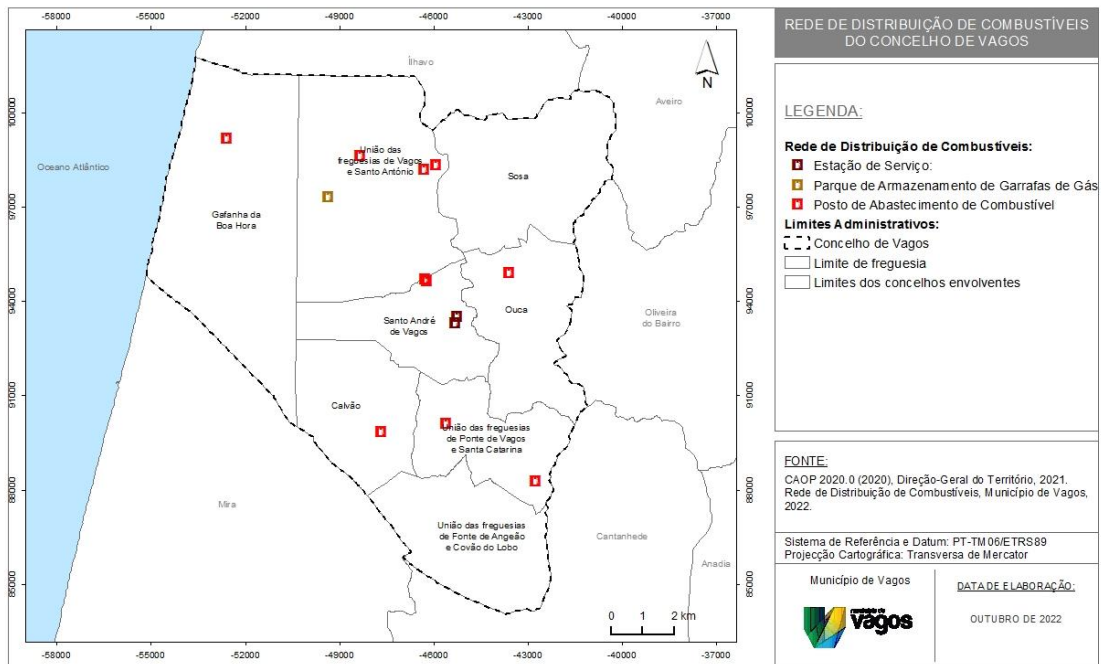
3.1.1.9.3 REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

Os postos de abastecimento de combustível assumem-se como instalações de extrema importância para a ação da proteção civil, pois, se por um lado assumem-se como locais de risco devido à própria natureza do combustível (sobretudo quando se encontram na proximidade de aglomerados populacionais), por outro lado, os postos de abastecimento de combustível concentram um recuso indispensável à deslocação dos veículos da proteção civil.

No território concelhio existem 12 postos de abastecimento, distribuídos pela freguesia de Santo André de Vagos (4 postos de abastecimento de combustível), União das freguesias de Vagos e Santo António (3 postos de abastecimento de combustível), União das freguesias de Ponte de Vagos e Santa Catarina (2 postos de abastecimento de combustível), Calvão (1 posto de abastecimento de combustível), Gafanha da Boa Hora (1 posto de abastecimento de combustível) e Ouça (1 posto de abastecimento de combustível) (Mapa 10).

Importa ainda referir a existência de um parque de armazenamento de garrafas de gás, localizado na União das freguesias de Vagos e Santo António (Mapa 10).

Mapa 10. Rede de distribuição de combustíveis no concelho de Vagos

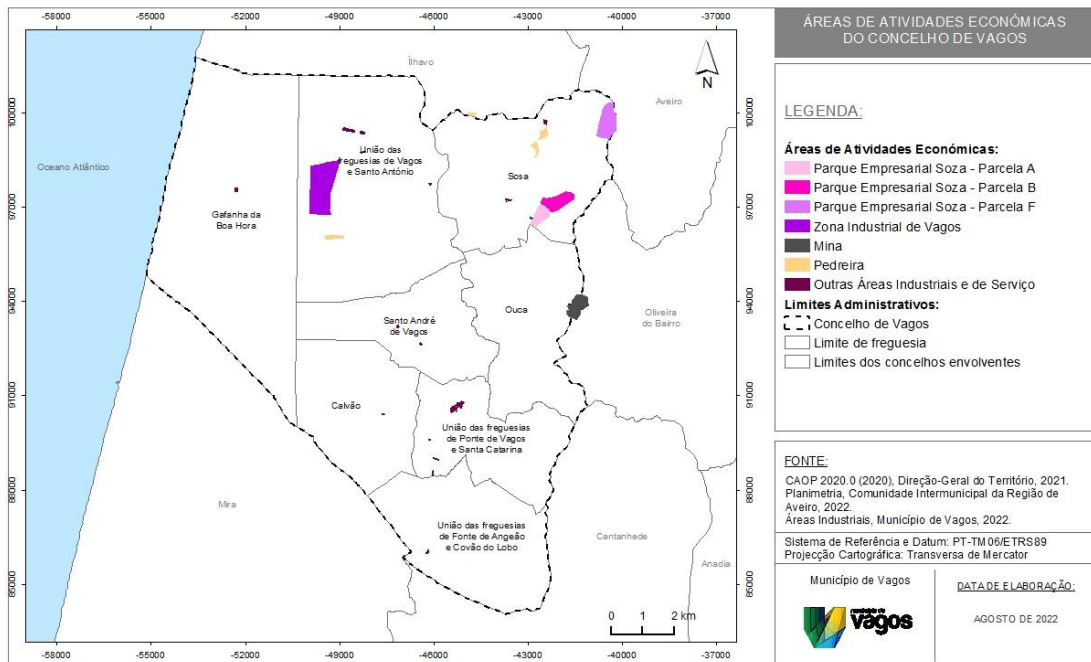


3.1.1.10 ÁREAS INDUSTRIAIS E DE ARMAZENAMENTO

3.1.1.10.1 ÁREAS INDUSTRIAIS E DE ARMAZENAMENTO

O concelho de Vagos possui uma zona industrial e um parque empresarial (Mapa 11). O processo de industrialização em Vagos constitui um fenómeno relativamente recente, o qual terá sido fortemente impulsionado pela implantação de uma zona industrial.

Mapa 11. Áreas industriais e de armazenamento no concelho de Vagos



3.1.1.10.2 ESTABELECIMENTOS COM LICENÇA AMBIENTAL

O licenciamento ambiental é uma obrigação decorrente do estabelecido no Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, e Declaração de Retificação n.º 45-A/2013, de 29 de outubro, para as instalações abrangidas pelo anexo I, conhecidas como “instalações PCIP” e inclui todas as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água e do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora e a produção de resíduos, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente no seu todo.

No concelho de Vagos verifica-se a existência de estabelecimentos com licença ambiental, nomeadamente:

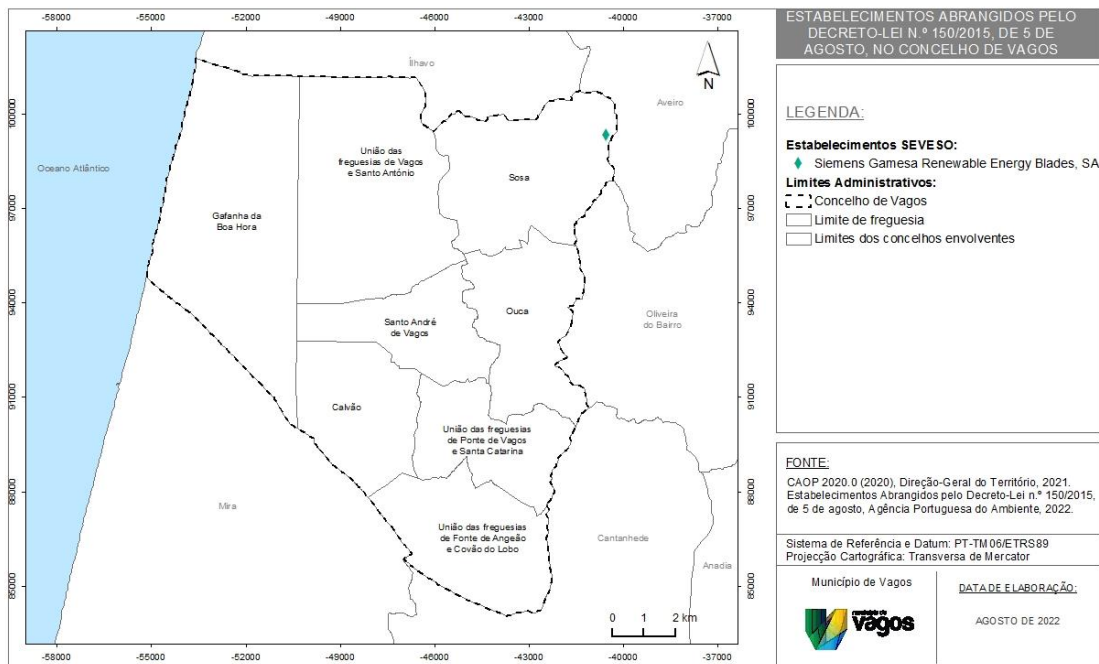
- Mário de Jesus dos Santos Carapinha;
- VAGOPLANO - Terraplanagens, Unipessoal Lda.;
- Mota Pastas Cerâmicas S.A.;
- MULTILIXOS - Contentores Lda.

3.1.1.10.3 ESTABELECIMENTOS ABRANGIDOS PELO DECRETO-LEI N.º 150/2015, DE 5 DE AGOSTO

O Decreto-lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, aplica-se a todos os estabelecimentos onde estejam presentes substâncias perigosas em quantidades iguais ou superiores às indicadas na coluna 2 das partes 1 (Substâncias Designadas) e 2 (Categorias de substâncias ou preparações não designadas especificamente na Parte 1) do Anexo I do referido diploma ou quando a aplicação da regra da adição prevista na nota 4 do mesmo anexo assim o determine.

No concelho de Vagos verifica-se a existência de um estabelecimento abrangido pelo nível inferior de perigosidade do Decreto-lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, designadamente, **Siemens Gamesa Renewable Energy Blades, SA – Vagos**.

Mapa 12. Estabelecimentos Abrangidos pelo Decreto-lei n.º 150/2015, de 5 de agosto no concelho de Vagos

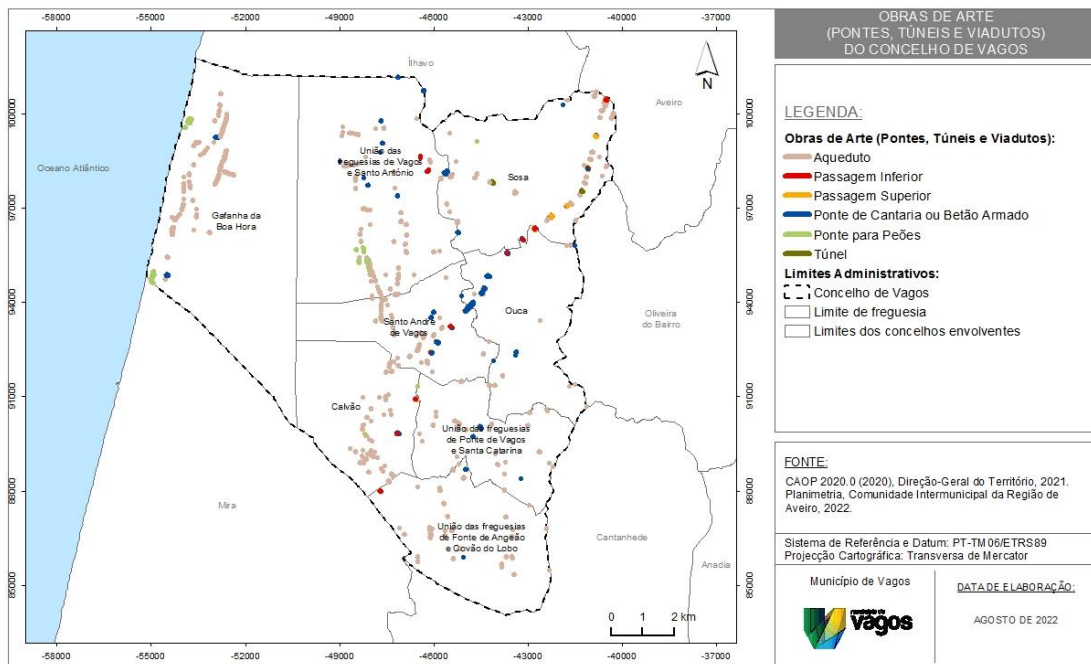


3.1.1.11 OUTRAS INFRAESTRUTURAS

3.1.1.11.1 OBRAS DE ARTE

Ainda ao nível das obras de arte, importa destacar a localização das pontes e passagens inferiores existentes no território (Mapa 13).

Mapa 13. Obras de arte (pontes, túneis e viadutos) do concelho de Vagos



3.1.1.11.2 POSTOS DE VIGIA

Os meios de vigilância e deteção têm como objetivo fundamental a dissuasão e a deteção precoce de fogos florestais prevenindo a sua consolidação e alastramento.

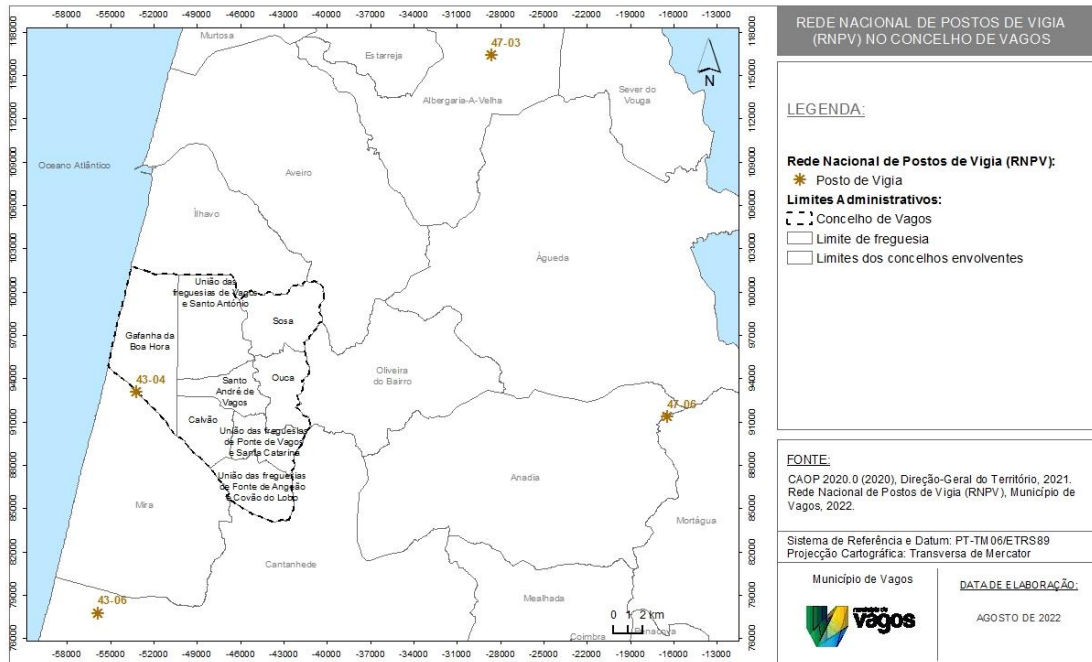
No concelho de Vagos não se regista a existência deste tipo de infraestruturas, no entanto, existem postos de vigia vizinhos com significativo campo visual sobre o concelho, sendo eles os seguintes (Mapa 14):

- ❖ 43-04 – Areão (Mira);
- ❖ 43-06 - Palheiros da Tocha (Cantanhede);

❖ 47-03 - Sra. do Socorro (Albergaria-a-Velha);

❖ 47-06 – Moinho do Pisco (Anadia);

Mapa 14. Postos de Vigia (RNPV) com visibilidade para o concelho de Vagos

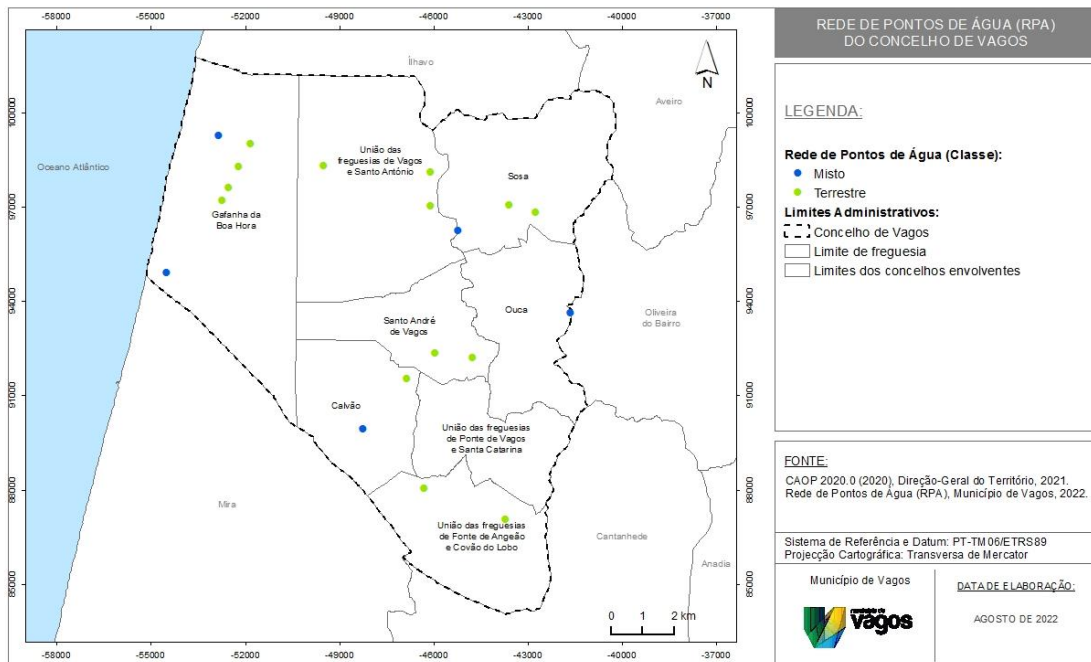


3.1.1.11.3 REDE DE PONTOS DE ÁGUA

Os pontos de água são “equipamentos integrados em redes locais, municipais e distritais de defesa da floresta contra incêndios, constituindo a definição de normas técnicas e funcionais relativas à respetiva classificação, cadastro, construção e manutenção, um aspeto primordial para a sua utilização eficiente e para a segurança dos agentes da defesa da floresta contra incêndios” (Despacho n.º 5711/2014, de 30 de abril).

A proximidade do concelho de Vagos ao mar e à Ria de Aveiro favorecem uma cobertura adequada com capacidade para reabastecimento dos tanques dos meios de combate, o que pode ser determinante no apoio ao combate e supressão de incêndios florestais (Mapa 15).

Mapa 15. Rede de pontos de água (RPA) do concelho de Vagos

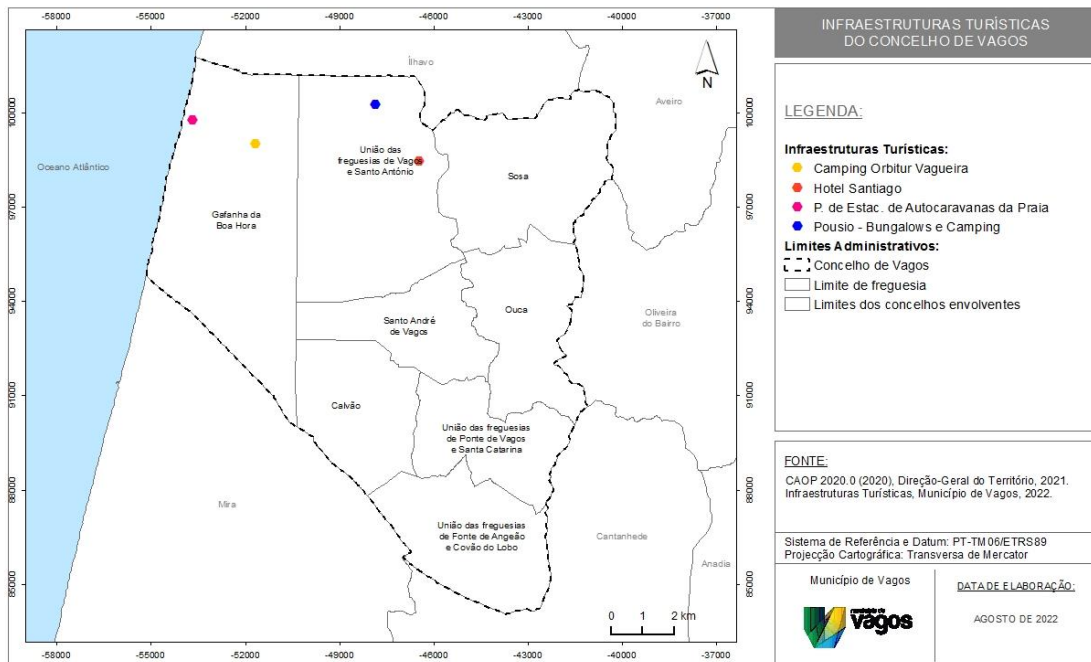


3.1.1.11.4 INFRAESTRUTURAS TURÍSTICAS

O Município de Vagos é um concelho com assimetrias que o tornam único. Destino turístico integrado na Ria de Aveiro, este alia a tradição à inovação, a ruralidade à criatividade, o património à juventude.

No Mapa 16 pode observar-se a distribuição espacial das infraestruturas turísticas do concelho de Vagos.

Mapa 16. Infraestruturas turísticas no concelho de Vagos

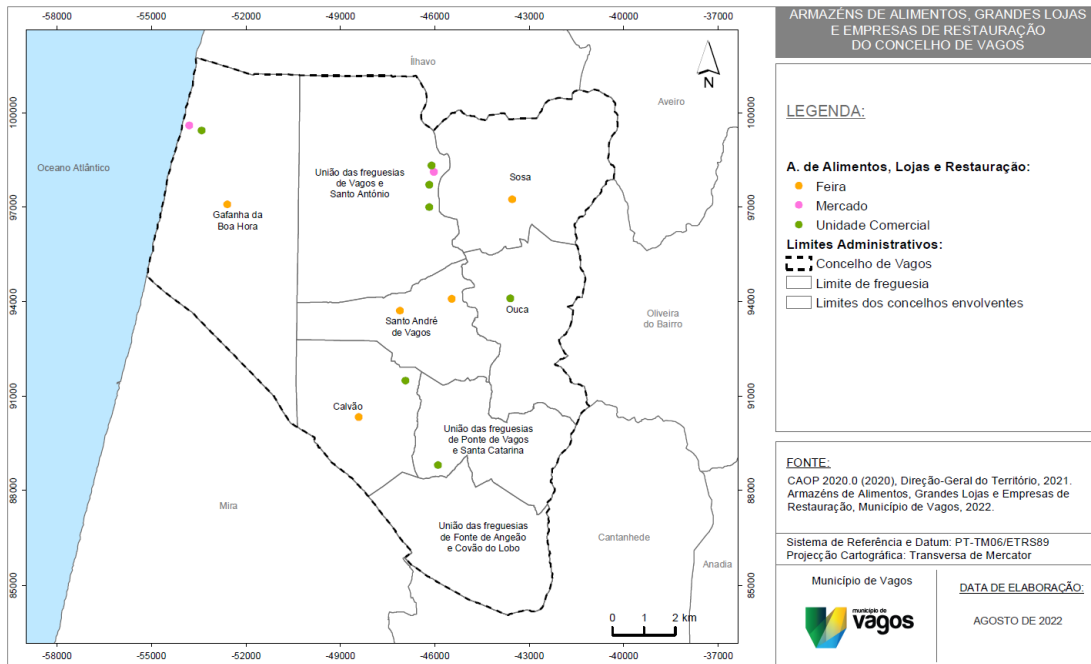


Na Parte III do PMEPC (III-2) apresenta-se a lista detalhada (lista nominal e respetivos contactos) destas infraestruturas.

3.1.1.11.5 ARMAZÉNS DE ALIMENTOS, GRANDES LOJAS E EMPRESAS DE RESTAURAÇÃO

No Mapa 17 encontra-se representada a distribuição espacial dos armazéns de alimentos e grandes lojas, bem como das empresas de restauração existentes no concelho de Vagos, à data de elaboração do PMEPCV.

Mapa 17. Armazéns de alimentos, grandes lojas e empresas de restauração no concelho de Vagos



Na parte III do PMEPC (III-2) apresenta-se a lista detalhada (lista nominal e respetivos contactos) dos armazéns de alimentos e grandes lojas existentes no concelho de Vagos.

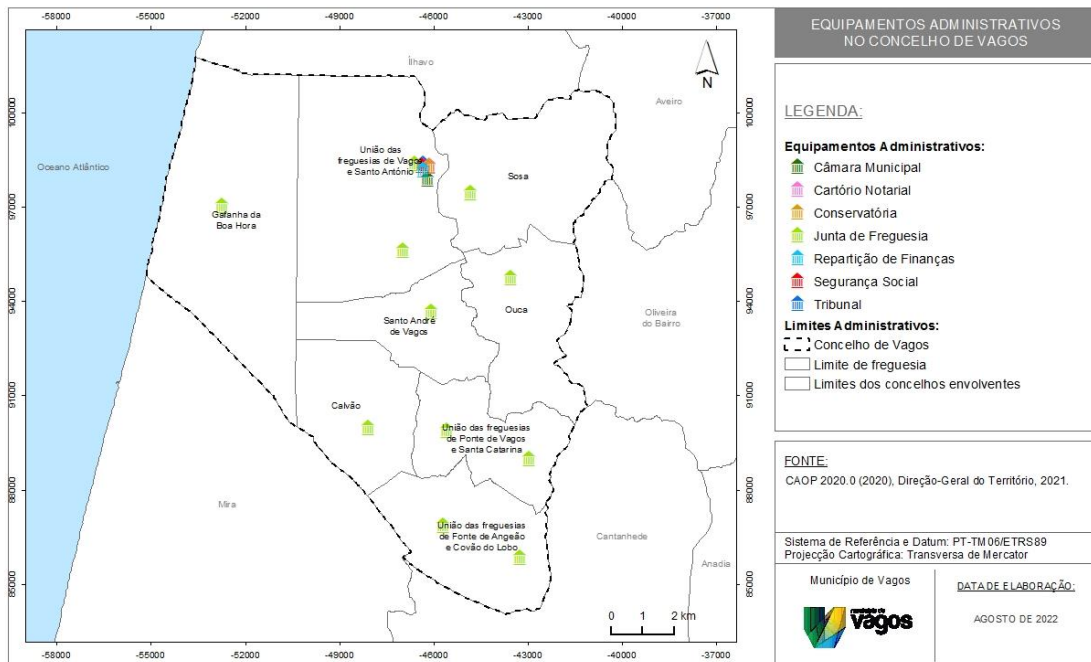
3.1.2 EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA

3.1.2.1 EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS

Nos equipamentos administrativos são prestados serviços administrativos à população, podendo estes corresponder à Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, postos dos CTT, Segurança Social, Repartição de Finanças, entre outros. Neste sentido, estes locais, sobretudo as juntas de freguesias, devido à sua proximidade à população, são ótimos locais para a divulgação de informação junto da mesma.

Quanto à distribuição espacial dos equipamentos administrativos pelo território concelhio, esta encontra-se representada no Mapa 18.

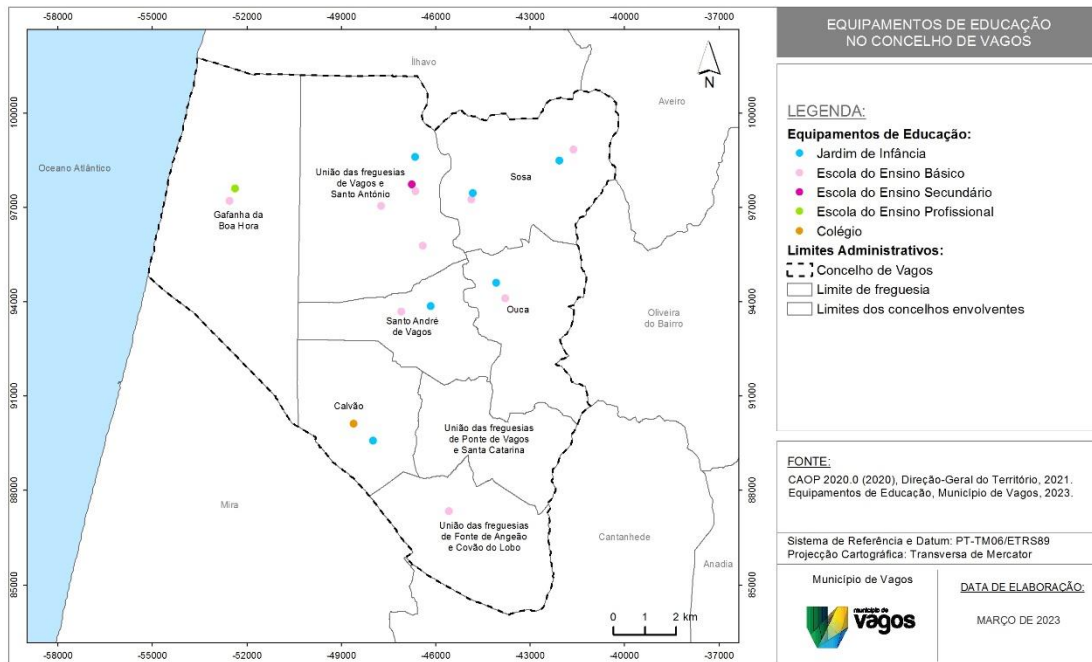
Mapa 18. Equipamentos administrativos no concelho de Vagos



3.1.2.2 EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO

A rede escolar do concelho de Vagos é composta pelo Agrupamento de Escolas de Vagos e pela Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos. A distribuição espacial dos equipamentos escolares existentes no concelho de Vagos encontra-se evidenciada no Mapa 19.

Mapa 19. Equipamentos de educação no concelho de Vagos

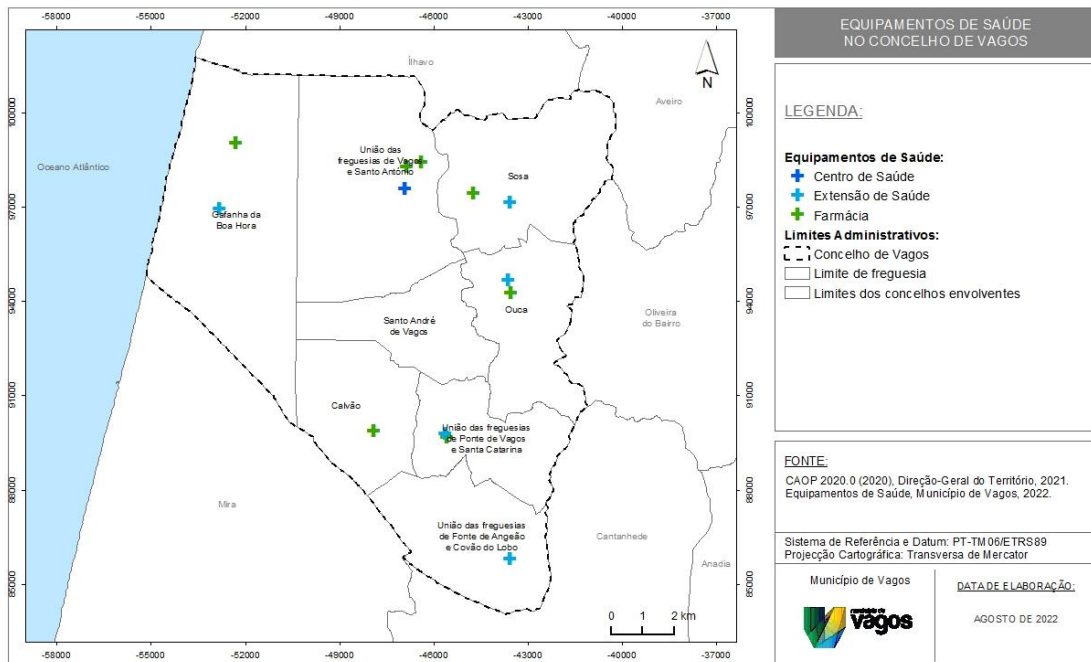


3.1.2.3 EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

Os equipamentos da rede de equipamentos de saúde pública de Vagos encontram-se agrupados num conjunto mais amplo de equipamentos, designado por Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Baixo Vouga. Ainda neste âmbito, o hospital de referência para a população residente no concelho é o Centro Hospitalar do Baixo Vouga – Hospital Infante D. Pedro - Aveiro. No âmbito farmacêutico o concelho possui 7 farmácias instaladas.

A distribuição espacial dos equipamentos de saúde encontra-se devidamente evidenciada no Mapa 20.

Mapa 20. Equipamentos de saúde no concelho de Vagos

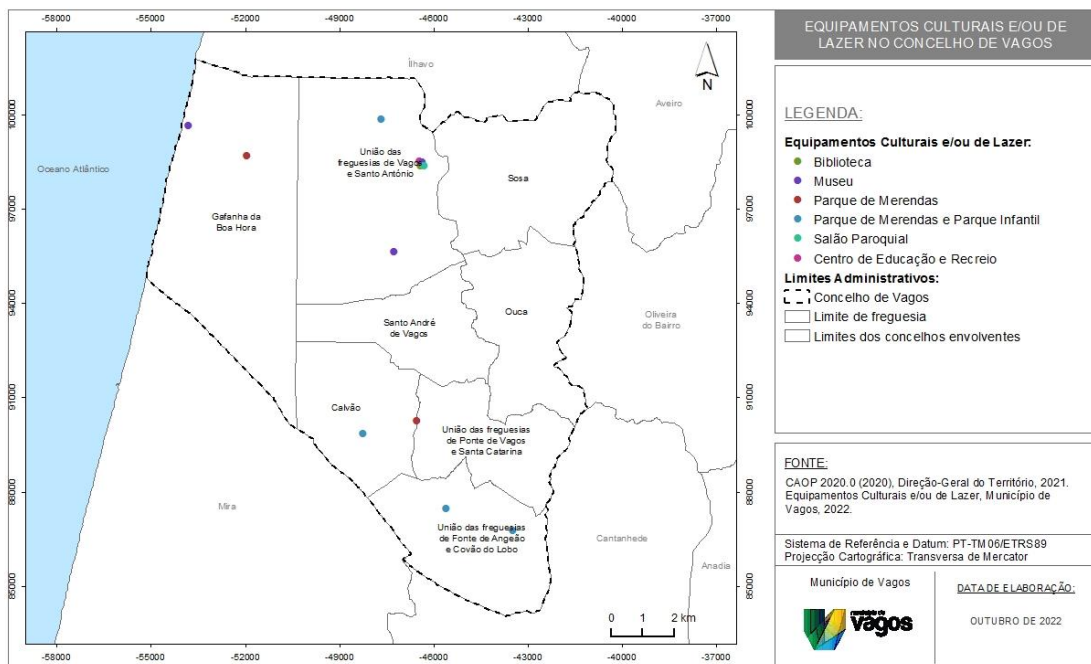


3.1.2.4 EQUIPAMENTOS CULTURAIS E/OU DE LAZER

Os equipamentos culturais e de lazer constituem importantes estruturas físicas para a promoção do território, de socialização e garantia da qualidade de vida das populações, nomeadamente de acesso dos cidadãos aos bens culturais.

O concelho de Vagos possui várias infraestruturas e equipamentos culturais e de lazer no seu território, distribuídos pelas diversas freguesias (Mapa 21). Entre as várias infraestruturas, destacam-se a Biblioteca Municipal João Grave, o Centro de Educação e Recreio, o Salão Paroquial de Vagos, a Casa-Museu de Santo António de Vagos, o Museu do Brincar, entre outros.

Mapa 21. Equipamentos culturais e/ou de lazer no concelho de Vagos

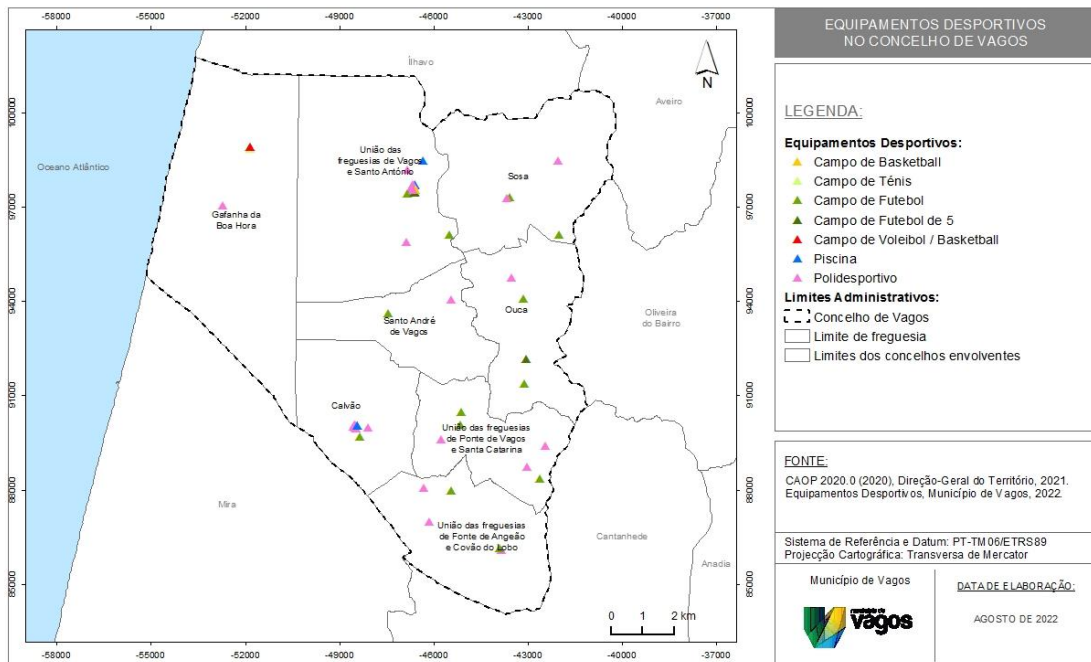


3.1.2.5 EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

Atentos o papel relevante que o desporto e a prática desportiva possuem para a qualidade de vida das populações, o Município de Vagos dispõe de vários espaços, distribuídos pelas várias modalidades, com destaque para o Complexo Desportivo Municipal e para os diversos espaços de jogo e recreio dispersos por todo o concelho.

A distribuição espacial destas infraestruturas encontra-se evidenciada no Mapa 22.

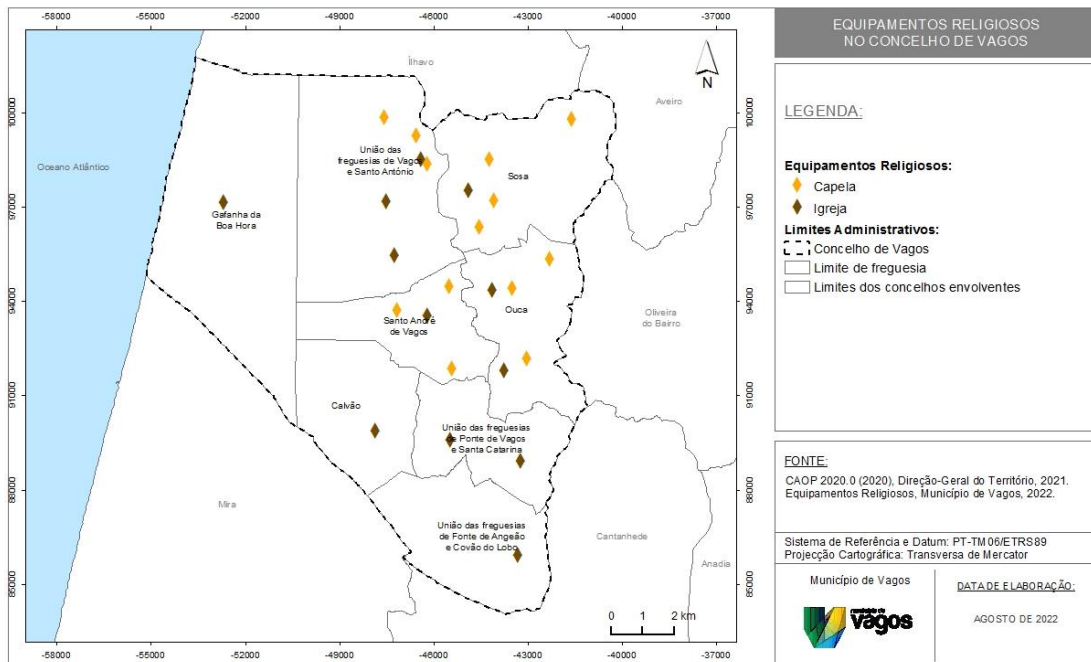
Mapa 22. Equipamentos desportivos no concelho de Vagos



3.1.2.6 EQUIPAMENTOS RELIGIOSOS

Para além de fazerem parte do património histórico e da identidade da cidade, assumindo lugar de destaque na malha urbana, os equipamentos religiosos como espaços de culto que são, estão habitualmente localizados na proximidade das populações. Estes equipamentos estão presentes em todas as freguesias do concelho (Mapa 23).

Mapa 23. Equipamentos religiosos no concelho de Vagos

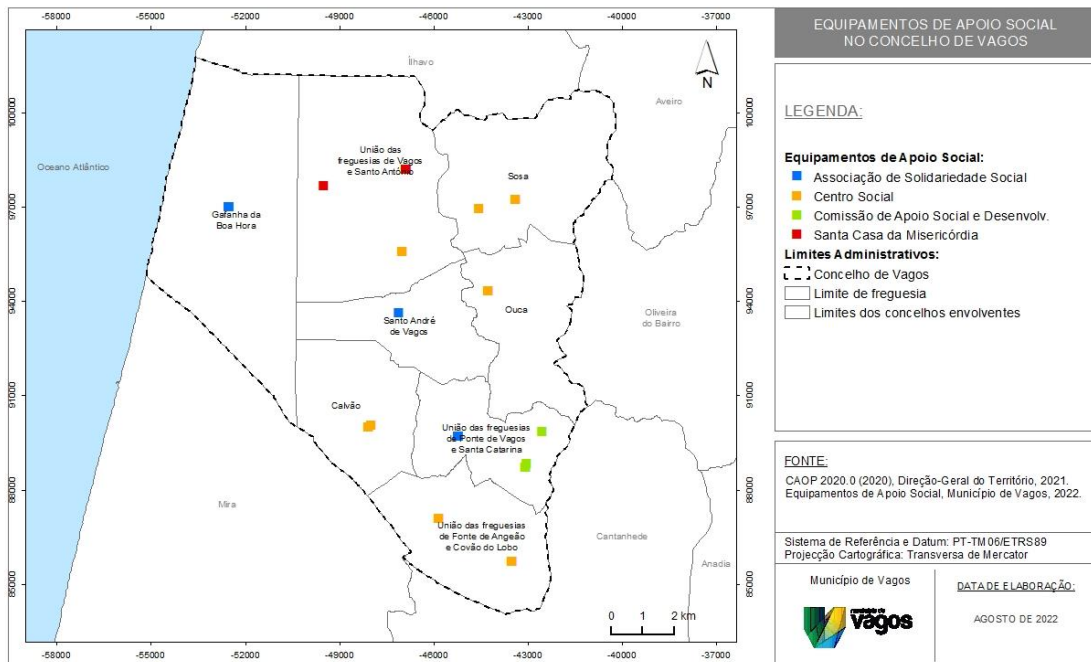


3.1.2.7 EQUIPAMENTOS DE APOIO SOCIAL

De acordo com a Carta Social (2011), um equipamento social pode ser definido como toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento a determinadas respostas que se desenvolvem diretamente junto dos utentes.

Os equipamentos sociais existentes em Vagos oferecem apoio a vários níveis (família e comunidade, crianças e jovens, pessoas idosas e pessoas com deficiência) e encontram-se devidamente identificados no Mapa 24.

Mapa 24. Equipamentos de apoio social no concelho de Vagos



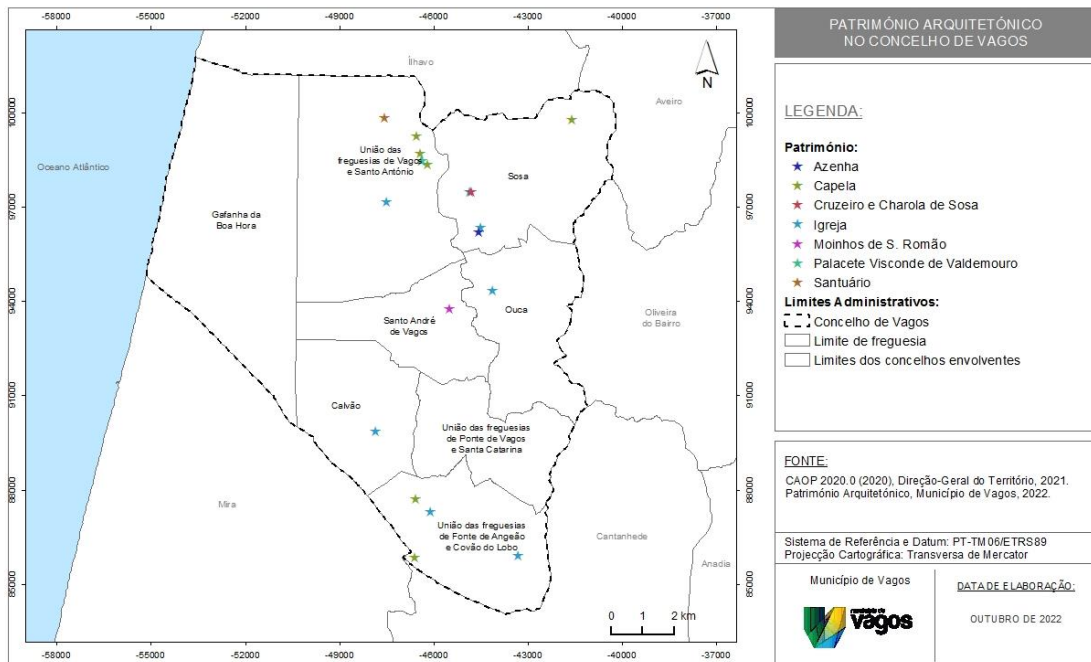
3.1.3 PATRIMÓNIO

O património cultural constitui um legado e um marco dos vários povos e gerações que ocuparam ou passaram por um determinado território, como tal constitui sempre uma importante referencia na caracterização e ordenamento de qualquer espaço. Pelo que, torna-se necessário inventariar e caracterizar os casos mais significativos do património existente, com vista à sua salvaguarda, valorização e divulgação.

No Concelho de Vagos não existem imóveis classificados, no entanto ainda se encontram diversos edifícios, não só de arquitetura erudita, mas de feição mais popular e até rural, que constituem o património edificado local.

A distribuição do património cultural do concelho de Vagos encontra-se representada no Mapa 25.

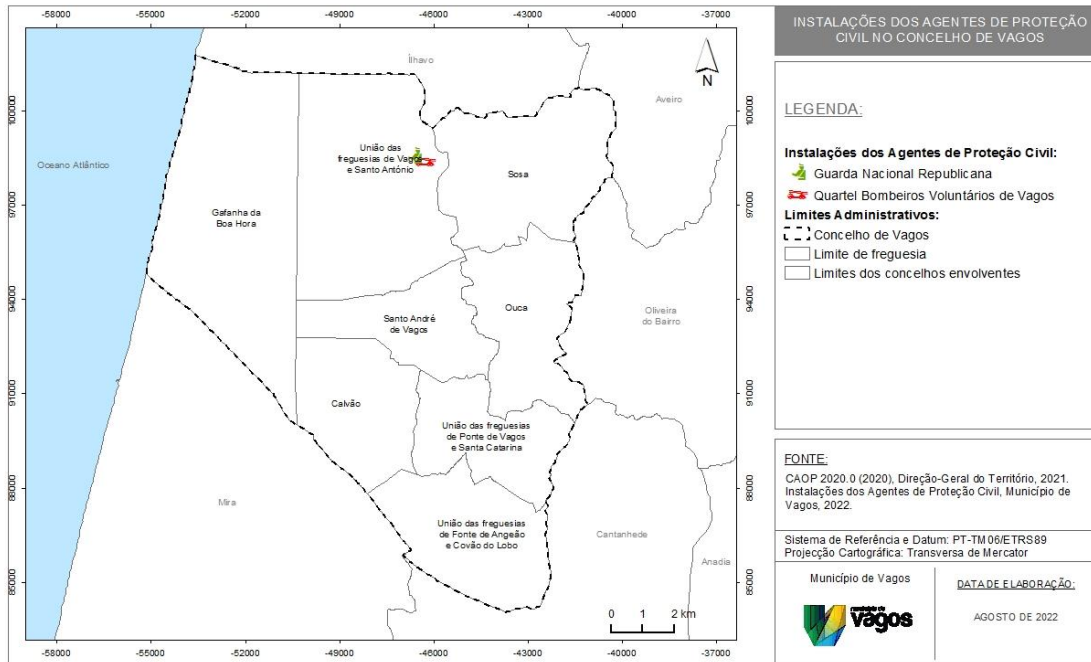
Mapa 25. Património arquitetónico no concelho de Vagos



3.1.4 INSTALAÇÕES DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL E DAS ENTIDADES COM DEVER DE COOPERAÇÃO

O Mapa 26 traduz a distribuição geográfica das instalações dos agentes de proteção civil e das entidades com dever de cooperação do concelho de Vagos. De notar que a localização das instalações das entidades públicas prestadoras de cuidados de saúde encontra-se representada no Mapa 20.

Mapa 26. Instalações dos agentes de proteção civil e das entidades com dever de cooperação no concelho de Vagos



3.2 ZONAS DE INTERVENÇÃO

O teatro de operações é uma área geográfica, adaptada às circunstâncias da ocorrência, que inclui, por regra (artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro):

- A **zona de sinistro (ZS)**, de acesso restrito, que é a área onde se desenvolve a ocorrência e onde se encontram exclusivamente os meios humanos e materiais necessários à intervenção direta e com missão atribuída;
- A **zona de apoio (ZA)**, de acesso condicionado, que é uma área adjacente à zona de sinistro e onde se concentram os meios humanos e materiais de apoio e logísticos estritamente necessários ao suporte dos meios em operação e onde estacionam os meios de intervenção para resposta imediata;
- Uma **zona de concentração e reserva (ZCR)**, adjacente à zona de apoio, onde se localizam os pontos de trânsito (são locais onde se processa o controlo de entrada e saída de meios no TO;), os locais estratégicos de reserva de meios humanos e materiais disponíveis sem missão atribuída, a sustentação logística e o apoio de serviços.

3.2.1 ZONAS DE CONCENTRAÇÃO E RESERVA (ZCR)

As **ZCR** são zonas junto ao TO, de configuração e amplitude variáveis e adaptada às circunstâncias e condições do tipo de ocorrência, onde se localizam temporariamente meios e recursos disponíveis sem missão imediata atribuída e nas quais se mantém um sistema de apoio logístico e assistência pré-hospitalar às forças de intervenção, sob gestão da Célula de Logística do PCO.

Nas ZCR podem ser consideradas diferentes áreas de acordo com o tipo e dimensão da ocorrência, nomeadamente:

❖ **Área de Reserva:**

- Local ou locais onde se localizam os meios e recursos sem missão imediata atribuída e que constituem a reserva estratégica sob a gestão da CELOG.

❖ Área de Reabastecimento:

- Local ou locais onde se realizam as operações de reabastecimento de combustíveis, água, equipamentos, consumíveis e outros considerados necessários ao suporte da ocorrência.

❖ Área de Alimentação:

- Local ou locais onde se procede à alimentação das forças e/ou preparação das refeições para distribuição aos meios em intervenção na ZS.

❖ Área de Descanso e Higiene:

- Local ou locais onde se asseguram as condições de descanso e higiene aos operacionais.

❖ Área de Apoio Sanitário:

- Local ou locais onde é instalado o apoio sanitário aos operacionais envolvidos na ocorrência.

❖ Área de Manutenção:

- Local ou locais onde se providencia a manutenção dos equipamentos.

❖ Área Médica:

- Local ou locais para instalação do Posto Médico Avançado (PMA) e/ou outras estruturas de assistência pré-hospitalar no TO.

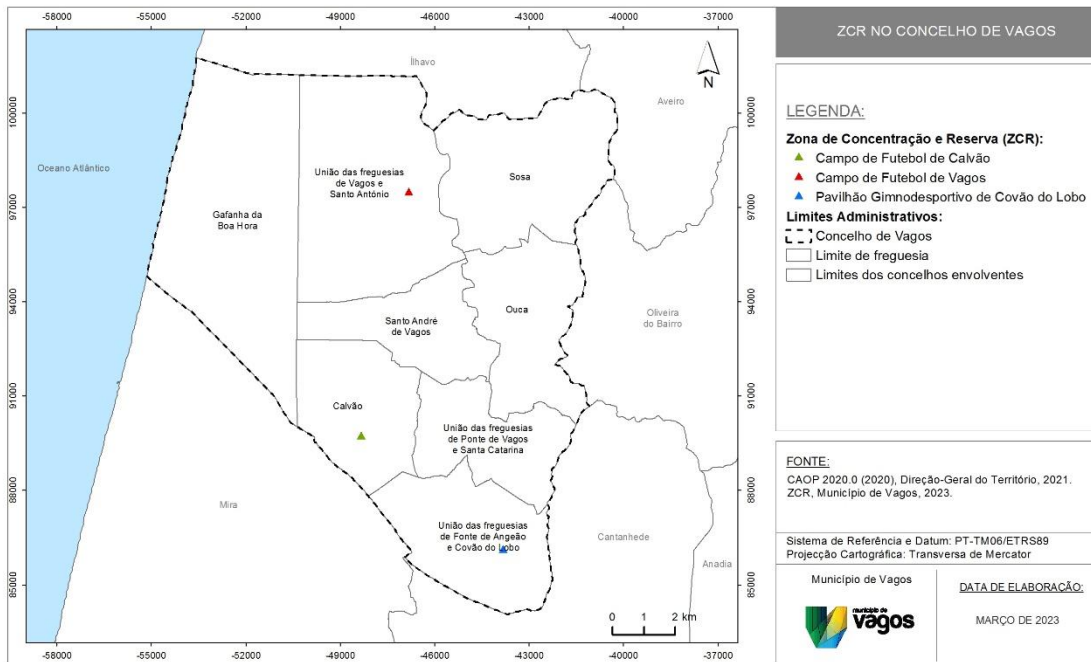
Atendendo às características anteriormente mencionadas, no concelho de Vagos poderão funcionar como ZCR os locais apresentados no Quadro 6.

Quadro 6. ZCR do concelho de Vagos

Designação	Local	Coordenadas	
		Latitude	Longitude
ZCR 1	Campo de Futebol de Vagos	40° 32' 40,517" N	8° 41' 9,413" W
ZCR 2	Campo de Futebol de Calvão	40° 28' 28,906" N	8° 42' 11,528" W
ZCR 3	Pavilhão Gimnodesportivo de Covão do Lobo	40° 26' 32,612" N	8° 38' 59,031" W

A distribuição espacial das ZCR do concelho de Vagos encontra-se explanada no Mapa 27.

Mapa 27. ZCR no concelho de Vagos



3.2.2 ZONAS DE RECEÇÃO DE REFORÇOS (ZRR)

Fora do teatro de operações, podem ser criadas **zonas de receção de reforços (ZRR)** para controlo e apoio logístico, sob a responsabilidade do comandante regional de emergência e proteção civil (CREPC) territorialmente competente, para onde se dirigem os meios humanos e materiais de reforço antes de atingirem a zona de concentração e reserva (artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro).

A tipificação da localização das ZRR é realizada apenas no âmbito nacional ou regional.

3.3 MOBILIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE MEIOS

Com a ativação do PMEPCV, a mobilização de meios deverá ser efetuada com recursos a meios públicos e/ou privados existentes no município, que atuarão de acordo com as prioridades identificadas nas áreas de intervenção.

Desta forma, aquando da ativação do PMEPCV é fundamental a mobilização rápida, eficiente e ponderada de meios e recursos, de acordo com os seguintes critérios:

- ❖ Serão utilizados os meios e recursos adequados ao objetivo, não excedendo o estritamente necessário;
- ❖ Os meios e recursos a empenhar durante a fase de emergência e reabilitação serão prioritariamente os indicados no PMEPCV;
- ❖ Será dada preferência à utilização de meios e recursos públicos (ou detidos por entidades com as quais tenha sido celebrado protocolo de utilização) sobre a utilização de meios e recursos privados;
- ❖ Serão obedecidos critérios de proximidade e de disponibilidade na utilização de meios e recursos, privilegiando os meios existentes no município;
- ❖ Os meios e recursos pertencentes aos agentes de proteção civil e aos organismos de apoio serão colocados à disposição do PCMun que os afetará de acordo com as necessidades;
- ❖ O CCOM e o PCMun são autónomos para a gestão de meios existentes, assim como para a gestão de meios de reforço que lhe forem atribuídos;
- ❖ Os pedidos de reforço de meios só são considerados válidos quando apresentados pela respetiva cadeia de comando;
- ❖ A gestão dos tempos de utilização dos recursos e equipamentos é da responsabilidade da célula de planeamento/agentes de proteção civil, entidades e organismos de apoio intervenientes no plano.

Os meios e recursos¹⁵ pertencentes aos agentes de proteção civil e às entidades com dever de cooperação serão colocados à disposição do PCMun que fará a gestão destes, de acordo com as necessidades. O inventário dos meios e recursos encontra-se no ponto “**1. Inventário de meios e**

¹⁵ O inventário dos meios e recursos encontra-se na Parte III deste Plano (Inventário de Meios e Recursos).

recursos” da “**Parte III – Inventários, Modelos e Listagens**”. A requisição de recursos e equipamentos para as atividades de proteção civil, inerentes à ativação do PMEPCV, deverá ser feita através do modelo de requisição constante no ponto “**3. Modelos**” da “**Parte III – Inventários, Modelos e Listagens**”.

Por outro lado, o CCOM e os Postos de Comando são autónomos para a gestão dos meios existentes a nível municipal, assim como para a gestão dos meios de reforço que lhes forem atribuídos.

Os pedidos de reforço de meios só são considerados válidos quando apresentados pela cadeia de comando municipal. Neste contexto, caberá à ANEPC a atribuição de meios de reforço nacionais, tendo em conta critérios de proximidade, prontidão e disponibilidade para fazer face às necessidades operacionais decorrentes do evento.

Nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro, o SIOPS abrange, no âmbito da monitorização e gestão do risco, os **estados de prontidão normal e especial**.

O **estado de prontidão normal** implica a monitorização e o dispositivo de rotina e está ativado em permanência, sem que existam ocorrências que justifiquem medidas especiais de prevenção ou mitigação de consequências (n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro).

O **estado de prontidão especial**, que compreende quatro níveis, vincula as entidades integrantes do SIOPS e visa intensificar as ações preparatórias para a intervenção nas ocorrências e mitigação das suas consequências, colocando meios humanos e materiais em prontidão, em relação ao período e à área em que se preveja especial incidência do risco (n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro).

Nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro, o **estado de prontidão especial** compreende níveis progressivos, de I a IV, ativados de acordo com as regras constantes de diretiva operacional aprovada pela CNPC e consiste:

- a) Na maior mobilização de meios humanos e materiais para as missões a cumprir;
- b) Na adoção de esquemas preparatórios para intervenção ou atuação iminente;
- c) Na execução de missões de prevenção ou vigilância, devendo ser ativados os meios disponíveis;
- d) Na adoção coordenada de outras medidas julgadas oportunamente necessárias.

O estado de prontidão especial é ativado pelo CCON que estabelece o âmbito territorial e temporal do estado de prontidão especial, determinando o nível adequado de acionamento de meios humanos e

materiais em função do tipo de situação, da sua gravidade, do nível de prontidão exigido e da sua duração expectável (artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro).

A ativação do estado de prontidão especial determina a emissão de alertas especiais às entidades integrantes do SIOPS, podendo ser emitidos avisos de proteção civil à população, nos termos do Decreto-Lei n.º 2/2019, de 11 de janeiro, que institui o Sistema Nacional de Monitorização e Comunicação de Risco, de Alerta Especial e de Aviso à População (artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro).

3.4 NOTIFICAÇÃO OPERACIONAL

Aquando da receção de informação acerca da iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, o SMPC deverá desencadear um conjunto de notificações operacionais, com o objetivo de intensificar as ações preparatórias para as tarefas de supressão ou mitigação das ocorrências. São objeto de notificação as ocorrências que se encontrem em curso, isto é, com situação confirmada e em desenvolvimento no local.

De igual modo, mediante a determinação do estado de alerta especial (SIOPS), deverá a informação ser difundida à CMPC e a todas as entidades integrantes no plano julgadas pertinentes face à tipologia da ocorrência que desencadeou o referido estado de alerta e atenta a gravidade e dimensão da ocorrência e a sua tipologia específica.

Desde a ativação do PMEPCV, a informação pertinente deverá ser disseminada periodicamente a todas as entidades intervenientes, pelos meios considerados mais apropriados (rede telefónica, fax, correio eletrónico, SMS) face à natureza da ocorrência.

Quadro 7. Mecanismos de notificação operacional às entidades intervenientes

Designação	Comunicados	Telemóvel ou Telefone Fixo	Rádio	Email	SMS
Ondas de Calor	X				
Ondas de Frio	X				
Secas	X				
Cheias e Inundações	X	X	X	X	X
Galgamentos Costeiros					

Designação	Comunicados	Telemóvel ou Telefone Fixo	Rádio	Email	SMS
Sismos	X	X	X	X	X
Movimentos de Massa em Vertentes (Desabamentos, Deslizamentos e Outros)	X	X	X	X	X
Acidentes Rodoviários	X	X	X	X	X
Acidentes Aéreos	X	X	X	X	X
Acidentes no Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas	X	X	X	X	X
Acidente com Transporte Marítimo de Produtos Perigosos					
Colapso de Estruturas (Túneis, Pontes e Outras Infraestruturas)	X	X	X	X	X
Acidentes Industriais	X	X	X	X	X
Incêndios Urbanos	X	X	X	X	X
Incêndios Rurais	X	X	X	X	X

No sentido de garantir um permanente fluxo de informação credível e sincronizado entre todos os responsáveis no SGO, deverão ser promovidos pelo COS briefings regulares, de acordo com a complexidade e natureza do TO, com vista a capacitar a verificação da prossecução dos objetivos estratégicos definidos para a operação em curso, contribuindo para o efetivo comando e controlo (artigo 46.º do Despacho n.º 3317-A/2018, de 3 de abril).

Os relatórios, cujos modelos são apresentados no ponto “**3. Modelos**” da “**Parte III – Inventários, Modelos e Listagens**” têm por objetivo permitir aos órgãos de conduta e coordenação operacional avaliar a situação e a sua evolução em caso de acidente grave ou catástrofe, dando-lhes assim capacidade de intervenção para o mais rapidamente possível se possa controlar a situação e minimizar os seus efeitos.

Sempre que se verifique uma transferência de comando, deverá ser previamente efetuada, presencialmente, a transmissão de toda a informação e conhecimento sobre a operação, com especial atenção para os seguintes aspetos (artigo 44.º do Despacho n.º 3317-A/2018, de 3 de abril):

- ❖ O historial da operação;
- ❖ Os objetivos definidos;
- ❖ O plano de ação em curso;
- ❖ Os meios e recursos empenhados e/ou solicitados;
- ❖ A organização do TO;
- ❖ O plano de comunicações;
- ❖ Constrangimentos e limitações;
- ❖ O potencial do incidente;
- ❖ Outros aspetos pertinentes para o desenvolvimento da ação.

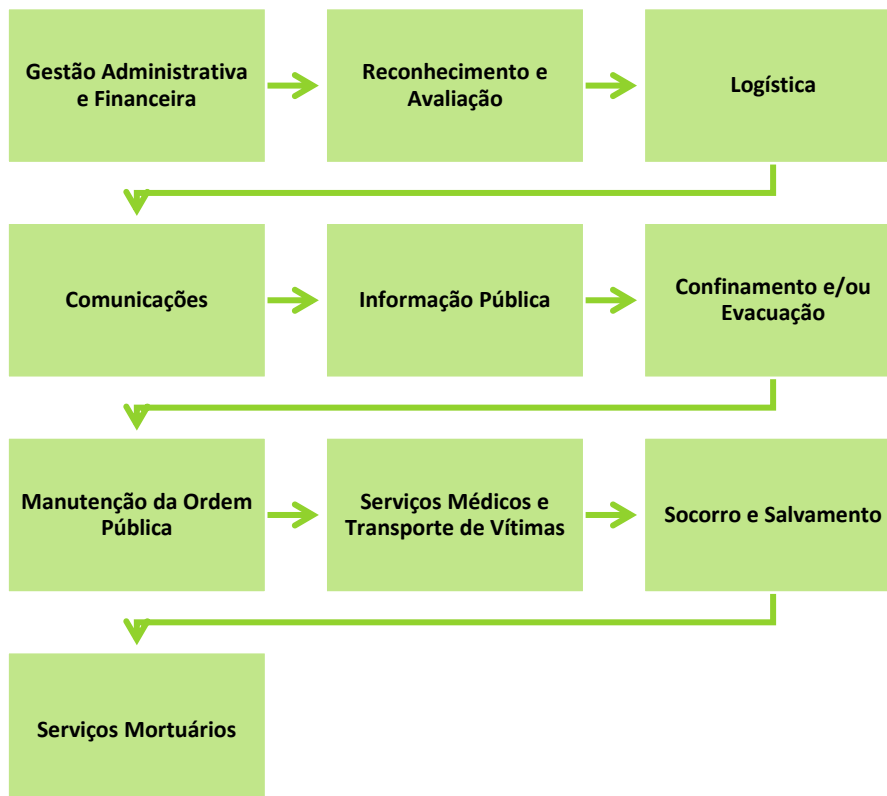
O momento da passagem de comando carece de informação ao CSREPC¹⁶, bem como a divulgação às forças e autoridades presentes no TO.

¹⁶ Até à entrada em funcionamento das novas estruturas operacionais, mantêm-se as previstas nos artigos 18.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro.

4 ÁREAS DE INTERVENÇÃO

A organização da resposta assenta em dez (10) áreas de intervenção específicas, designadamente:

Figura 2. Áreas de intervenção básicas



Para cada uma das áreas de intervenção, neste capítulo do PMEPCV encontram-se identificadas, as entidades e as responsabilidades específicas aplicáveis face a um acidente grave ou catástrofe, nomeadamente:

- ❖ A estrutura de coordenação (incluindo responsável e substituto);
- ❖ As entidades intervenientes;
- ❖ As prioridades de ação;
- ❖ Os procedimentos / instruções de coordenação.

A ativação das diferentes áreas de intervenção do PMEPCV depende dos seguintes fatores:

- ❖ Natureza concreta de cada acidente grave ou catástrofe;
- ❖ Necessidades operacionais;
- ❖ Evolução da resposta operacional.

Nos pontos seguintes apresentam-se as dez áreas de intervenção básicas da organização geral das operações.

4.1 GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Na área de intervenção “*gestão administrativa e financeira*” estabelecem-se os procedimentos e instruções de coordenação quanto às atividades de gestão administrativa e financeira, inerentes à mobilização, requisição e utilização dos meios e recursos utilizados aquando da ativação do PMEPCV.

Quadro 8. Gestão administrativa e financeira (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)

Área de Intervenção:	Gestão Administrativa e Financeira
Entidade Coordenadora:	Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC).
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Agentes de proteção civil¹⁷; ❖ Entidades com dever de cooperação¹⁸; ❖ Câmara Municipal de Vagos; ❖ Juntas de Freguesia¹⁹.
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Assegurar as atividades de gestão administrativa e financeira, inerentes à mobilização, requisição e utilização dos meios e recursos necessários à intervenção. Na parte III do PMEPC apresenta-se o inventário de meios e recursos (III-1), a lista de contactos (III-2) e o modelo de requisição a aplicar em situações de acidente grave ou catástrofe destinados a garantir o fornecimento de artigos e bens de consumo (III-3.2.); ❖ Garantir uma utilização racional e eficiente dos meios e recursos; ❖ Gerir e controlar os tempos de utilização de recursos e equipamentos; ❖ Identificar modos de contacto com fornecedores privados ou públicos de bens, serviços e equipamentos necessários às operações de emergência de proteção civil; ❖ Gerir os processos de seguros e donativos em géneros; ❖ Receber, registar, enquadrar e coordenar os voluntários individuais ou de serviços públicos e privados, especializados ou não, destinados a colaborar na situação de acidente grave ou catástrofe; ❖ Acionar os protocolos celebrados com as entidades detentoras dos recursos e equipamentos necessários às operações de proteção civil; ❖ Definir um sistema de requisição a ser utilizado nas situações de acidente grave ou catástrofe.
Instruções Específicas:	Gestão Financeira e de Custos:

¹⁷ Consideram-se todos os agentes de proteção civil mencionados em II-2.2. A lista nominal e respetivos contactos dos agentes de proteção civil encontra-se no ponto “2. Lista de Contactos” da “Parte III – Inventários, Modelos e Listagens”.

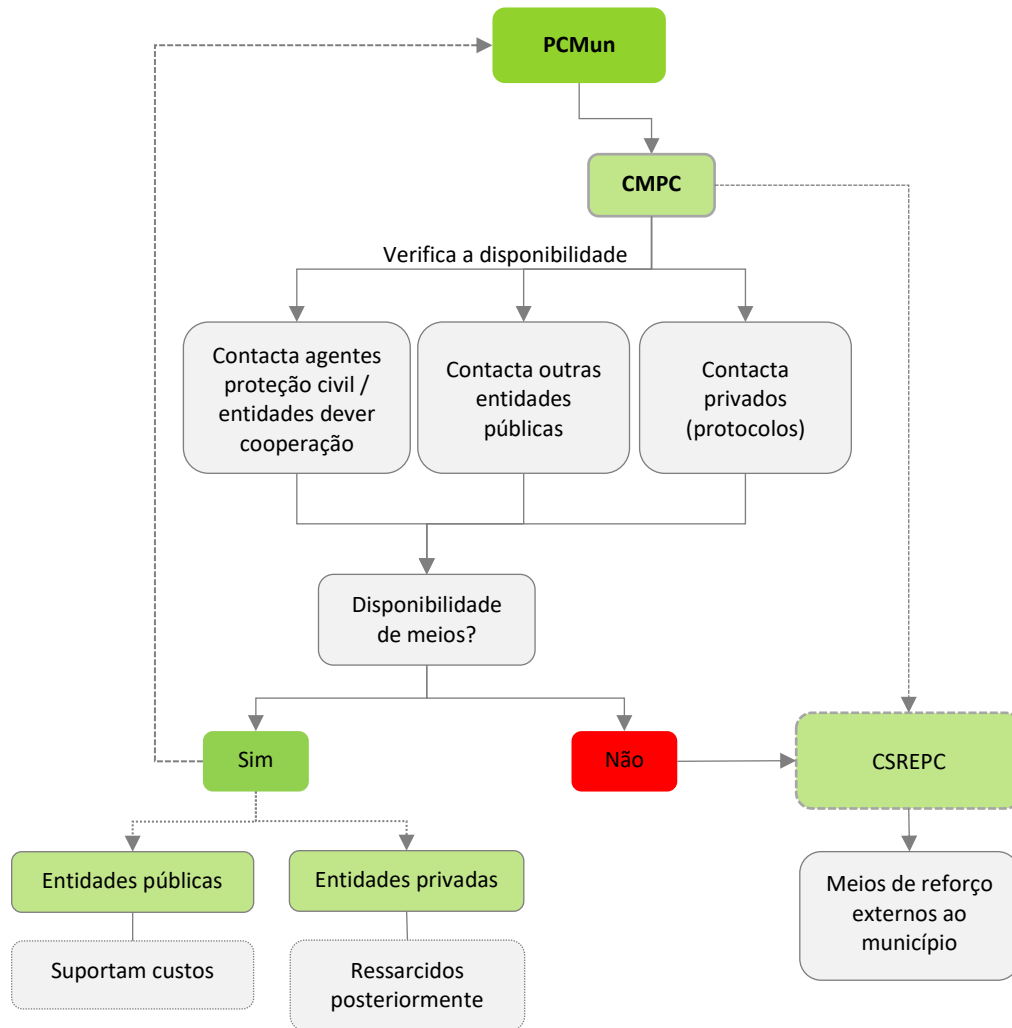
¹⁸ Consideram-se todas as entidades com dever de cooperação mencionadas em II-2.3. A lista nominal e respetivos contactos das entidades com dever de cooperação encontra-se no ponto “2. Lista de Contactos” da “Parte III – Inventários, Modelos e Listagens”.

¹⁹ Calvão; Gafanha da Boa Hora; Ouca; Santo André de Vagos; Sosa; União das freguesias de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; União das freguesias de Ponte de Vagos e Santa Catarina; União das freguesias de Vagos e Santo António. A lista nominal e respetivos contactos das juntas de freguesia encontra-se no ponto “2. Lista de Contactos” da “Parte III – Inventários, Modelos e Listagens”.

	<ul style="list-style-type: none"> ❖ A gestão financeira e de custos, bem como dos tempos de utilização, será assegurada pela CMPC; ❖ A supervisão das negociações contratuais e a gestão dos processos de seguros são da responsabilidade da entidade coordenadora; ❖ As despesas realizadas durante a fase de emergência e de reabilitação (designadamente as relacionadas com combustíveis e lubrificantes, manutenção e reparação de material, transportes, alimentação, material sanitário e maquinaria de engenharia, construção e obras públicas) são da responsabilidade dos serviços e agentes de proteção civil e demais entidades intervenientes. Salvo disposições específicas em contrário, a entidade requisitante de meios e recursos será responsável pelo ressarcimento das despesas inerentes; ❖ O pessoal integrado nos serviços, agentes e entidades constantes no PMEPCV, mesmo que requisitados, continuam a ser remunerados pelos organismos de origem, não podendo ser prejudicadas, de qualquer forma, nos seus direitos; ❖ Eventuais donativos financeiros constituirão receitas da Conta de Emergência prevista no Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de julho, sendo os mesmos utilizados, mediante despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração interna, para suportar os custos associados às ações de reabilitação que se insiram no âmbito do artigo 3.º do referido diploma.
	<p>Gestão de Pessoal:</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ❖ O PCMun é gerido operacionalmente por efetivos da SMPC com apoio de elementos dos respetivos agentes de proteção civil; ❖ O Presidente da Câmara Municipal pode determinar a suspensão temporária de algumas atividades desempenhadas pelos vários serviços do Município, de forma a reforçar e apoiar as operações de proteção civil; ❖ O pessoal voluntário, cuja colaboração seja aceite a título benévolo, deverá apresentar-se, se outro local não for divulgado, nas Juntas de Freguesia, para posterior encaminhamento. Tais voluntários, quando devidamente integrados, terão direito a alimentação, nos dias em que prestem serviço; ❖ No decurso das operações, as estruturas integrantes do DIOPS deverão acautelar os períodos de descanso e a rotatividade dos seus recursos humanos; ❖ Para acesso ao PCMun, será distribuído junto das diversas entidades intervenientes um “Cartão de Segurança” (III-3.6.) para a área a ser cedida, que será apostado em local bem visível e disponibilizado sempre que for solicitado. Para aceder ao PCMun é necessário efetuar o preenchimento de uma “Ficha de Controlo Diário” (III-3.7.)

Os procedimentos e instruções de coordenação a considerar na “gestão administrativa e financeira” encontram-se explanados na Figura 3.

Figura 3. Gestão administrativa e financeira (procedimentos e instruções de coordenação)²⁰



²⁰ Até à entrada em funcionamento das novas estruturas operacionais, mantêm-se as previstas nos artigos 18.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro.

4.2 RECONHECIMENTO E AVALIAÇÃO

4.2.1 EQUIPAS DE RECONHECIMENTO E AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO (ERAS)

As “Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação (ERAS)” podem ser aéreas ou terrestres e caracterizam-se pela sua grande mobilidade e capacidade técnica. Estas equipas recolhem informação específica sobre as consequências do acidente grave ou catástrofe.

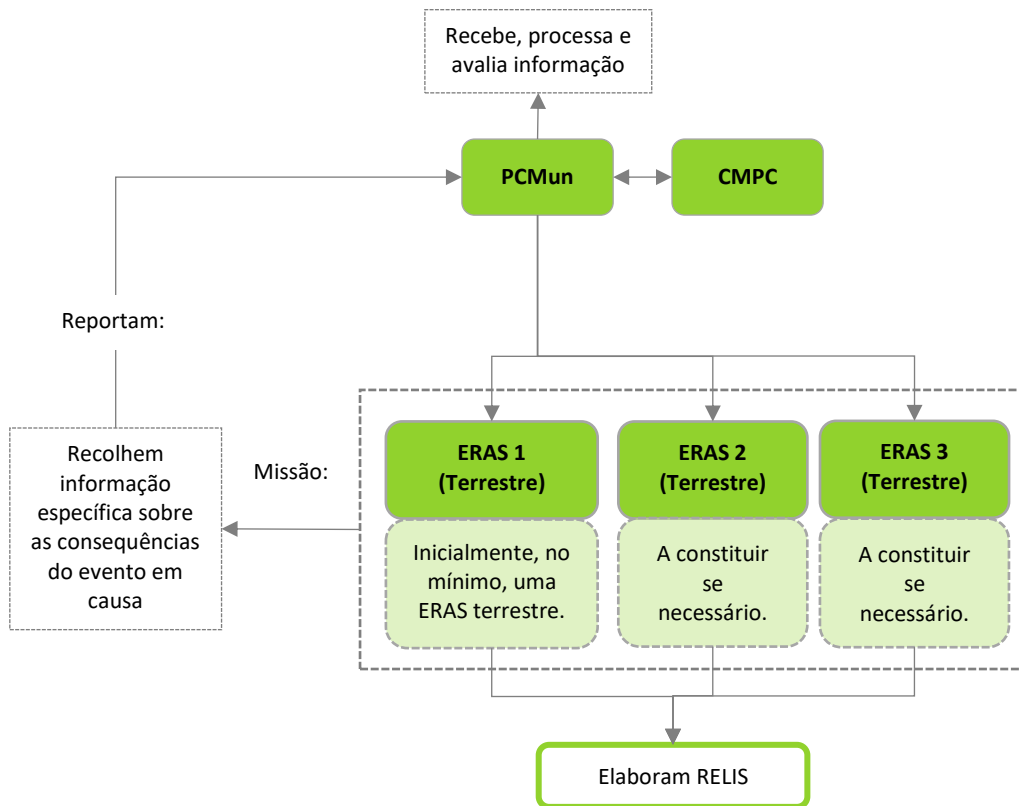
Quadro 9. ERAS (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)

Área de Intervenção:	Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação (ERAS)
Entidade Coordenadora:	Posto de Comando Operacional Municipal (PCMun).
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Câmara Municipal de Vagos; ❖ Corpo de Bombeiros Voluntários de Vagos.
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Percorrer a Zona de Sinistro (ZS); ❖ Recolher informação específica sobre as consequências do evento em causa; ❖ Elaborar Relatórios Imediatos de Situação (RELIS).
Instruções Específicas:	<p>Conceito:</p> <p>As ERAS recolhem informação específica sobre as consequências do evento em causa, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Locais com maior número de sinistrados; ❖ Locais com maiores danos no edificado; ❖ Núcleos habitacionais isolados; ❖ Estabilidade de vertentes; ❖ Estabilidade e operacionalidade das infraestruturas; ❖ Eixos rodoviários de penetração na(s) ZS; ❖ Focos de incêndio; ❖ Elementos estratégicos, vitais ou sensíveis (escolas, hospitais, quartéis de bombeiros, instalações das forças de segurança); ❖ Condições meteorológicas locais. <p>As ERAS elaboram o RELIS (de acordo com o modelo constante na Parte III do PMEPCV) que, em regra, deverá ser escrito, podendo, excecionalmente, ser verbal e passado a escrito no mais curto espaço de tempo possível e comunicado ao PCMun.</p> <p>Composição:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Cada ERAS é constituída por dois elementos a designar de acordo com a missão específica que lhe for atribuída; ❖ Inicialmente encontram-se planeadas ao nível municipal, no mínimo, um ERAS terrestre; ❖ O chefe da ERAS é o elemento mais graduado da equipa.

	<u>Equipamento:</u>
	Com o intuito de garantir o cumprimento da sua missão, as ERAS deverão ser dotadas de: <ul style="list-style-type: none">❖ Meios de transporte com capacidade tática (preferencialmente);❖ Equipamento de comunicações rádio e móvel;❖ Equipamento de Proteção Individual (EPI);❖ Kit de alimentação e primeiros socorros;❖ Modelo em papel do RELIS constante na Parte III do PMEPCV;❖ Equipamento fotográfico;❖ Equipamento de georreferenciação;❖ Cartografia.
	<u>Acionamento:</u>
	As ERAS são acionadas à ordem do PCMun que trata a informação recebida pelas equipas.
	<u>Comando e Controlo:</u>
	Enquanto em operação, as ERAS reportam ao COS.

Os procedimentos e instruções de coordenação a considerar pelas ERAS encontram-se explanados na Figura 4.

Figura 4. ERAS (procedimentos e instruções de coordenação)



4.2.2 EQUIPAS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA (EAT)

As “Equipas de Avaliação Técnica (EAT)” recolhem informação específica sobre a operacionalidade das estruturas afetadas pelo acidente grave ou catástrofe.

Quadro 10. EAT (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)

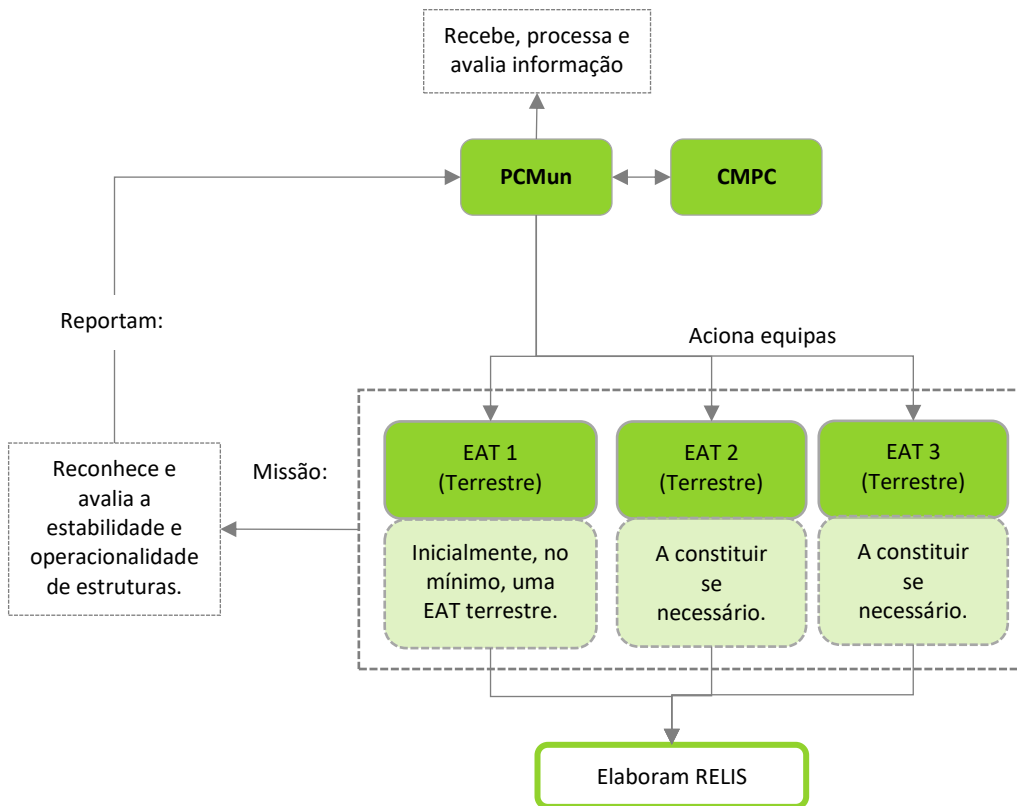
Área de Intervenção:	Equipas de Avaliação Técnica (EAT)
Entidade Coordenadora:	Posto de Comando Operacional Municipal (PCMun).
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Câmara Municipal de Vagos; ❖ Entidades exploradoras das redes de transportes, abastecimento de água, saneamento, distribuição de energia e comunicações²¹.

²¹ Consideram-se todas as entidades gestoras de redes/sistemas (abastecimento de água, eletricidade, gás, comunicações, etc.) mencionadas em II-2.3. A lista nominal e respetivos contactos das entidades gestoras de redes/sistemas encontra-se no ponto “2. Lista de Contactos” da “Parte III – Inventários, Modelos e Listagens”.

<p>Prioridades de Ação:</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Percorrer a ZS, por via terrestre; ❖ Recolher informação específica sobre a operacionalidade de estruturas; ❖ Elaborar Relatórios Imediatos de Situação (RELIS).
<p>Instruções Específicas:</p>	<p><u>Conceito:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ As EAT têm como finalidade dotar o PCO com informação imediata sobre as infraestruturas afetadas; ❖ As EAT reconhecem e avaliam a estabilidade e operacionalidade de estruturas, comunicações e redes, tendo em vista o desenvolvimento das operações, a segurança do pessoal interveniente nas operações e das populações e o restabelecimento das condições mínimas de vida; ❖ As EAT elaboram o RELIS (de acordo com o modelo constante na Parte III do PMEPCV) que, em regra, deverá ser escrito, podendo, excecionalmente, ser verbal e passado a escrito no mais curto espaço de tempo possível e comunicado ao PCO. <p><u>Composição:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Cada EAT é constituída, no mínimo, por 2 elementos a designar de acordo com a missão específica que lhe for atribuída; ❖ Inicialmente encontram-se planeadas a nível municipal, no mínimo, um EAT terrestre; ❖ O chefe da EAT é o Coordenador Municipal de Proteção Civil ou um seu substituto indicado pelo Presidente de Câmara. <p><u>Equipamento:</u></p> <p>Com o intuito de garantir o cumprimento da sua missão, as EAT deverão ser dotadas de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Meios de transporte com capacidade tática (preferencialmente); ❖ Equipamento de Comunicações Rádio e Móvel; ❖ Equipamento de Proteção Individual (EPI); ❖ Kit de alimentação e primeiros socorros; ❖ Modelo em papel do RELIS constante na Parte III; ❖ Equipamento fotográfico; ❖ Equipamento de georreferenciação; ❖ Equipamento diverso (ex. cordas, tinta ou lata de spray para marcar o edificado ou a infraestrutura); ❖ Cartografia. <p><u>Acionamento:</u></p> <p>As EAT são acionadas à ordem do PCO que trata a informação recebida pelas equipas.</p> <p><u>Comando e Controlo:</u></p> <p>Enquanto em operação, as EAT reportam ao COS.</p>

Os procedimentos e instruções de coordenação a considerar pelas EAT encontram-se explanados na Figura 5.

Figura 5. EAT (procedimentos e instruções de coordenação)



4.3 LOGÍSTICA

4.3.1 APOIO LOGÍSTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO

O “*apoio logístico às forças de intervenção*” inclui os procedimentos destinados a assegurar as necessidades dos serviços, agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio em termos de alimentação e alojamento, material sanitário, material de mortuária e outros artigos essenciais à prossecução das missões de socorro, salvamento e assistência.

Quadro 11. Apoio logístico às forças de intervenção (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)

Área de Intervenção:	Apoio Logístico às Forças de Intervenção
Entidade Coordenadora:	Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC).
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Corpo de Bombeiros Voluntários de Vagos; ❖ GNR – Posto Territorial de Vagos; ❖ Forças Armadas (FFAA); ❖ AMN - Capitania do Porto de Aveiro; ❖ Centro Hospitalar do Baixo Vouga – Hospital Infante D. Pedro - Aveiro; ❖ ACES do Baixo Vouga; ❖ A.H.B.V. de Vagos; ❖ Corpo Nacional de Escutas (CNE)²²; ❖ Entidades exploradoras das redes de transportes, abastecimento de água, saneamento, distribuição de energia e comunicações²³; ❖ Câmara Municipal de Vagos; ❖ Juntas de Freguesia²⁴.
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Assegurar as necessidades logísticas das forças de intervenção (alimentação, combustíveis, transportes, material sanitário, material de mortuária e outros artigos essenciais à prossecução das missões de socorro, salvamento e assistência); ❖ Garantir a gestão de armazéns de emergência e a entrega de bens e mercadorias necessárias; ❖ Garantir a instalação e montagem de cozinhas e refeitórios de campanha;

22 A lista nominal e respetivos contactos dos agrupamentos do CNE encontra-se no ponto “2. Lista de Contactos” da “Parte III – Inventários, Modelos e Listagens”.

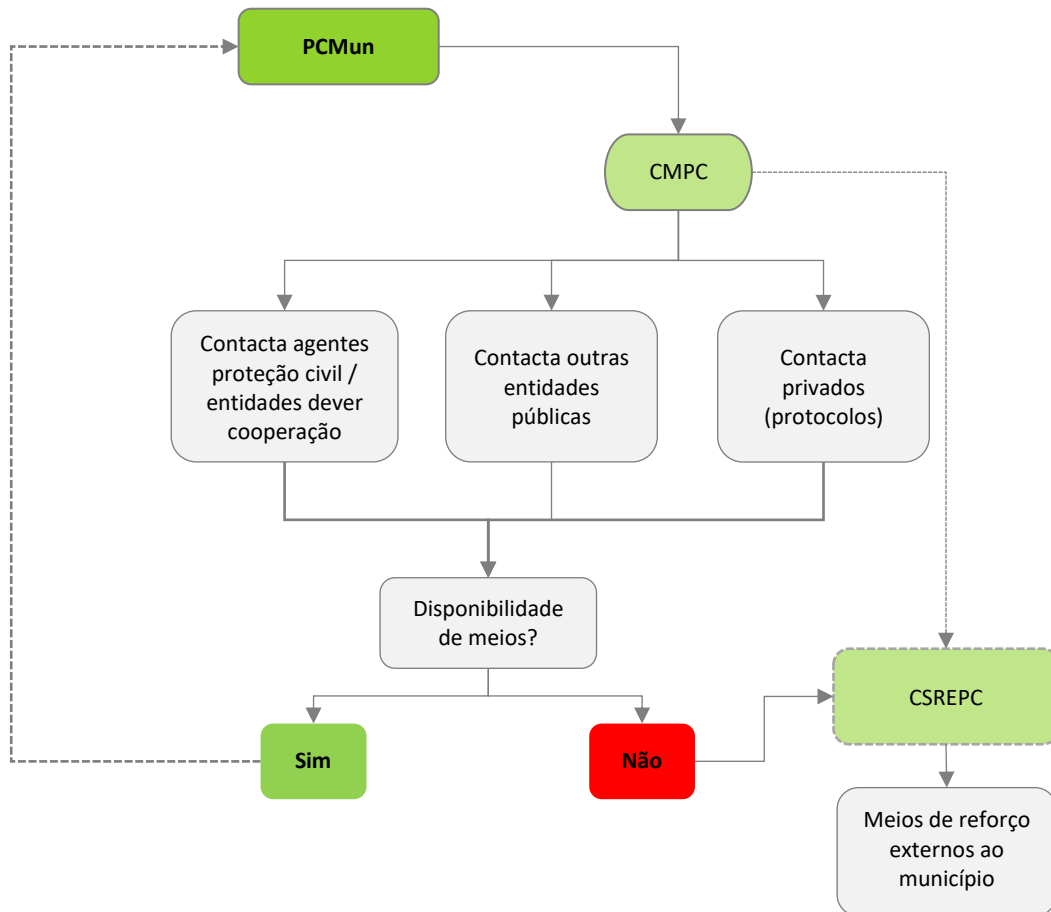
23 Consideram-se todas as entidades gestoras de redes/sistemas (abastecimento de água, eletricidade, gás, comunicações, etc.) mencionadas em II-2.3. A lista nominal e respetivos contactos das entidades gestoras de redes/sistemas encontra-se no ponto “2. Lista de Contactos” da “Parte III – Inventários, Modelos e Listagens”.

24 Calvão; Gafanha da Boa Hora; Ouça; Santo André de Vagos; Sosa; União das freguesias de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; União das freguesias de Ponte de Vagos e Santa Catarina; União das freguesias de Vagos e Santo António. A lista nominal e respetivos contactos das juntas de freguesia encontra-se no ponto “2. Lista de Contactos” da “Parte III – Inventários, Modelos e Listagens”.

<p>Prioridades de Ação:</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Assegurar a disponibilização de meios e recursos para a desobstrução de vias de comunicação e itinerários de socorro, para as operações de demolição e escoramento de edifícios, para a drenagem e escoamento de águas e para as ações de identificação de substâncias poluentes/tóxicas, em apoio às forças de intervenção; ❖ Assegurar a montagem e iluminação de emergência; ❖ Promover a manutenção, reparação e abastecimento de viaturas essenciais à condução das operações de emergência, bem como de outro equipamento; ❖ Apoiar as entidades respetivas na reabilitação das redes e serviços essenciais: energia elétrica, gás, água, telefones e saneamento básico; ❖ Definir prioridades em termos de abastecimento de água e energia.
<p>Instruções Específicas:</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ A satisfação das necessidades logísticas iniciais (primeiras 24 horas) do pessoal envolvido estará a cargo dos próprios agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio; ❖ Após as primeiras 24 horas, as necessidades logísticas são suprimidas pela Câmara Municipal que, para os devidos efeitos, contactará com os fornecedores ou entidades detentoras previstas no PMEPCV; ❖ A A.H.B.V., com a colaboração do SMPC, se necessário, apoia logisticamente a sustentação das operações na área de atuação do seu Corpo de Bombeiros; ❖ A CMPC avalia os meios disponíveis, contacta com entidades e disponibiliza os meios indispensáveis à emergência; ❖ Para a distribuição de alimentação ao pessoal envolvido em operações de socorro poderão ser montados, pelas FFAA e CNE, cozinhas e refeitórios de campanha, após se ter esgotado a capacidade própria de abastecimento por parte das entidades intervenientes; ❖ A alimentação e alojamento dos elementos da CMPC estarão a cargo da Câmara Municipal; ❖ A manutenção e reparação de material estarão a cargo das respetivas entidades utilizadoras; ❖ A desobstrução expedita de vias de comunicação e itinerários de socorro, as operações de demolição e escoramento de edifícios e a drenagem e escoamento de água serão realizadas preferencialmente com recurso a meios do Corpo de Bombeiros ou das FFAA, podendo ser mobilizada maquinaria pesada da Câmara Municipal e/ou de empresas de construção civil; ❖ O material sanitário, de mortuária e demais artigos necessários às operações será distribuído a pedido das forças de intervenção ou por determinação do PCMun; ❖ As entidades exploradoras das redes de transportes, abastecimento de água, saneamento, distribuição de energia e comunicações assegurarão o rápido restabelecimento do respetivo serviço e garantirão a operacionalidade de piquetes de emergência para necessidades extraordinárias decorrentes da reposição do serviço; ❖ A reposição do serviço de abastecimento de água e do fornecimento de eletricidade, gás e combustíveis deverá ser assegurado prioritariamente a infraestruturas de relevância operacional; ❖ As FFAA colaboram no apoio logístico às forças de intervenção fornecendo material diverso (material de aquartelamento, tendas de campanha, geradores, depósitos de água, etc.); ❖ Se necessário, poderão ser criados armazéns de emergência que serão geridos pelo PCMun ou pelo Município.

Os procedimentos e instruções de coordenação a considerar no “apoio logístico às forças de intervenção” deverão, apresentam-se na Figura 6.

Figura 6. Apoio logístico às forças de intervenção (procedimentos e instruções de coordenação)



4.3.2 APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES

No âmbito do “apoio logístico às populações” encontra-se prevista a forma de coordenação da assistência à população afetada, evacuada e/ou confinada.

Quadro 12. Apoio logístico às populações (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)

Área de Intervenção:	Apoio Logístico às Populações
Entidade Coordenadora:	ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Vagos.

<p>Entidades Intervenientes:</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Corpo de Bombeiros Voluntários de Vagos; ❖ GNR – Posto Territorial de Vagos; ❖ Forças Armadas (FFAA); ❖ INEM, IP; ❖ Centro Hospitalar do Baixo Vouga – Hospital Infante D. Pedro - Aveiro; ❖ ACES do Baixo Vouga; ❖ A.H.B.V. de Vagos; ❖ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF); ❖ ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Vagos; ❖ Corpo Nacional de Escutas (CNE)²⁵; ❖ Câmara Municipal de Vagos; ❖ Juntas de Freguesia²⁶.
<p>Prioridades de Ação:</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Garantir a prestação de apoio social de emergência bem como a criação de abrigos/ alojamento que funcionem como zonas de concentração e alojamento; ❖ Assegurar as necessidades logísticas referentes à alimentação e agasalho, ao transporte e à distribuição de material sanitário às populações afetadas; ❖ Assegurar o encaminhamento das vítimas que necessitam de acompanhamento de continuidade; ❖ Garantir a receção, registo, pesquisa, e diagnóstico de necessidades das vítimas; ❖ Garantir a tipificação, organização e montagem das Zonas de Concentração e Apoio às Populações (ZCAP); ❖ Garantir a distribuição prioritária de água e de energia às ZCAP; ❖ Assegurar a ativação das ZCAP e informar as forças de socorro e os cidadãos da sua localização através dos canais disponíveis e mais apropriados; ❖ Receber, registar, enquadrar e coordenar os voluntários individuais ou de serviços públicos e privados, especializados ou não, destinados a colaborar em caso de acidente grave ou catástrofe; ❖ Organizar um sistema de recolha de donativos, garantindo o armazenamento, o acondicionamento adequado, a gestão e a distribuição dos bens recebidos; ❖ Assegurar a atualização da informação, nos Centros de Pesquisa e Localização, através de listas com identificação nominal das vítimas e evacuados nas ZCAP; ❖ Coordenar a atribuição de apoios socioeconómicos que eventualmente possam ser disponibilizados à população.

²⁵ A lista nominal e respetivos contactos dos agrupamentos do CNE encontra-se no ponto “2. Lista de Contactos” da “Parte III – Inventários, Modelos e Listagens”.

²⁶ Calvão; Gafanha da Boa Hora; Ouca; Santo André de Vagos; Sosa; União das freguesias de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; União das freguesias de Ponte de Vagos e Santa Catarina; União das freguesias de Vagos e Santo António. A lista nominal e respetivos contactos das juntas de freguesia encontra-se no ponto “2. Lista de Contactos” da “Parte III – Inventários, Modelos e Listagens”.

<p>Instruções Específicas:</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ As ZCAP correspondem aos locais de acolhimento e alojamento temporário da população deslocada, localizados em espaços abertos e fechados, nomeadamente em parques de estacionamento, grandes superfícies comerciais, campos de futebol, ginásios gimnodesportivos, entre outros; ❖ A estrutura de coordenação da ZCAP executa missões de instalação (Câmara Municipal) e gestão global (ISS, IP); ❖ As ZCAP integram valências de gestão²⁷ e valências de apoio²⁸; ❖ A primeira ação a desenvolver sempre que alguém dê entrada numa ZCAP é o registo. O registo pressupõe a recolha da seguinte informação: nome, idade, morada anterior, necessidades especiais e, assim que possível, indicação do local onde ficará realojada. Deverá também, sempre que se verifique necessidade, ser registado o nome de membros do seu agregado familiar que estejam desaparecidos a fim de tentar localizar os mesmos; ❖ O ISS, IP assegura a constituição de equipas técnicas para receção, atendimento e encaminhamento da população nas ZCAP; ❖ O ISS, IP encaminha a listagem da população registada nas ZCAP para a GNR e SEF; ❖ As Juntas de Freguesia apoiam a constituição de equipas de recenseamento e registo da população afetada; ❖ A segurança às ZCAP será efetuada de acordo com os procedimentos definidos para a “<i>área de intervenção da manutenção da ordem pública</i>”, com as eventuais adaptações decorrentes de orientação do ISS, IP, enquanto entidade coordenadora da Área de Intervenção; ❖ As FFAA, na medida das suas possibilidades e disponibilidades, apoiam na montagem das ZCAP móveis (por exemplo em tendas de campanha); ❖ As FFAA colaboram na disponibilização de bens essenciais (alimentação, artigos de higiene, agasalhos, roupas, etc.) às vítimas e promovem a instalação de locais de montagem de cozinhas e refeitórios de campanha; ❖ A distribuição de bens essenciais será assegurada pelo CNE na medida das suas disponibilidades; ❖ A receção, catalogação, separação, lavagem, desinfeção, armazenamento e distribuição de dádivas fica a cargo do ISS, IP, em colaboração com a Câmara Municipal; ❖ As entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de distribuição de eletricidade e gás asseguram o fornecimento de água, luz e gás às ZCAP; ❖ A distribuição de água, gás, alimentos, agasalhos e artigos de higiene pessoal à população que não está nas ZCAP e não tem acesso a elas deverá ser realizada em locais centrais, de fácil acesso e divulgados para conhecimento da população; ❖ A CMPC assegura a divulgação à população de informação acerca da localização das ZCAP (II-4.5).
---------------------------------------	--

²⁷ **Valências de Gestão:** Centros de Registo/Referenciação, que correspondem aos locais nos quais se recebe a população, preenche a ficha de registo e referenciação (onde consta o diagnóstico das necessidades dos indivíduos ou famílias) e procede ao encaminhamento para as restantes valências; Centros de Pesquisa e Localização, que correspondem aos locais nos quais se completa o preenchimento da ficha de recenseamento, a qual, através do registo atualizado, promove o reencontro e assegura a preservação dos núcleos familiares; Centros de Cuidados Básicos de Saúde, que correspondem aos locais nos quais se presta assistência a situações de saúde pouco graves, assegurando a respetiva estabilização; Centros de Apoio Psicossocial, que correspondem aos locais nos quais se assegura o apoio psicológico de continuidade e se detetam carências e necessidades particulares às pessoas deslocadas.

²⁸ **Valências de Apoio:** Logística, responsável pelo controlo das existências em armazém de todos os bens, pela manutenção das estruturas móveis e imóveis; Segurança, assegura a limitação do acesso e segurança da ZCAP.

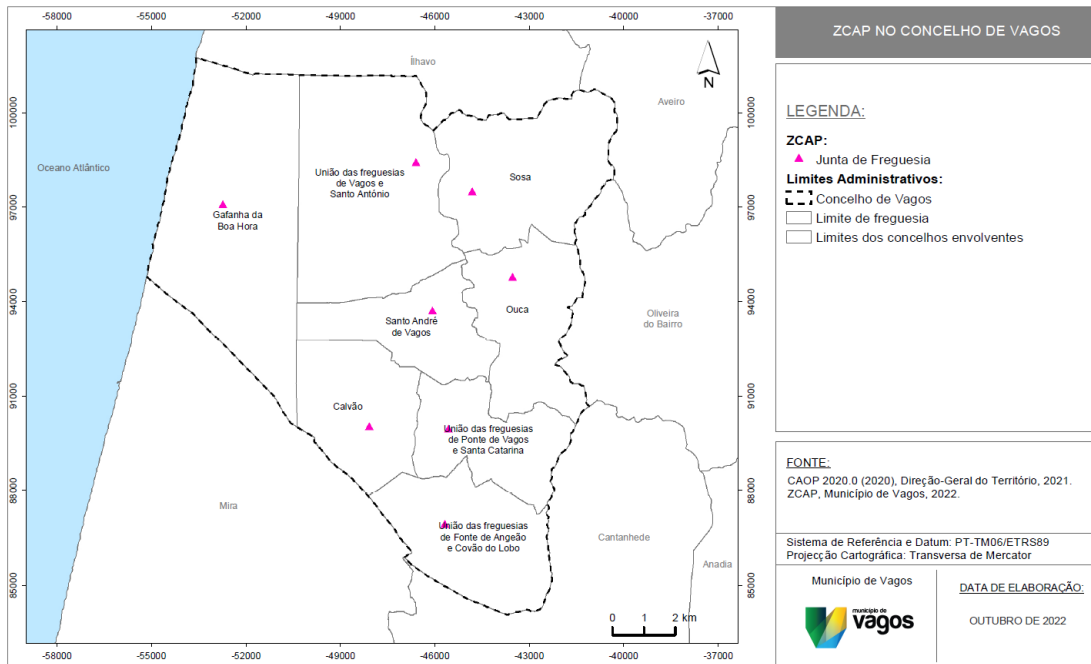
De acordo com o Manual Técnico “*Instalação e gestão de Zonas de Concentração e Apoio à População*” (ANEPC, 2020), as ZCAP deverão apresentar diversas áreas de funcionamento, tais como áreas de logística, armazenamento de alimentação e bens pessoais e equipamentos perigosos.

Tendo em consideração os critérios anteriormente apontados, no concelho de Vagos poderão funcionar como ZCAP os locais que se encontram apresentados no Quadro 13 e Mapa 28.

Quadro 13. ZCAP do concelho de Vagos

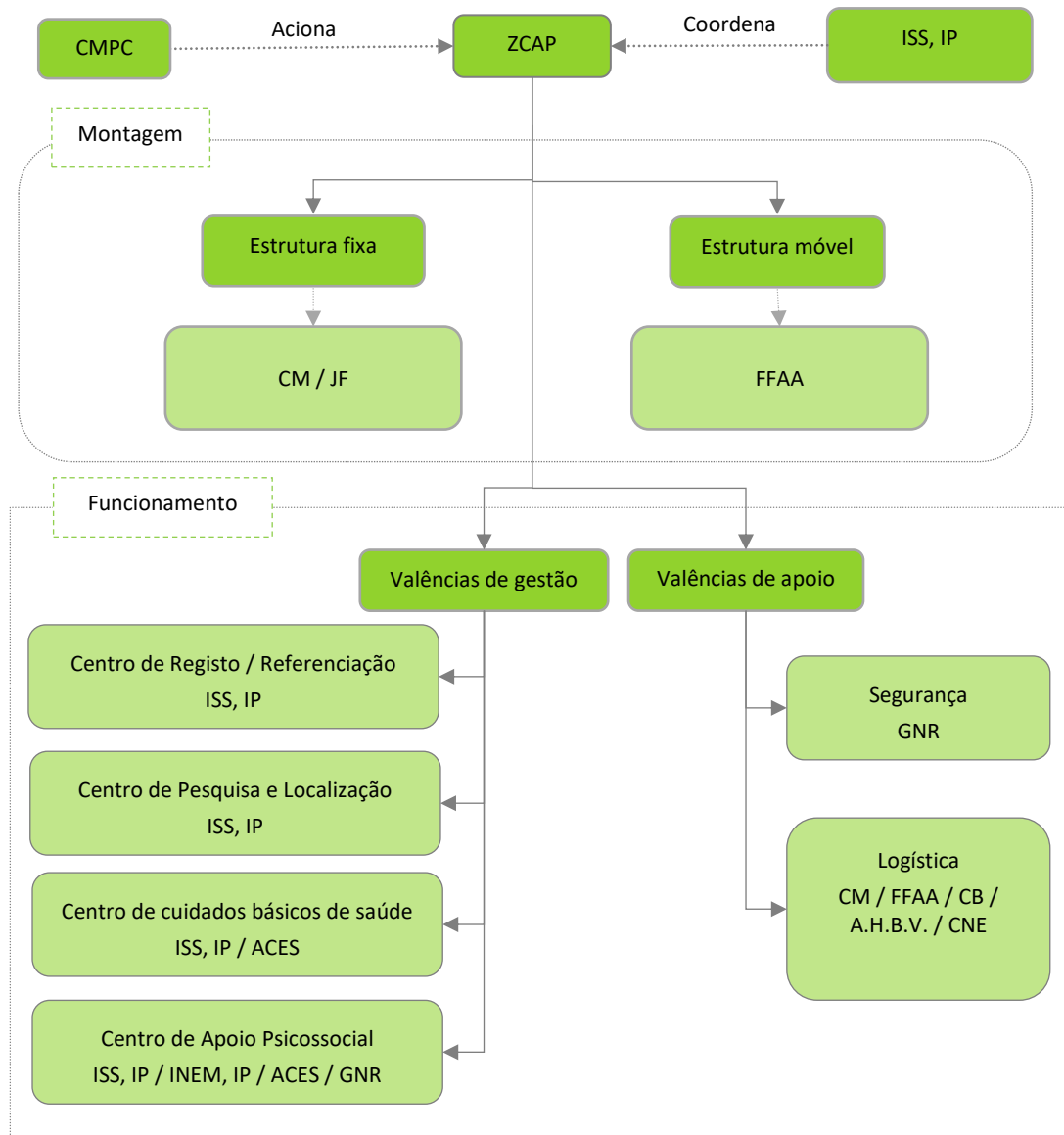
Designação	Local	Coordenadas	
		Latitude	Longitude
ZCAP 1	Junta de Freguesia da União das freguesias de Fonte de Angeão e Covão do Lobo	40° 26' 58,150" N	8° 40' 17,829" W
ZCAP 2	Junta de Freguesia da União das freguesias de Ponte de Vagos e Santa Catarina	40° 28' 36,565" N	8° 40' 13,721" W
ZCAP 3	Junta de Freguesia de Santo André de Vagos	40° 30' 38,710" N	8° 40' 36,170" W
ZCAP 4	Junta de Freguesia da União das freguesias de Vagos e Santo António	40° 33' 11,095" N	8° 40' 59,818" W
ZCAP 5	Junta de Freguesia de Sosa	40° 32' 41,266" N	8° 39' 43,666" W
ZCAP 6	Junta de Freguesia de Ouca	40° 31' 13,656" N	8° 38' 48,515" W
ZCAP 7	Junta de Freguesia de Calvão	40° 28' 38,651" N	8° 42' 0,684" W
ZCAP 8	Junta de Freguesia da Gafanha da Boa Hora	40° 32' 26,508" N	8° 45' 20,266" W

Mapa 28. ZCAP do concelho de Vagos



Os procedimentos e instruções de coordenação a considerar no “*apoio logístico às populações*” são os seguintes:

Figura 7. Apoio logístico às populações (procedimentos e instruções de coordenação)²⁹



²⁹ CM (Câmara Municipal); JF (Juntas de Freguesia); FFAA (Forças Armadas); ISS, IP (Instituto da Segurança Social, IP); INEM, IP (Instituto Nacional de Emergência Médica, IP) / ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) / GNR (Guarda Nacional Republicana); A.H.B.V. (Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários).

4.4 COMUNICAÇÕES

A área de intervenção “*comunicações*” identifica os procedimentos e instruções de coordenação que pretendem estabelecer ou reforçar as comunicações entre o diretor do plano, o posto de comando operacional e as forças de intervenção.

Quadro 14. Comunicações (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)

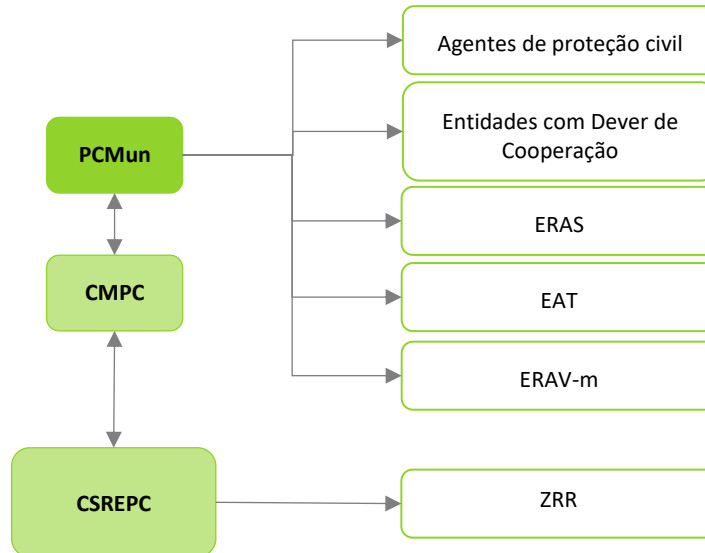
Área de Intervenção:	Comunicações
Entidade Coordenadora:	Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Corpo de Bombeiros Voluntários de Vagos; ❖ GNR - Posto Territorial de Vagos; ❖ Forças Armadas (FFAA); ❖ AMN - Capitania do Porto de Aveiro; ❖ PM - Comando Local de Aveiro; ❖ Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM); ❖ Empresas que oferecem redes de comunicações públicas ou serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público³⁰; ❖ Organizações de Radioamadores; ❖ Câmara Municipal de Vagos.
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Assegurar a ligação, no âmbito do SIOPS, com os diferentes agentes de proteção civil e outras entidades e organismos, de modo a garantir as comunicações de emergência; ❖ Identificar e obviar problemas de interoperabilidade; ❖ Identificar os meios de comunicação, fixos e móveis, detidos pelos serviços e agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio, que sejam utilizáveis na emergência; ❖ Garantir a operacionalidade dos meios de comunicação de emergência no âmbito da proteção civil, incluindo a reposição de serviços, por afetação de meios e recursos alternativos; ❖ Mobilizar e coordenar as ações dos operadores da rede comercial fixa e móvel, no âmbito do apoio às comunicações de emergência e do reforço das redes de telecomunicações; ❖ Garantir prioridades de acesso a serviços e entidades essenciais, de acordo com o conceito da operação; ❖ Manter um registo atualizado do estado das comunicações e das capacidades existentes; ❖ Garantir que todos os intervenientes possam comunicar dentro da hierarquia.

³⁰ A lista nominal e respetivos contactos das empresas que oferecem redes de comunicações públicas ou serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público encontra-se no ponto “2. Lista de Contactos” da “Parte III – Inventários, Modelos e Listagens”.

<p>Procedimentos:</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ As redes e serviços de comunicações de emergência consideradas no âmbito deste plano são: <ul style="list-style-type: none"> ➢ Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP); ➢ Rede Estratégica de Proteção Civil (REPC); ➢ Rede Operacional de Bombeiros (ROB); ➢ Serviço Móvel Terrestre (SMT); ➢ Serviço Telefónico Fixo (STF); ❖ O PCMun é a entidade responsável pela definição e gestão da arquitetura geral das comunicações de emergência a nível municipal;
<p>Instruções Específicas:</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ As entidades com meios próprios deverão assegurar a alocação de recursos de comunicações de acordo com as suas necessidades de fluxo de informação, tendo presente a organização de comando e controlo da operação; ❖ As entidades sem meios próprios poderão contar, de acordo com as suas disponibilidades, com a colaboração do SMPC de forma a assegurar os requisitos mínimos de troca de informação, mediante moldes a definir para cada caso concreto e sempre em função da situação em curso; ❖ A ANACOM deverá identificar e caracterizar, nos termos da lei e em articulação com as entidades competentes, os recursos de comunicações eletrónicas com utilidade para a proteção civil. A ANACOM promove a preparação e a cooperação das entidades intervenientes nesta área tendo em vista a operacionalização de cada uma dentro do seu âmbito de ação; ❖ As empresas que oferecem redes de comunicações públicas ou serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público cooperam e colaboram, no âmbito da legislação em vigor e de acordo com a coordenação da ANACOM. Prevê-se o fornecimento de recursos, bens e serviços de comunicações públicas, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> ➢ A instalação urgente de acessos fixos; ➢ A disponibilização de estações base móveis para reposição ou reforço da rede; ➢ A disponibilização de equipamentos terminais do serviço telefónico fixo e do serviço móvel terrestre e satélite; ➢ A recuperação urgente e priorizada de serviços e infraestruturas afetados; ➢ A colaboração na redução/eliminação do tráfego existente na(s) zona(s) de sinistro; ➢ A elaboração de relatórios de situação das redes e serviços. ❖ Cada TO é considerado como um núcleo isolado e qualquer contacto rádio com e do TO será feito em exclusivo pelo PCMun; ❖ Nas ZRR, ZCR, ZCAP e ZRnM deverá ser garantido o acesso às redes rádio da ANEPC e às redes telefónicas comerciais. ❖ Poderá ser organizado, a pedido do Diretor do Plano, pela GNR, um posto de estafetas motorizados, a funcionar junto da CMPC ou do PCMun.

Os procedimentos e instruções de coordenação a considerar nas “*comunicações*” são os constantes na Figura 8.

Figura 8. Comunicações (procedimentos e instruções de coordenação)³¹



No anexo IV apresenta-se a listagem de canais e frequências rádio.

³¹ Até à entrada em funcionamento das novas estruturas operacionais, mantêm-se as previstas nos artigos 18.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro.

4.5 INFORMAÇÃO PÚBLICA

A área de intervenção “*informação pública*” define a forma como a população deverá ser avisada e mantida informada durante a ocorrência, de modo que possa adotar as instruções das autoridades e as medidas de autoproteção mais convenientes.

Quadro 15. Informação pública (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)

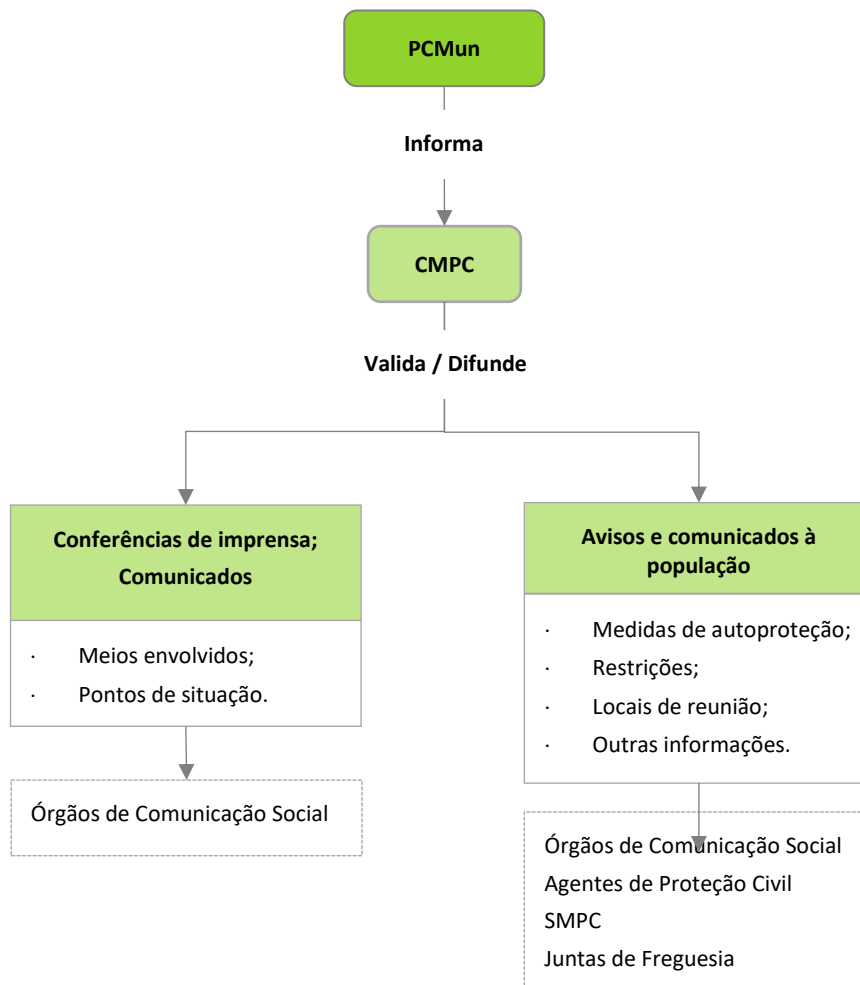
Área de Intervenção:	Informação Pública
Entidade Coordenadora:	Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC).
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ GNR – Posto Territorial de Vagos; ❖ Forças Armadas (FFAA); ❖ AMN - Capitania do Porto de Aveiro; ❖ PM - Comando Local de Aveiro; ❖ Câmara Municipal de Vagos; ❖ Juntas de Freguesia³².
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Assegurar a divulgação à população da informação disponível, bem como assegurar que a população é avisada e mantida informada, de modo que possa adotar as instruções das autoridades e as medidas de autoproteção mais convenientes; ❖ Divulgar informação à população sobre locais de receção de donativos, locais de recolha de sangue e locais para inscrição para serviço voluntário; ❖ Garantir a relação com os órgãos de comunicação social (OCS) e preparar, com periodicidade determinada, comunicados a distribuir; ❖ Organizar e preparar briefings periódicos e conferências de imprensa, por determinação do diretor do plano; ❖ Preparar os comunicados considerados necessários.
Instruções Específicas:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ A CMPC é responsável pela gestão da informação pública, cabendo-lhes definir, para cada caso, a forma mais adequada de divulgação à população (informação direta à população, com recurso ao SMPC, ou prestação de informação aos órgãos de comunicação social, através da difusão de comunicados, sendo este o mecanismo preferencial); ❖ A CMPC é responsável por: <ul style="list-style-type: none"> ➢ Assegurar a resposta a solicitações de informação; ➢ Difundir recomendações e linhas de atuação; ➢ Elaborar comunicados oficiais a distribuir aos cidadãos;

³² Calvão; Gafanha da Boa Hora; Ouca; Santo André de Vagos; Sosa; União das freguesias de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; União das freguesias de Ponte de Vagos e Santa Catarina; União das freguesias de Vagos e Santo António. A lista nominal e respetivos contactos das juntas de freguesia encontra-se no ponto “2. Lista de Contactos” da “Parte III – Inventários, Modelos e Listagens”.

Instruções Específicas:	<ul style="list-style-type: none">❖ Compete ainda à CMPC, no domínio da relação com os OCS:<ul style="list-style-type: none">➢ Assegurar a realização de briefings ou conferências de imprensa, a realizar no PCMun;➢ Assegurar a emissão de comunicados de imprensa com periodicidade determinada.❖ A CMPC assegura a divulgação à população de informação disponível sobre:<ul style="list-style-type: none">➢ Números de telefone de contacto para informações;➢ Localização de pontos de reunião ou centros de desalojados/assistência;➢ Locais de receção de donativos;➢ Locais de recolha de sangue;➢ Locais para inscrição para serviço voluntário;➢ Instruções para regresso de populações evacuadas;➢ Listas de desaparecidos, mortos e feridos;➢ Locais de acesso interdito ou restrito;➢ Outras instruções consideradas necessárias.❖ A GNR e a AMN são responsáveis, nos espaços sob sua jurisdição, pela divulgação dos avisos à população, nomeadamente à população isolada e/ou sem acesso aos meios de comunicação;❖ As FFAA colaboram nas ações de informação e sensibilização pública;❖ Para garantir homogeneidade na passagem de informação à população, serão utilizados os modelos de comunicado constantes em III-3.3 do PMEPCV;❖ Os comunicados à população serão transmitidos a cada 8 horas, salvo indicação expressa em contrário;❖ Os briefings à comunicação social decorrerão a cada 8 horas, salvo indicação expressa em contrário, e conterão pontos de situação global referentes à totalidade da ZI. O diretor de plano poderá nomear um porta-voz para as relações com os OCS;❖ Para acolhimento e encaminhamento de jornalistas, a CMPC poderá determinar a criação de Zonas de Concentração de Jornalistas em local a fixar mediante a avaliação dos danos.
--------------------------------	--

Os procedimentos e instruções de coordenação a considerar na “informação pública” devem ser claros, conforme evidenciado na Figura 9.

Figura 9. Informação pública (procedimentos e instruções de coordenação)



4.6 CONFINAMENTO E/OU EVACUAÇÃO

A área de intervenção “*confinamento e/ou evacuação*” estabelece os procedimentos e instruções de coordenação associados às operações de confinamento e/ou evacuação e movimentação das populações, designadamente abertura de corredores de circulação de emergência, controlo de acesso às áreas afetadas e controlo de tráfego.

Quadro 16. Confinamento e/ou evacuação (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)

Área de Intervenção:	Confinamento e/ou Evacuação
Entidade Coordenadora:	GNR ou AMN de acordo com a área de incidência territorial da emergência.
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Corpo de Bombeiros Voluntários de Vagos; ❖ GNR – Posto Territorial de Vagos; ❖ Forças Armadas (FFAA); ❖ AMN - Capitania do Porto de Aveiro; ❖ PM - Comando Local de Aveiro; ❖ INEM, IP; ❖ A.H.B.V. de Vagos; ❖ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF); ❖ ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Vagos; ❖ Infraestruturas de Portugal, S.A.; ❖ Ascendi, S.A.; ❖ Empresas de Transporte de Passageiros³³; ❖ Operadores generalistas de televisão e de radiodifusão de cobertura nacional, regional e local³⁴; ❖ Corpo Nacional de Escutas (CNE)³⁵; ❖ Câmara Municipal de Vagos.
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Orientar e coordenar as operações de movimentação e/ou confinamento das populações; ❖ Difundir junto da população recomendações de confinamento e/ou evacuação, diretamente ou por intermédio da “área de intervenção da informação pública”; ❖ Definir Pontos de Encontro (PE), correspondendo a zonas onde a população se deverá dirigir de imediato das evacuações; ❖ Definir itinerários de evacuação, em articulação com o COS presente em cada TO, e em conformidade com o PMEPC; ❖ Garantir o encaminhamento da população evacuada até à ZCAP;

³³ A lista nominal e respetivos contactos das empresas de transporte de passageiros encontra-se no ponto “2. Lista de Contactos” da “Parte III – Inventários, Modelos e Listagens”.

³⁴ A lista nominal e respetivos contactos dos operadores generalistas de televisão e de radiodifusão de cobertura nacional, regional e local encontra-se no ponto “2. Lista de Contactos” da “Parte III – Inventários, Modelos e Listagens”.

³⁵ A lista nominal e respetivos contactos dos agrupamentos do CNE encontra-se no ponto “2. Lista de Contactos” da “Parte III – Inventários, Modelos e Listagens”.

<p>Prioridades de Ação:</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Reencaminhar o tráfego, de modo a não interferir com a movimentação da população a evacuar nem com a mobilidade das forças de intervenção; ❖ Estabelecer e manter abertos os corredores de emergência.
<p>Instruções Específicas:</p>	<p><u> Gerais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ A escolha das ações de proteção para uma determinada situação depende de uma série de fatores. Em alguns casos, a evacuação pode ser a melhor opção; enquanto em outros, o abrigo em refúgios no local pode ser o melhor caminho, no entanto estas duas ações podem ser utilizadas em conjunto; ❖ A evacuação e/ou o confinamento de uma área territorial em risco, coincidente ou não com zona de sinistro, deverá ser proposta pelo COS; ❖ A orientação e a coordenação da evacuação e/ou confinamento das populações são da responsabilidade das Forças de Segurança; ❖ Nas operações de evacuação e/ou confinamento deve ter-se em atenção: <ul style="list-style-type: none"> ➢ Localização e número de pessoas em risco de evacuação ou confinamento; ➢ Tempo disponível para evacuar ou abrigar no local; ➢ Capacidade de controlar a evacuação ou o abrigo no local; ➢ Tipo de construção e de disponibilidade dos edifícios para acolhimento ou abrigo; ➢ Condições meteorológicas (efeitos na propagação das nuvens de vapor, previsão de alterações, efeito na evacuação ou na proteção no local). ❖ Existem determinadas medidas que devem ser tidas em atenção para a tomada de decisão de evacuação e/ou confinamento, caso se trate de matérias perigosas, nomeadamente o grau do perigo para a saúde, propriedades químicas e físicas, quantidade envolvida, contenção/controlo do derrame, velocidade de propagação dos vapores. <p><u> Evacuação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ A população a evacuar deve dirigir-se para os PE, onde é prestada a primeira ajuda, cuja localização será determinada e divulgada pelo PCMun. Os PE são geridos pela Câmara Municipal, com o apoio dos restantes agentes de proteção civil / entidades com dever de cooperação; ❖ Compete às Forças de Segurança definir os itinerários de evacuação a utilizar a partir do PE, atenta a natureza e extensão dos danos nas vias de comunicação, mediante avaliação/informação da entidade gestora da rede viária; ❖ Após a definição das zonas a evacuar, o tráfego rodoviário externo deverá ser reencaminhado pelas Forças de Segurança, que pode criar barreiras de encaminhamento de tráfego; ❖ A movimentação coletiva a partir do PE é garantida com meios de transporte a fornecer pela A.H.B.V., por empresas públicas ou privadas de transportes ou por outros meios proporcionados pela “<i>área de intervenção de logística</i>”; ❖ No caso de evacuação por via marítima/fluvia, a AMN, Corpo de Bombeiros, e as empresas privadas de transportes marítimos/fluviais disponibilizaram embarcações para as evacuações;

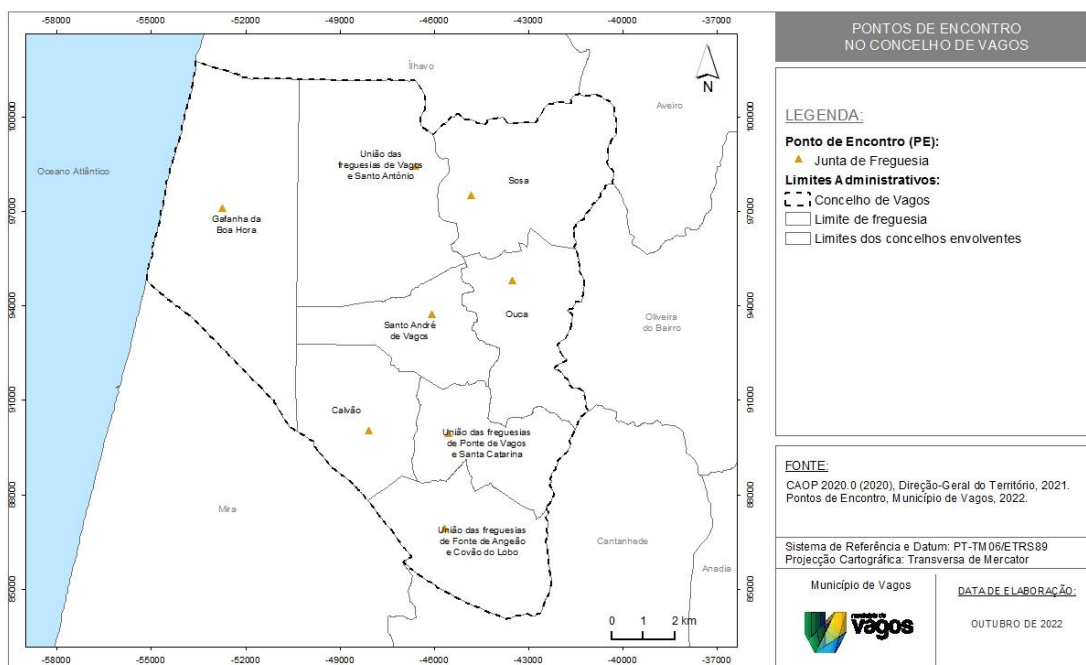
Instruções Específicas:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ A população movimentada a partir do PE será encaminhada para a ZCAP, cuja localização e procedimentos de funcionamento estão definidos na “<i>área de intervenção de apoio logístico às populações</i>”; ❖ O transporte entre o PE e a ZCAP é, em regra, acompanhado por pessoal do Corpo de Bombeiros ou de outros agentes de proteção civil / entidades com dever de cooperação. Se necessário, as Forças de Segurança poderão solicitar ao PCMun a existência de acompanhamento médico, por parte do INEM; ❖ Compete ao SEF o controlo sobre a movimentação ilícita de estrangeiros nos grupos evacuados; ❖ O suporte logístico à evacuação em termos de água, alimentação e agasalhos é assegurado pela “<i>área de intervenção de apoio logístico às populações</i>”; ❖ O apoio psicológico aos grupos mais vulneráveis (crianças, idosos, pessoas acamadas, pessoas com mobilidade reduzida, pessoas com deficiência) é efetuado de acordo com os procedimentos definidos na “<i>área de intervenção de serviços médicos e transporte de vítimas - apoio psicológico</i>”; ❖ As condições de segurança para o regresso da população a uma área territorial deverão ser propostas pelo COS à CMPC; ❖ O regresso das populações às áreas anteriormente evacuadas deve ser controlado pelas Forças de Segurança, tendo em vista a manutenção das condições de tráfego, e só quando estiverem garantidas as condições de segurança.
	<p><u>Confinamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Compete às Forças de Segurança isolar a área de perigo, mantendo afastadas todas as pessoas que não estão diretamente envolvidas nas operações. As equipas de emergência não protegidas com equipamentos de proteção individual não estão autorizadas a entrar na zona de isolamento; ❖ As Forças de Segurança, juntamente com os órgãos de comunicação social, informam a população para fechar portas e janelas, desligar todos os sistemas de ventilação, aquecimento e refrigeração; ❖ Caso exista perigo de incêndio e/ou uma explosão, as Forças de Segurança, juntamente com os órgãos de comunicação social, informa a população para se manterem longe de portas e janelas devido, ao perigo de projeção de fragmentos de vidro e de metal; ❖ Caso exista alteração das condições da ocorrência, compete às Forças de Segurança comunicar à população a necessidade de evacuação ou avisar do final da situação de perigo.

No concelho de Vagos poderão ser utilizados como PE os locais que se apresentam em seguida (Quadro 17 e Mapa 29).

Quadro 17. Pontos de encontro do concelho de Vagos

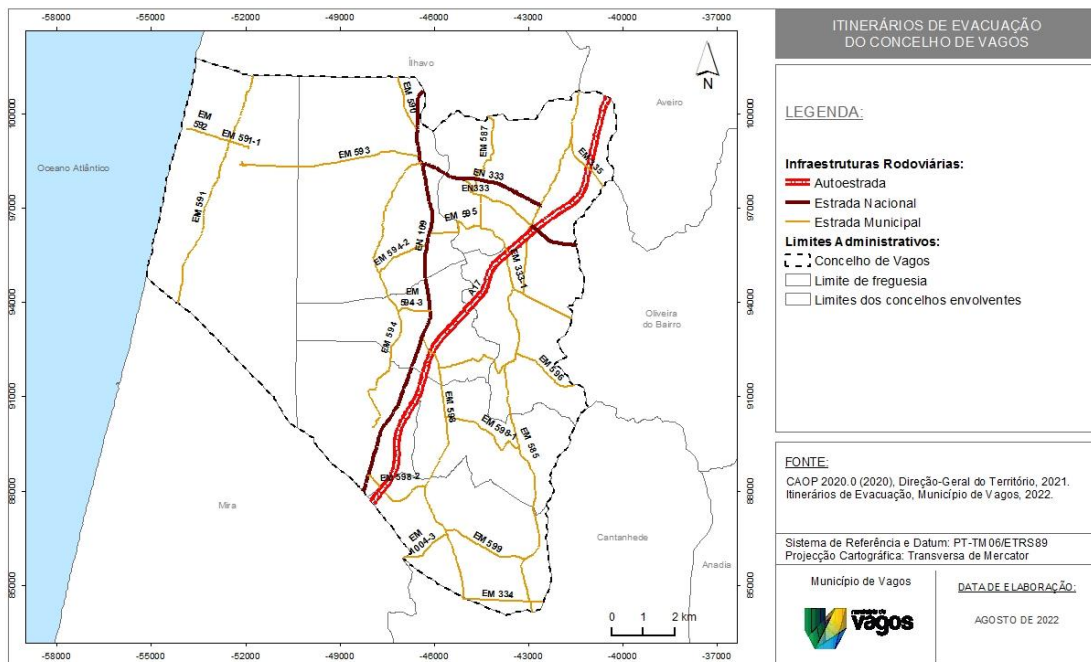
Designação	Local	Coordenadas	
		Latitude	Longitude
PE 1	Junta de Freguesia da União das freguesias de Fonte de Angeão e Covão do Lobo	40° 26' 58,150" N	8° 40' 17,829" W
PE 2	Junta de Freguesia da União das freguesias de Ponte de Vagos e Santa Catarina	40° 28' 36,565" N	8° 40' 13,721" W
PE 3	Junta de Freguesia de Santo André de Vagos	40° 30' 38,710" N	8° 40' 36,170" W
PE 4	Junta de Freguesia da União das freguesias de Vagos e Santo António	40° 33' 11,095" N	8° 40' 59,818" W
PE 5	Junta de Freguesia de Sosa	40° 32' 41,266" N	8° 39' 43,666" W
PE 6	Junta de Freguesia de Ouca	40° 31' 13,656" N	8° 38' 48,515" W
PE 7	Junta de Freguesia de Calvão	40° 28' 38,651" N	8° 42' 0,684" W
PE 8	Junta de Freguesia da Gafanha da Boa Hora	40° 32' 26,508" N	8° 45' 20,266" W

Mapa 29. Pontos de encontro do concelho de Vagos



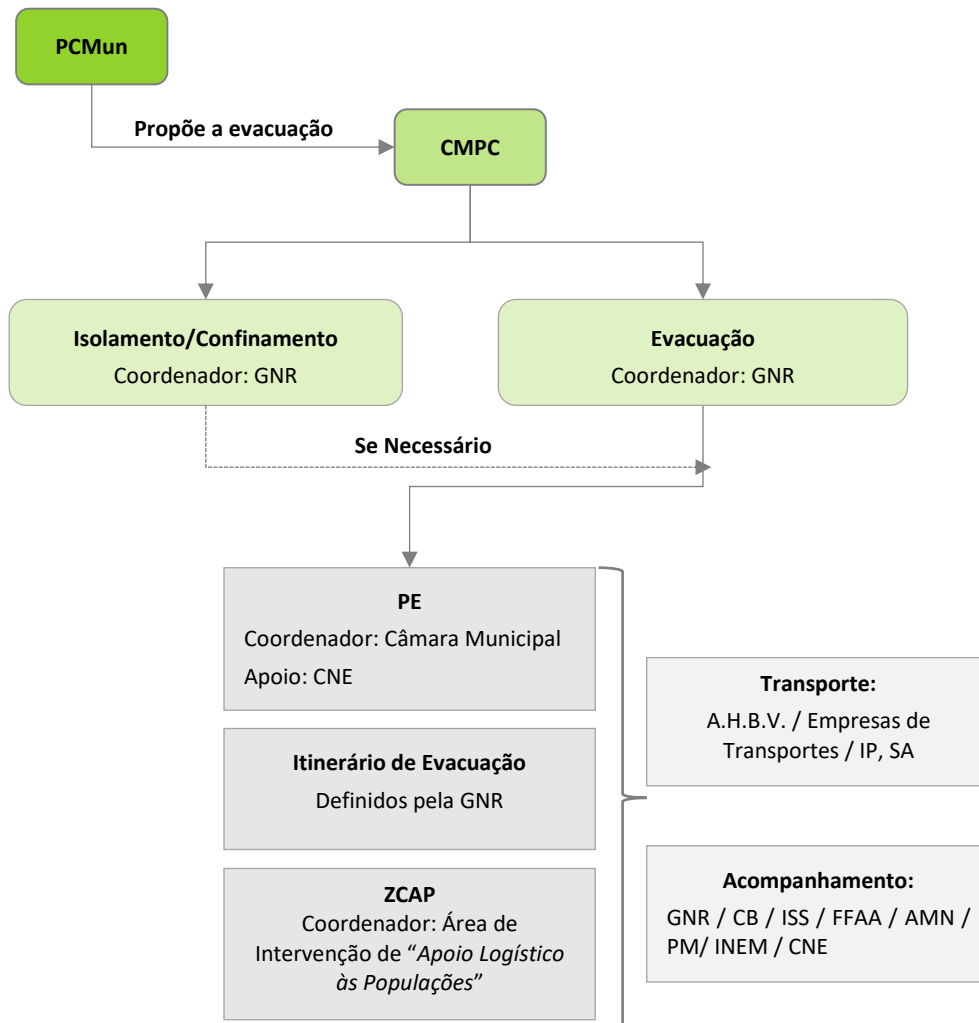
Atendendo a um conjunto de características, como por exemplo, a qualidade da via e velocidade média de circulação poderão ser utilizadas como itinerários de evacuação as principais vias do concelho (Mapa 30).

Mapa 30. Itinerários de evacuação do concelho de Vagos



Os procedimentos e instruções de coordenação a considerar no “confinamento e/ou evacuação” encontram-se representados no esquema que se apresenta em seguida.

Figura 10. Confinamento e/ou evacuação (procedimentos e instruções de coordenação)



4.7 MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

A área de intervenção “*manutenção da ordem pública*” estabelece os procedimentos e instruções de coordenação destinados a assegurar a manutenção da ordem pública, incluindo a limitação do acesso às zonas de sinistro e de apoio e a segurança das infraestruturas consideradas sensíveis ou indispensáveis às operações de proteção civil.

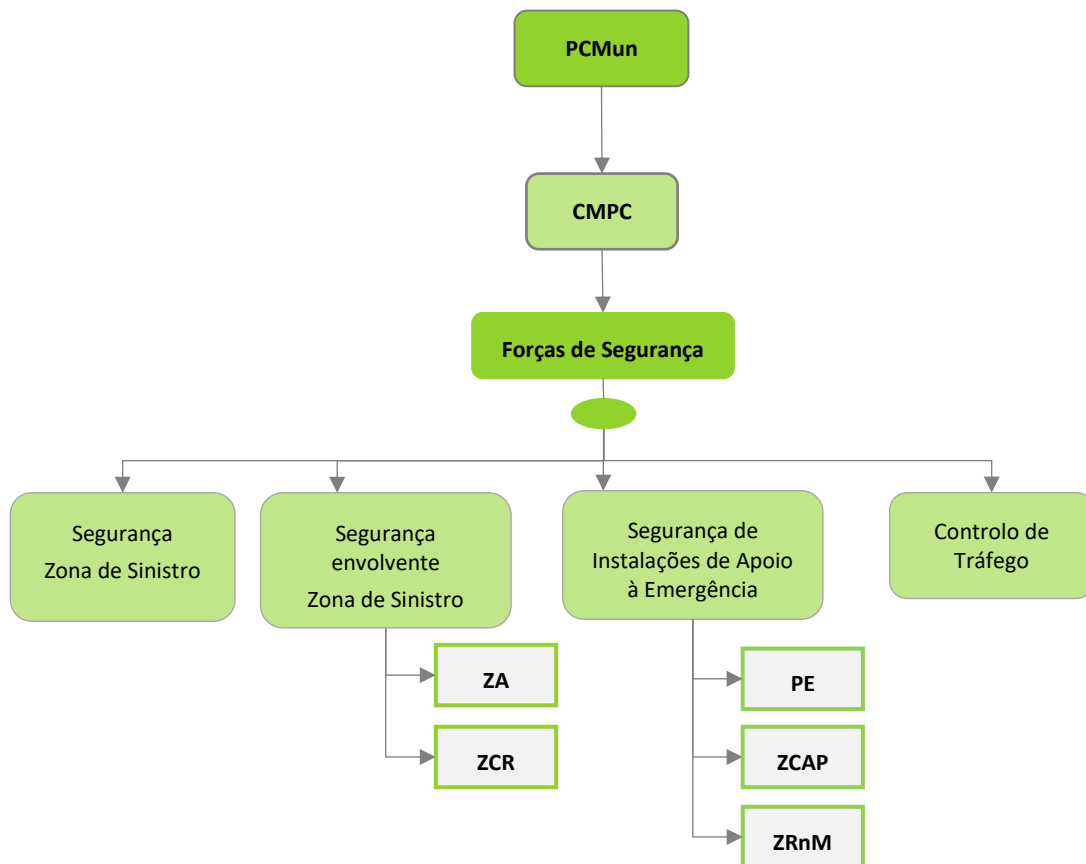
Quadro 18. Manutenção da ordem pública (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)

Área de Intervenção:	Manutenção da Ordem Pública
Entidade Coordenadora:	GNR ou AMN/PM de acordo com a área de incidência territorial da emergência
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ GNR – Posto Territorial de Vagos; ❖ AMN - Capitania do Porto de Aveiro; ❖ PM - Comando Local de Aveiro.
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Garantir a manutenção da lei e da ordem; ❖ Proteger as populações afetadas, os seus bens, impedindo roubos e pilhagens, criando perímetros de segurança; ❖ Garantir a segurança de infraestruturas consideradas sensíveis ou indispensáveis às operações de proteção civil, tais como instalações de agentes de proteção civil, hospitais ou escolas, bem como proteger as propriedades públicas; ❖ Garantir o controlo de acessos e a segurança aos Postos de Comando e à ZS a pessoas devidamente autorizadas; ❖ Coordenar a movimentação das populações; ❖ Manter desimpedidos os caminhos de evacuação; ❖ Assegurar a segurança nas ações relativas à mortuária.
Instruções Específicas:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ A manutenção da ordem pública é competência primária das Forças de Segurança; ❖ Compete às Forças de Segurança patrulhar as zonas afetadas e evacuadas com vista a garantir a segurança física da população e proteger a propriedade privada e a impedir roubos ou pilhagens; ❖ As Forças de Segurança garantem o tráfego rodoviário em direção às zonas de sinistro, efetuando as eventuais alterações à circulação a que houver necessidade, e garantem a manutenção de ordem pública com as suas forças de intervenção. A GNR poderá criar barreiras ou outros meios de controlo, bem como corredores de emergência; ❖ Compete às Forças de Segurança garantir a segurança de estabelecimentos públicos ou de infraestruturas consideradas sensíveis, designadamente instalações de interesse público ou estratégico distrital. Este controlo de segurança poderá implicar o apoio de empresas de segurança privadas, a mobilizar pelo detentor da instalação; ❖ Compete também às Forças de Segurança, distribuir junto das diversas entidades intervenientes o Cartão de Segurança, de forma a controlar e garantir a segurança no TO;

Instruções Específicas:	❖ As Forças de Segurança garantem a segurança dos corredores de circulação das viaturas de socorro, das áreas de triagem e das estruturas montadas (por exemplo: hospitais de campanha) para apoio à prestação de cuidados médicos.
--------------------------------	---

Os procedimentos e instruções de coordenação a considerar na “manutenção da ordem pública” encontram-se esquematizados na Figura 11.

Figura 11. Manutenção da ordem pública (procedimentos e instruções de coordenação)



4.8 SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS

4.8.1 EMERGÊNCIA MÉDICA

A “*emergência médica*” contempla os procedimentos e instruções de coordenação quanto às atividades de saúde e evacuação secundária, face a um elevado número de vítimas.

Quadro 19. Emergência médica (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)

Área de Intervenção:	Emergência Médica
Entidade Coordenadora:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ INEM, IP (na área do pré-hospitalar); ❖ Centro Hospitalar do Baixo Vouga – Hospital Infante D. Pedro – Aveiro (na área hospitalar).
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Corpo de Bombeiros Voluntários de Vagos; ❖ Forças Armadas (FFAA); ❖ INEM, IP; ❖ Centro Hospitalar do Baixo Vouga – Hospital Infante D. Pedro - Aveiro; ❖ ACES do Baixo Vouga.
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Garantir a prestação de cuidados médicos de emergência nas áreas atingidas, nomeadamente a triagem, estabilização e transporte das vítimas para as unidades de saúde; ❖ Assegurar a montagem, organização e funcionamento de postos de triagem, postos médicos avançados e de hospitais de campanha; ❖ Criar locais de recolha de sangue em locais chave e assegurar a sua posterior distribuição pelas unidades de saúde carenciadas; ❖ Determinar os hospitais de evacuação; ❖ Prever mecanismos de transferência para outras unidades hospitalares de referência; ❖ Implementar um sistema de registo de vítimas desde o TO até à unidade de saúde de destino; ❖ Garantir o funcionamento de serviços temporários e/ou permanentes de saúde, reforçando e inventariando o pessoal dos serviços de saúde, nas suas diversas categorias; ❖ Inventariar danos e perdas nas capacidades dos serviços de saúde, bem como das que se mantêm operacionais na Zona de Sinistro; ❖ Criar locais de recolha de sangue em locais chave e assegurar a sua posterior distribuição.

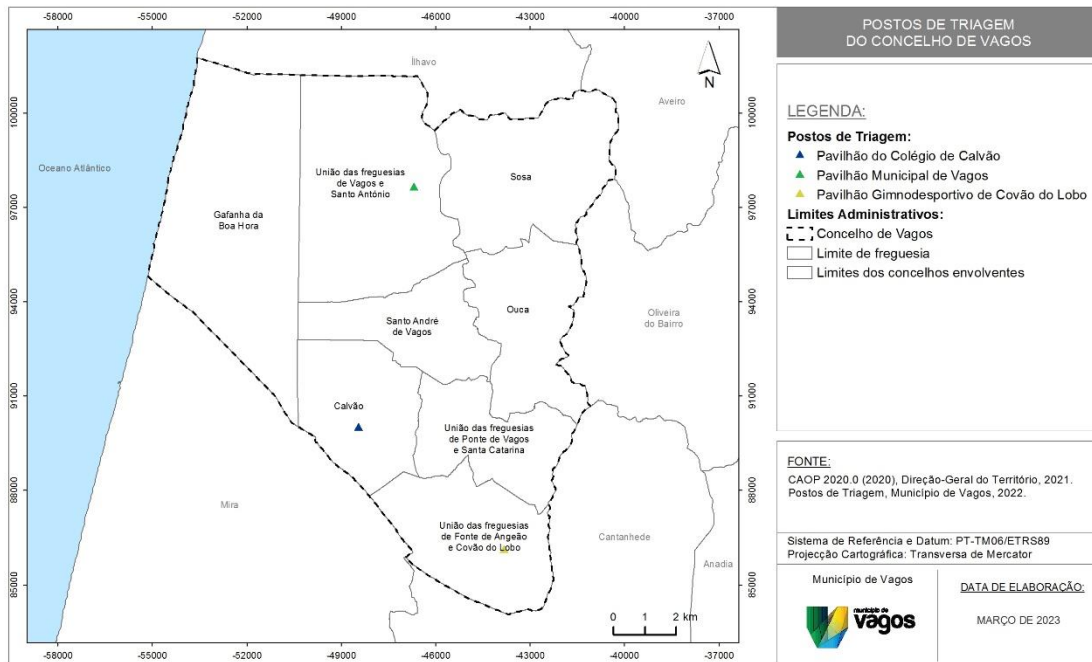
Instruções Específicas:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A triagem primária é da competência da “<i>área de intervenção de socorro e salvamento</i>”, sendo em regra realizada pelo Corpo de Bombeiros, sob coordenação do INEM. ▪ A localização dos postos/áreas de triagem é identificada pelo COS e deverá estar tão perto quanto possível das zonas mais afetadas dentro da Zona de Sinistro, respeitando as necessárias distâncias de segurança; ▪ O INEM monta postos de triagem e de assistência pré-hospitalar de acordo com a necessidade, promovendo a triagem das vítimas e a evacuação secundária, em articulação com os demais serviços e organismos; ▪ O transporte de vítimas até aos postos de triagem e de assistência pré-hospitalar (evacuação primária) é efetuado pelo INEM, Corpo de Bombeiros e FFAA, em articulação com o PCMun; ▪ A evacuação secundária é coordenada pelo INEM, em articulação com o PCMun e efetuada em ambulâncias do INEM, Corpo de Bombeiros ou, eventualmente, em viaturas das FFAA; ▪ Os cadáveres identificados na triagem primária serão posteriormente encaminhados para a Zona de Transição (ZT), aplicando-se os procedimentos da “<i>área de intervenção dos serviços mortuários</i>”; ▪ As FFAA colaboram na prestação de cuidados de saúde de emergência, na medida das suas disponibilidades, contribuindo ainda, desde que possível, para o esforço nacional na área hospitalar, nomeadamente ao nível da capacidade de internamento nos hospitais e restantes unidades de saúde militares; ❖ Serão utilizadas as estruturas hospitalares públicas do Centro Hospitalar do Baixo Vouga – Hospital Infante D. Pedro - Aveiro
--------------------------------	---

Os locais que poderão ser utilizados como postos de triagem no município de Vagos apresentam-se no Quadro 20 e no Mapa 31.

Quadro 20. Postos de triagem do concelho de Vagos

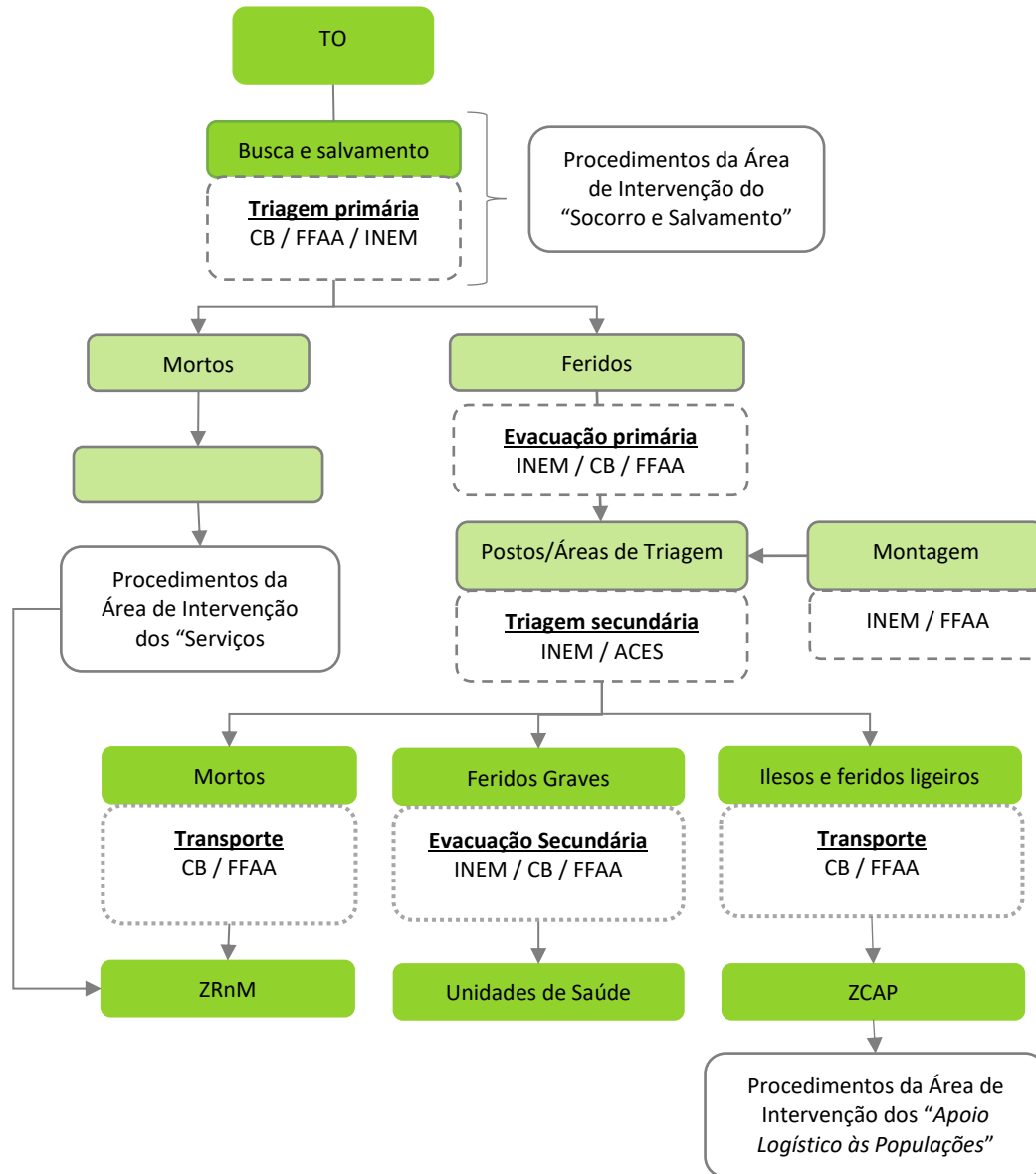
Designação	Local	Coordenadas	
		Latitude	Longitude
PT 1	Pavilhão do Colégio de Calvão	40° 28' 37,570" N	8° 42' 16,745" W
PT 2	Pavilhão Municipal de Vagos	40° 32' 45,661" N	8° 41' 3,854" W
PT 3	Pavilhão Gimnodesportivo de Covão do Lobo	40° 26' 32,818" N	8° 38' 59,013" W

Mapa 31. Postos de triagem do concelho de Vagos



Os procedimentos e instruções de coordenação a considerar na “*emergência médica*”, são os expostos na Figura 12.

Figura 12. Emergência médica (procedimentos e instruções de coordenação)



4.8.2 APOIO PSICOLÓGICO

O “*apoio psicológico*” prevê a forma de assegurar o apoio imediato e de continuidade às vítimas primárias, secundárias e terciárias.

Quadro 21. Apoio psicológico (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)

Área de Intervenção:	Apoio Psicológico
Entidade Coordenadora:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ INEM, IP (apoio imediato); ❖ ISS, IP – Serviço Local de Segurança Social de Vagos (apoio de continuidade).
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Corpo de Bombeiros Voluntários de Vagos; ❖ GNR – Posto Territorial de Vagos; ❖ Forças Armadas (FFAA); ❖ INEM, IP; ❖ Centro Hospitalar do Baixo Vouga – Hospital Infante D. Pedro - Aveiro; ❖ ACES do Baixo Vouga; ❖ ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Vagos; ❖ Câmara Municipal de Vagos.
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Garantir a mobilização de meios e recursos necessários ao apoio psicológico; ❖ Prever mecanismos de evacuação das vítimas primárias do local da ocorrência para as Zonas de Apoio Psicológico (ZAP); ❖ Assegurar o apoio psicológico imediato a prestar às vítimas primárias³⁶ e secundárias³⁷ na ZAP; ❖ Assegurar o apoio psicológico às vítimas terciárias³⁸; ❖ Assegurar que as vítimas que apresentem necessidades de apoio social são encaminhadas para as ZCAP; ❖ Assegurar o apoio psicológico à população presente nas ZCAP; ❖ Assegurar o apoio psicológico às vítimas secundárias que se encontram nas Zonas de Reunião de Mortos (ZRnM) e nos Necrotérios provisórios (NecPro).

³⁶ **Vítimas Primárias:** vítimas diretamente resultantes da situação de emergência em causa;

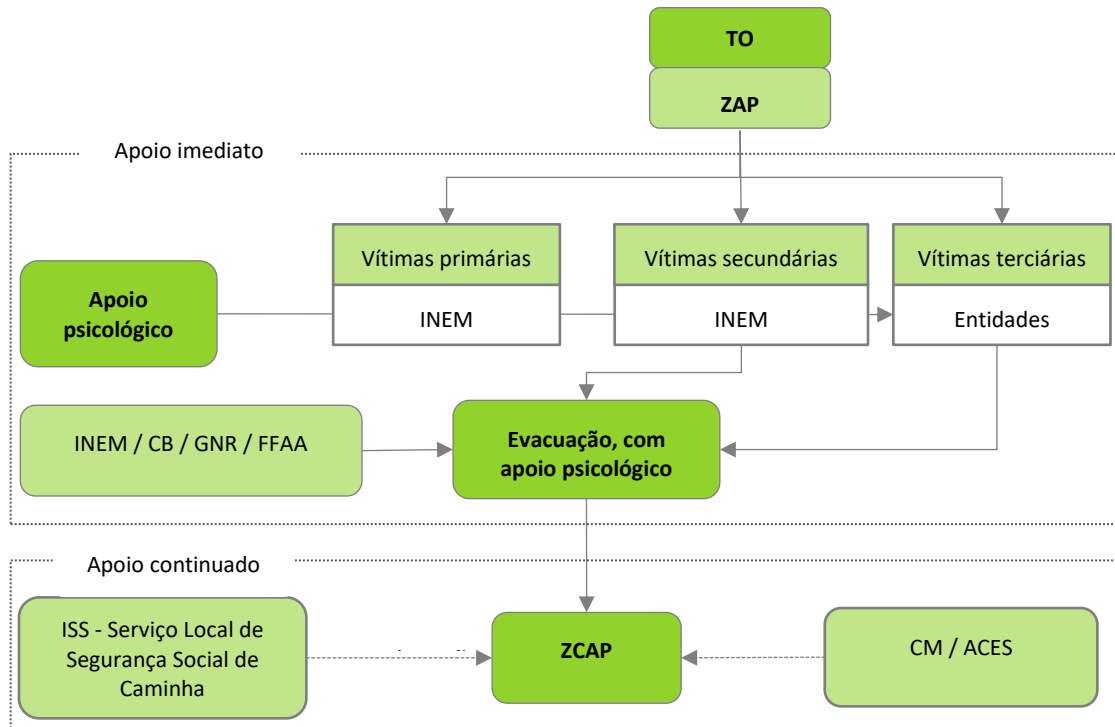
³⁷ **Vítimas Secundárias:** familiares das vítimas primárias;

³⁸ **Vítimas Terciárias:** operacionais dos agentes de proteção civil e dos organismos e entidades de apoio envolvidos nas operações em curso.

<p>Instruções Específicas:</p>	<ul style="list-style-type: none">❖ O apoio psicológico imediato às vítimas primárias e secundárias no TO será realizado em ZAP constituídas para o efeito, que serão da responsabilidade do INEM através do seu Centro de Apoio Psicológico e Intervenção em Crise (CAPIC);❖ As ações a desenvolver nas ZAP são respeitantes à receção e estabilização de vítimas, levantamento de necessidades psicossociais, identificação e recolha de informação das mesmas;❖ As ZAP devem articular-se com as ZCAP quanto à comunicação de dados, e com o COS quanto à recolha de informação com relevância operacional;❖ A articulação de informação entre a ZCAP e a ZAP é efetuada no PCO ou entre os respetivos Núcleos, nomeadamente NCAPSE e NEM, quando constituídos;❖ Os restantes agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio que disponham de psicólogos apoiam o INEM na medida das suas disponibilidades;❖ O apoio psicológico às vítimas terciárias é responsabilidade primária das respetivas entidades. No caso de insuficiência ou ausência de meios de apoio, este será garantido pelas entidades disponíveis para o efeito. As vítimas terciárias são acompanhadas em locais reservados e exclusivos para esse efeito;❖ Os psicólogos das Forças de Segurança e FFAA serão usados prioritariamente no tratamento e acompanhamento dos seus próprios operacionais. As disponibilidades remanescentes poderão ser utilizadas no âmbito do esforço geral de resposta;❖ O apoio psicológico de continuidade, a realizar predominantemente nas ZCAP, é coordenado pelo ISS, IP, que será apoiada por equipas de psicólogos da Câmara Municipal e do ACES;❖ Nas ZCAP aplicam-se os procedimentos previstos para a “<i>área de intervenção do apoio logístico à população</i>”;❖ O apoio psicológico às vítimas secundárias que se encontram nas ZRnM e NecPro é coordenado no PCMun.
---------------------------------------	---

Os procedimentos e instruções a atender no “*apoio psicológico*”, são os apresentados na figura seguinte.

Figura 13. Apoio psicológico (procedimentos e instruções de coordenação)



4.9 SOCORRO E SALVAMENTO

Na área de intervenção “socorro e salvamento” apresentam-se os procedimentos e instruções de coordenação inerentes às atividades de socorro, busca e salvamento de vítimas.

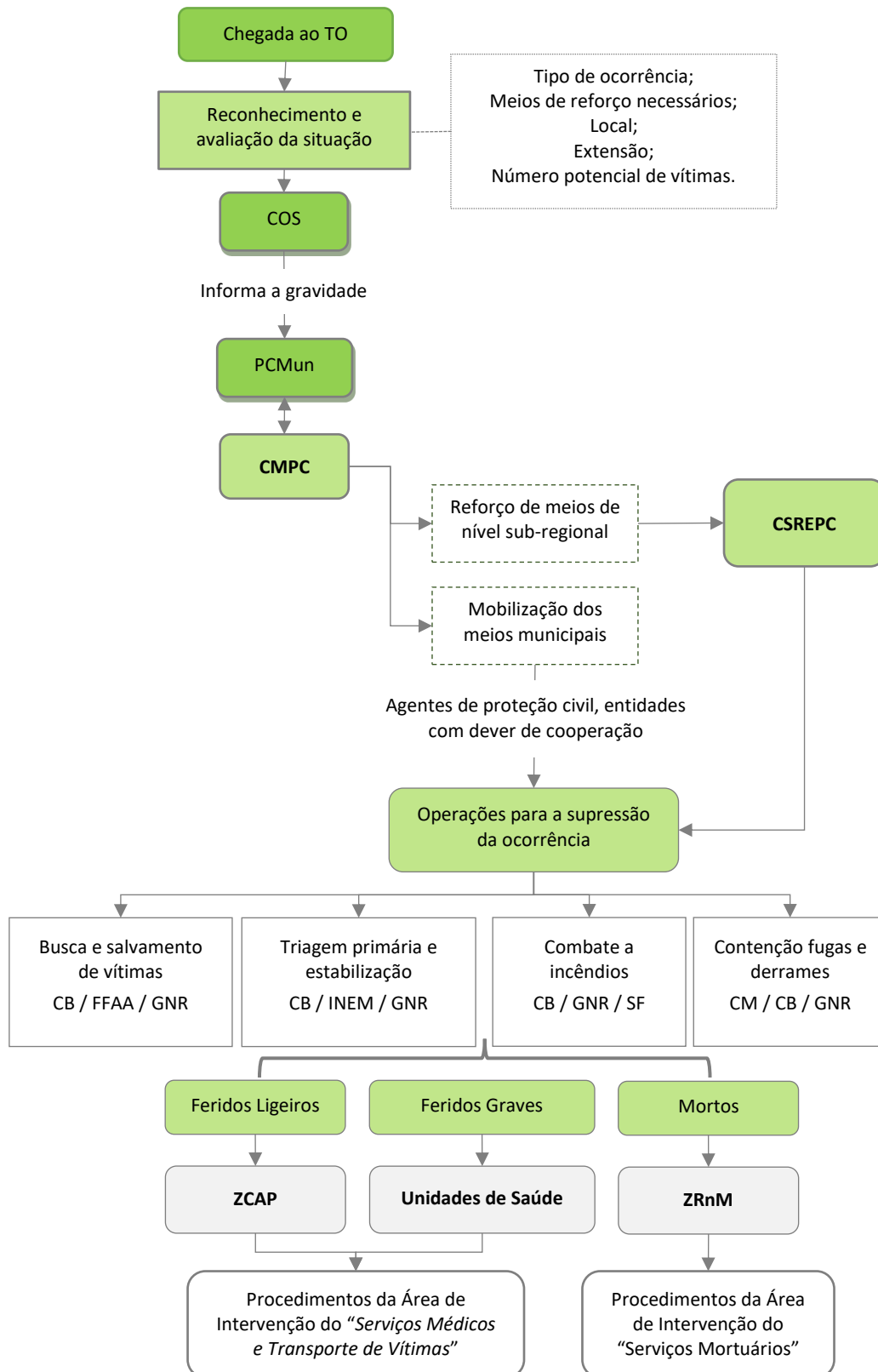
Quadro 22. Socorro e salvamento (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)

Área de Intervenção:	Socorro e Salvamento
Entidade Coordenadora:	Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Corpo de Bombeiros Voluntários de Vagos; ❖ GNR – Posto Territorial de Vagos; ❖ Forças Armadas (FFAA); ❖ AMN - Capitania do Porto de Aveiro; ❖ PM - Comando Local de Aveiro; ❖ INEM, IP; ❖ ICNF, IP; ❖ Câmara Municipal de Vagos.
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Assegurar a constituição de equipas no âmbito das valências do socorro e salvamento e garantir a sua segurança operacional; ❖ Avaliar as áreas afetadas onde deverão ser desencadeadas ações de busca e salvamento, nomeadamente tendo em conta as informações a disponibilizar, designadamente, pelas ERAS; ❖ Planear e executar o socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os sinistros, incluindo o socorro a náufragos e buscas subaquáticas; ❖ Assegurar as operações de socorro e evacuação primária, assistência a feridos e evacuação secundária; ❖ Propor a definição de zonas prioritárias nas áreas afetadas pelo acidente grave ou catástrofe.
Instruções Específicas:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ A intervenção inicial cabe prioritariamente às forças mais próximas do local da ocorrência ou àquelas que se verifique terem uma missão específica mais adequada; ❖ As ações de busca, socorro e salvamento poderão ser apoiadas por meios aéreos da ANEPC, de acordo com a necessidade de disponibilidade das aeronaves; ❖ Para as ações de contenção de fugas e derrames, serão chamadas a intervir as empresas privadas responsáveis pelos produtos derramados; ❖ Os Corpos de Bombeiros asseguram primariamente as operações de busca e salvamento e de combate a incêndios; ❖ A GNR participa primariamente nas operações que se desenvolvam nas respetivas áreas de atuação, podendo atuar em regime de complementaridade nas restantes; ❖ A GNR participa nas operações com de busca e salvamento com a valência cinotécnica, na respetiva área de jurisdição ou em regime de complementaridade nas restantes;

Instruções Específicas:	<ul style="list-style-type: none">❖ A GNR executa através da UEPS, ações de proteção e socorro, nas ocorrências de incêndios rurais/florestais ou de matérias perigosas, ou de edifícios de estruturas colapsadas;❖ A AMN/PM assume a responsabilidade e coordenação das operações de busca e salvamento nos domínios públicos hídrico e marítimo;❖ As FFAA participam nas operações de busca e salvamento na medida das suas capacidades e disponibilidades;❖ O ICNF participa nas ações de socorro e salvamento nas áreas protegidas.
--------------------------------	--

Os procedimentos e instruções de coordenação a atender no “*socorro e salvamento*” encontram-se elencados na figura que se segue.

Figura 14. Socorro e salvamento (procedimentos e instruções de coordenação)



4.10 SERVIÇOS MORTUÁRIOS

A área de intervenção “serviços mortuários” identifica os procedimentos e as instruções de coordenação, quanto às atividades de avaliação, recolha e reunião de vítimas mortais, instalação de morgues provisórias para identificação e reconhecimento de cadáveres e sepultamento de emergência.

Quadro 23. Serviços mortuários (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)

Área de Intervenção:	Serviços Mortuários
Entidade Coordenadora:	Ministério Público (coadjuvada técnica e operacionalmente pelo INML - Gabinete Médico-Legal e Forense do Baixo Vouga (Aveiro)).
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Corpo de Bombeiros Voluntários de Vagos; ❖ GNR – Posto Territorial de Vagos; ❖ Forças Armadas (FFAA); ❖ AMN - Capitania do Porto de Aveiro; ❖ PM - Comando Local de Aveiro; ❖ INEM, IP; ❖ Centro Hospitalar do Baixo Vouga – Hospital Infante D. Pedro - Aveiro; ❖ ACES do Baixo Vouga; ❖ PJ – Departamento de Investigação Criminal de Aveiro; ❖ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF); ❖ INML - Gabinete Médico-Legal e Forense do Baixo Vouga (Aveiro); ❖ IRN, IP - Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial de Vagos; ❖ Ministério Público (MP); ❖ Câmara Municipal de Vagos.
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Assegurar a constituição ZRnM e dos NecPro, onde se procede aos habituais procedimentos de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver, verificação do óbito e autópsia; ❖ Assegurar a criação de ERAV-m; ❖ Assegurar a integridade das zonas onde foram referenciados e recolhidos os cadáveres com vista a garantir a preservação de provas, a análise e recolha das mesmas; ❖ Assegurar a presença das Forças de Segurança nos locais onde decorrem operações de mortuária de forma a garantir a manutenção de perímetros de segurança; ❖ Assegurar o correto tratamento dos cadáveres, conforme os procedimentos operacionais previstos; ❖ Fornecer à “área de intervenção de informação pública” e à direção do Plano listas atualizadas das vítimas mortais e dos seus locais de sepultamento; ❖ Garantir a capacidade de transporte de cadáveres ou partes de cadáveres;

<p>Prioridades de Ação:</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Garantir uma eficaz recolha de informações que possibilite proceder, com a máxima rapidez e eficácia, à identificação dos cadáveres, nomeadamente no que respeita à: colheita de dados <i>Post-mortem</i> (PM), colheita de dados <i>Antemortem</i> (AM); ❖ Assegurar a inventariação dos locais destinados a sepultamentos de emergência; ❖ Providenciar, em articulação com a “<i>área de intervenção do apoio logístico às forças de intervenção</i>”, o fornecimento de sacos para cadáveres às forças empenhadas nas operações; ❖ Receber e guardar os espólios dos cadáveres, informando o “<i>Centro de Pesquisa de Desaparecidos</i>” (em articulação com a “<i>área de intervenção do apoio logístico à população</i>”); ❖ Garantir uma correta tramitação processual de entrega dos corpos identificados.
<p>Instruções Específicas:</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Os cadáveres que se encontrem em hospitais de campanha ou PMA são encaminhados para ZRnM; ❖ Nas ZRnM e nos NecPro, procede-se aos habituais procedimentos de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver, verificação do óbito e autópsia; ❖ Para a instalação de ZRnM e NecPro deverão ser escolhidas instalações onde haja um piso em espaço aberto, plano e fácil de limpar, com boa drenagem, ventilação natural, provido de água corrente e energia elétrica. Na seleção destes locais devem ser tidas em conta, ainda, as acessibilidades, as comunicações, a privacidade, a disponibilidade e as facilidades de condições de segurança. Em geral, as instalações mais indicadas para local de reunião de vítimas mortais são os pavilhões gimnodesportivos, armazéns e edifícios similares; ❖ Relativamente a vítimas de suposta nacionalidade estrangeira, será acionado no NecPro o SEF e a Unidade de Cooperação Internacional (UCI) da PJ para obtenção de dados para a identificação da mesma; ❖ Aquando da ativação do PMEPC, e tendo como missão a recolha de dados <i>Ante-mortem</i>, promover-se-á a ativação de um ou mais Centros de Recolha de Informação, conforme decisão do MP e sob responsabilidade da PJ e do INMLCF, IP; ❖ A aposição de tarja negra e de etiqueta numa vítima, sob supervisão de um médico, corresponde à verificação do óbito, devendo ser feita na triagem de emergência primária, sempre que possível; ❖ A autorização antecedente é solicitada ao magistrado do MP designado ou integrado na estrutura onde esteja presente; ❖ Sendo localizado um corpo sem sinais de vida e sem tarja negra aposta, o médico da ERAV-m verificará o óbito e procederá à respetiva etiquetagem em colaboração com o elemento da PJ. Caso sejam detetados indícios de crime, o chefe da ERAV-m poderá solicitar exame por perito médico-legal, antes da remoção do cadáver para a ZRnM; ❖ A referência do cadáver ou partes de cadáveres deverá ser sempre assegurada, ainda que sumariamente, através de qualquer suporte documental disponível, nomeadamente fotografia, representação gráfica, ou simples descrição textual, ainda que manuscrita; ❖ A identificação de cadáveres resulta exclusivamente de técnicas forenses (médico-legais e policiais), registadas em formulários próprios; ❖ A autorização de remoção de cadáveres ou partes de cadáveres, do local onde foram encontrados e inspecionados até à ZRnM, haja ou não haja suspeita de crime, cabe ao MP e é solicitada pelo chefe da ERAV-m;

Instruções Específicas:	<ul style="list-style-type: none">❖ A autorização do MP para remoção do cadáver é transmitida mediante a identificação do elemento policial que chefia a ERAV-m, da indicação do dia, hora e local da verificação do óbito e conferência do número total de cadáveres ou partes de cadáveres cuja remoção se solicita, com menção do número identificador daqueles em relação aos quais haja suspeita de crime;❖ Das ZRnM os cadáveres transitam posteriormente para os NecPro, para realização, nestes, de autópsia médico-legal (entendida como os procedimentos tendentes à identificação do cadáver e estabelecimento da causa de morte) e subsequente entrega do corpo ou partes de cadáveres aos familiares, com a respetiva emissão dos certificados de óbito;❖ Compete à GNR e AMN/PM nas respetivas áreas territoriais de responsabilidade, coordenar e promover a segurança no transporte de cadáveres ou partes de cadáveres;❖ Compete à GNR e AMN/PM nas respetivas áreas territoriais de responsabilidade, promover a remoção dos cadáveres ou partes de cadáveres devidamente etiquetados e acondicionados em sacos apropriados (<i>"bodybags"</i>), também devidamente etiquetados, podendo para o efeito requisitar a colaboração de quaisquer entidades públicas ou privadas. O Corpo de Bombeiros e as FFAA, mediante as suas disponibilidades, colaborarão nas operações de remoção dos cadáveres para as ZRnM e destas para os NecPro;❖ As necessidades de transporte de pessoas e equipamento serão supridas pela <i>"Área de Intervenção de Apoio Logístico às Forças de Intervenção"</i>, de acordo com os meios disponíveis;❖ O material sanitário, de mortuária e demais artigos necessários às operações será distribuído a pedido das forças de intervenção ou por determinação do PCMun;❖ Compete à Câmara Municipal providenciar equipamento para os NecPro de acordo com indicações do INMLCF, I.P., designadamente iluminação, macas com rodas, mesas, sacos de transporte de cadáveres, pontos de água e energia;❖ Compete à entidade gestora das ZRnM e dos NecPro (ou seja, ao INMLCF, I.P.) fornecer ao MP a informação sobre vítimas falecidas, que a transmitirá à CMPC, incluindo dados sobre o número de cadáveres admitidos, de corpos identificados ou por identificar, bem como a informação sobre as estruturas organizativas instaladas para a intervenção nesses domínios. A transmissão e divulgação desta informação far-se-á com respeito pelo segredo de justiça, pelo segredo médico, pelo dever de reserva profissional e pelo princípio da necessidade de conhecer;❖ Deverá ser assegurada a presença de representantes do IRN nos NecPro para proceder ao assento de óbitos e garantir toda a tramitação processual e documental associada;❖ O apoio psicológico aos familiares das vítimas será efetuado de acordo com os procedimentos definidos na <i>"área de intervenção de serviços médicos e transporte de vítimas – apoio psicológico"</i>, articulados com os Centros de Recolha de Informação (recolha de dados <i>Ante-mortem</i>);❖ Os cadáveres e partes de cadáver que não forem entregues a pessoas com legitimidade para o requerer, devem ser conservados em frio ou inumados provisoriamente, se necessário, devidamente acondicionados em sepultura comum, assegurando-se a identificabilidade dos mesmos até à posterior entrega a familiares para inumação ou cremação individual definitiva;
--------------------------------	---

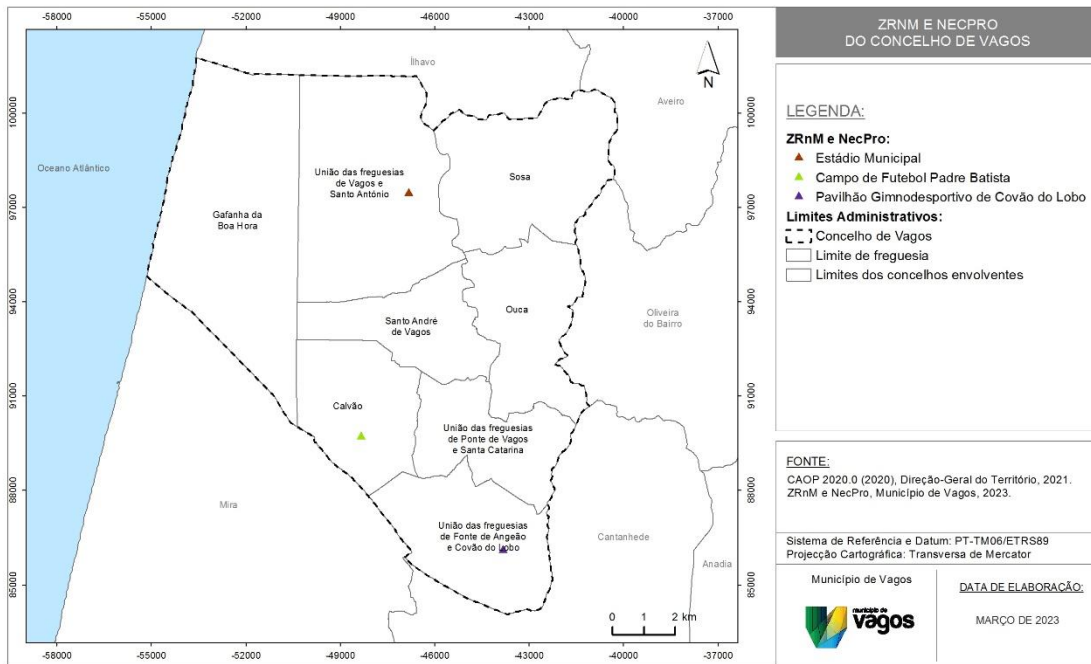
Instruções Específicas:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Para os cadáveres que se encontrem em estabelecimentos hospitalares e demais unidades de saúde e decorrentes do acidente grave ou catástrofe adotam-se os procedimentos habituais de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver e de verificação do óbito. Estes estabelecimentos constituem-se automaticamente como ZRnM pelo que, após cumprimento das formalidades legais internas e autorização do MP, o cadáver será transportado para o NecPro; ❖ Para os cadáveres que se encontrem em estabelecimentos hospitalares e demais unidades de saúde cuja morte decorra de patologias anteriores ao acidente grave ou catástrofe, adotam-se os procedimentos habituais de verificação do óbito e, após cumprimento das formalidades legais internas, o cadáver poderá ser libertado para entrega à família; ❖ Para os cadáveres que se encontrem dentro de um edifício colapsado adotam-se os procedimentos habituais de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver e de verificação do óbito. Após cumprimento das formalidades anteriores, o cadáver será transportado para o NecPro.
--------------------------------	---

Face ao exposto, os locais que poderão funcionar como ZRnM e NecPro no município de Vagos encontram-se identificados no Quadro 24 e no Mapa 32.

Quadro 24. ZRnM e NecPro do concelho de Vagos

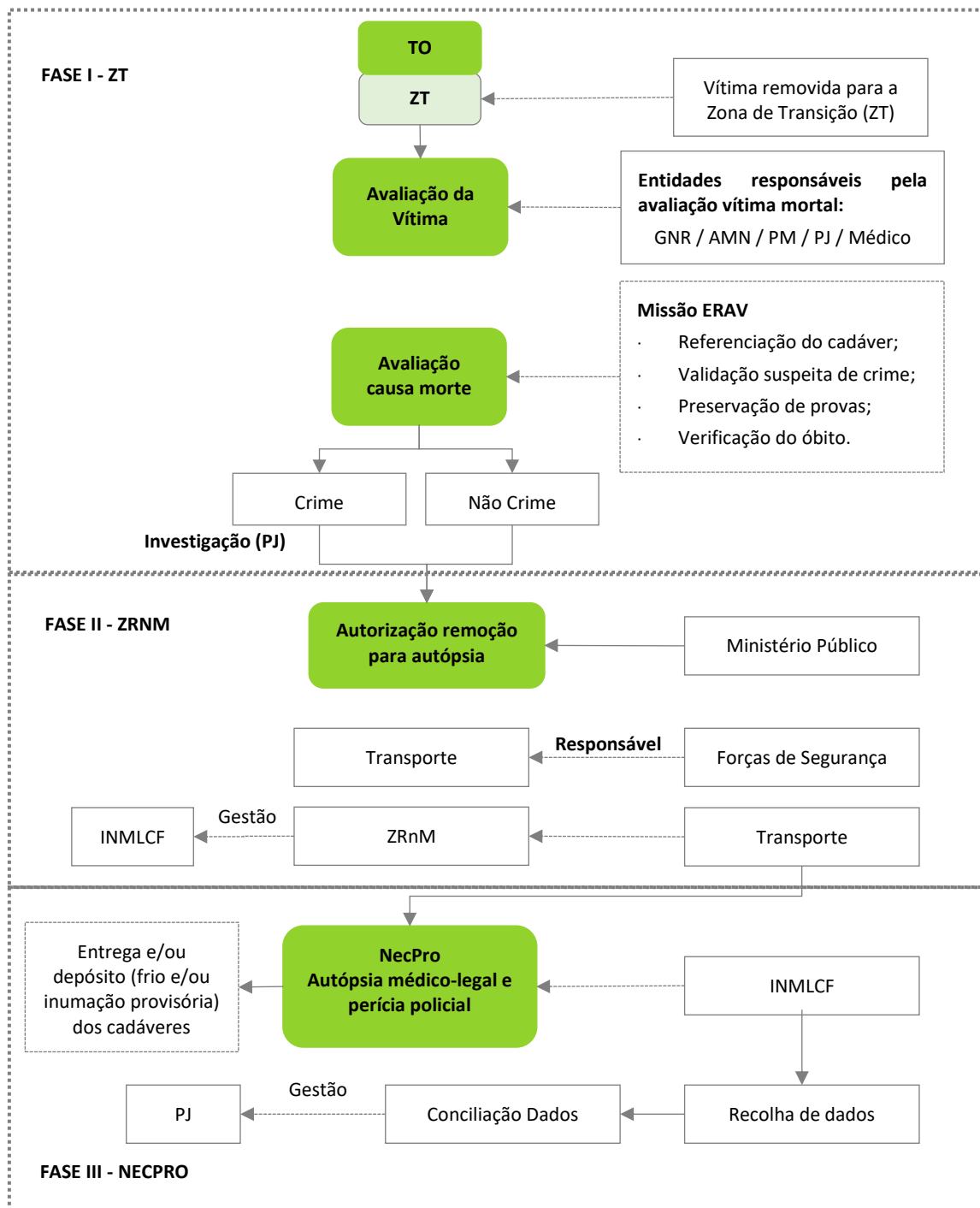
Designação	Local	Coordenadas	
		Latitude	Longitude
ZRnM e NecPro 1	Estádio Municipal	40° 32' 40,083" N	8° 41' 9,235" W
ZRnM e NecPro 2	Campo de Futebol Padre Batista	40° 28' 28,554" N	8° 42' 11,688" W
ZRnM e NecPro 3	Pavilhão Gimnodesportivo de Covão do Lobo	40° 26' 32,818" N	8° 38' 59,013" W

Mapa 32. ZRnM e NecPro do concelho de Vagos



Em termos esquemáticos, nos “serviços mortuários”, devem ser adotados os procedimentos e as instruções de coordenação que se encontram apresentados na Figura 15.

Figura 15. Serviços mortuários (procedimentos e instruções de coordenação)



4.10.1 EQUIPAS RESPONSÁVEIS POR AVALIAÇÃO DE VÍTIMAS MORTAIS (ERAV-M)

As ERAV-m têm como principal objetivo garantir uma rápida capacidade de avaliação de vítimas mortais perante um acidente grave ou catástrofe. A sua missão é a de referenciar o cadáver, verificar da existência de suspeita de crime, preservar as provas e verificar o óbito em estreita articulação com o MP, no que se refere aos procedimentos necessários à remoção dos cadáveres ou partes de cadáver.

Cada ERAV-m é constituída no mínimo por 3 elementos. As ERAV-m estarão dotadas de equipamento especializado indispensável para uma rápida avaliação da vítima mortal. As ERAV-m reportam direta e permanentemente ao COS.

Quadro 25. ERAV-m (estrutura de coordenação, entidades intervenientes, prioridades de ação e instruções específicas)

Área de Intervenção:	Equipas Responsáveis por Avaliação de Vítimas Mortais (ERAV-m)
Situação:	Considerando a necessidade de garantir uma rápida capacidade de avaliação de vítimas mortais perante um acidente grave ou catástrofe, são constituídas, no âmbito do PMEPCV, ERAV-m.
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Referenciar o cadáver; ❖ Verificar a suspeita de crime; ❖ Preservar as provas; ❖ Verificar o óbito; ❖ Articular com o MP os procedimentos necessários à remoção dos cadáveres ou partes de cadáver.
Instruções Específicas:	<p>Conceito:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ As ERAV-m têm como tarefa proceder a uma rápida avaliação da vítima; ▪ Sempre que localizado um corpo sem evidentes sinais de vida e sem tarja negra colocada, o médico da ERAV-m verificará o óbito e procederá à respetiva etiquetagem em colaboração com o elemento da PJ; ▪ A informação recolhida pelas ERAV-m constituirá o início do processo de registo do cadáver ou partes de cadáveres; ▪ Caso sejam detetados indícios de crime, o chefe da ERAV-m poderá solicitar exame por perito médico-legal, antes da remoção do cadáver para a ZRnM; ❖ O chefe da ERAV-m é responsável por solicitar ao MP a remoção do cadáver ou partes de cadáveres, mediante a identificação do dia, hora e local da verificação do óbito, conferência do número total de cadáveres ou partes de cadáveres, com menção do número identificador daqueles em relação aos quais haja suspeita de crime. <p>Composição:</p>

	<ul style="list-style-type: none">❖ As ERAV-m são, no mínimo, compostas por 3 elementos e, desejavelmente, uma viatura.❖ Constituem as ERAV-m, as seguintes entidades:<ul style="list-style-type: none">➢ Força de Segurança, de acordo com o espaço de territorialmente competente;➢ Polícia Judiciária (PJ);➢ Autoridade de Saúde / Médico.❖ O chefe da ERAV-m é o representante da Força de Segurança territorialmente competente.❖ O médico que integra a ERAV-m é enviado pela Autoridade de Saúde, mas, se tal não for possível, serão aceites quaisquer outros médicos desde que seja possível, ao chefe da ERAV-m, verificar a sua credenciação como tal.
	<u>Equipamento:</u>
	Por forma a garantir o cumprimento da sua missão, as ERAV-m deverão ser dotadas de: <ul style="list-style-type: none">❖ Equipamento de Comunicações Rádio;❖ Equipamento fotográfico;❖ Conjunto de equipamentos técnicos de inspeção judiciária;❖ Tarjas negras e etiquetas de sinalização.
	<u>Acionamento:</u>
	As ERAV-m são acionadas à ordem PCMun, devendo articular com estes, via COS, toda a sua atuação.
	<u>Comando e Controlo:</u>
	Enquanto em operação, as ERAV-m reportam ao COS.